

Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Departamento de Geografia  
Trabalho de Graduação Individual  
Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

Ontologia do conhecimento ou contradições da modernização? O  
Catavento Cultural e Educacional na Geografia e na Ciência

*Knowledge's Ontology or Modernization Contradictions? The  
"Catavento Cultural e Educacional" in Geography and Science*

Bruno Leutwiller Gomes Pinto – nº USP 6519301

## **Agradecimentos**

Antes de mais nada aos pais Marita e Nelson; pela vida, pela manutenção da mesma e pelo apoio acolhedor a todos os momentos. Aos irmãos Yandra e Ukauê por constituírem parte profícua da minha existência. Ao professor orientador Anselmo Alfredo pela luz de sua racionalidade e imensas sabedoria e paciência. Aos muitos amigos, dentro e fora da graduação dos muros uspianos. E por último, mas jamais menos importante, ao amor daquela que me atura; Carla.

## **Resumo**

O presente trabalho tem a intenção de realizar uma breve incursão sobre o mundo da Ciência na sua forma produtora e reprodutora de capital fixo, enquanto garantia da promessa de trabalho, através da divisão parcelar do conhecimento, da especialização e principalmente dos espaços de divulgação científica, bem como pode ser visto no Catavento Cultural e Educacional, na garantia da manutenção das contradições postas pelo capital em última instância assegurando mão-de-obra especializada para a Grande Indústria.

**Palavras Chaves:** crítica à ontologia, Geografia e Ciência, (re)produção do capital, contradições da modernização

## **Abstract**

This paper intends to make a brief foray into the world of science in its form productive and reproductive of the fixed capital, while ensuring the promise of jobs, through the capitalist division of knowledge, expertise and especially the spaces of science communication, well as can be seen in the Catavento Cultural and Educational in ensuring the maintenance of the contradictions posed by capital ultimately ensuring skilled labor for the Big Industry.

**Key words:** ontology's critique, Geography and Science, (re)production of capital, modernization contradictions

“Ser radical, es tomar las cosas por la raíz.

Ahora bien, para el hombre, la raíz es el hombre mismo.

MARX, *Contribución a la crítica de la filosofía del derecho de Hegel*”

*apud* LUKÁCS, G. 1970 - 110

## Sumário

Uma introdução	6
Primeiros Escritos	9
1 - A Ciência como totalidade: um Deus contemporâneo	13
1.1 - Conhecimento e educação: um universo a ser desontologizado	13
1.2 - Capital fixo e desenvolvimento das forças produtivas	42
1.3 – Uma certa sociedade, de um certo consumo	48
2 - O Catavento: do uso atual à micro-história	54
2.1 - A exposição	56
2.2 - Reprodução das forças produtivas e Ciência no lócus do conhecimento não-formal	59
Conclusão	63
Referências Bibliográficas	66
Anexos	67

## Uma introdução

A tela branca do editor de texto. É de uma violência sem precedentes, à espera insana do preenchimento de cunho acadêmico. É desesperador vê-la. O cursor piscando assemelha-se com um tique-taque de relógio. Tempo este que nada mais marca senão o ritmo das batidas incansáveis e intermináveis através das quais o mundo moderno e não obstante o contemporâneo passou a forçosamente enxergar e o obrigaram reconhecer através da produtividade. Escrever e frutificar tornou-se obrigação do nosso tempo, dos nossos dias, da nossa função enquanto pensadores, sejam em quais níveis forem, seja a nível técnico-tecnológico, a nível de graduação para que se forme (como reside o caso deste que vos escreve), a nível de dissertação, a nível de tese, a nível da existência.

Há muito questiono meus alunos dos colégios se o que distingue o Homem dos demais elementos da Natureza pode realmente ser respondido com o fato consumado do Pensar, do raciocínio lógico, do matutar sobre a própria existência. Chego a conclusão, ainda que de maneira totalmente arbitrária e sem a metodologia e o rigor científicos, que existencialmente o que tem diferido a categoria humana das demais faculdades conferidas aos demais seres vivos é o consumo, no tocante à concepção do Homem Moderno enquanto uma característica do capitalismo. (baseado em MARX, K. Grundrisse – capital fixo e capital variável como reposição - 2011)

Consumir este, que por ser tão assertivo, auferido impositivamente no cotidiano, fundou no pensamento a consciência coisificada que não escapam as ideias das quais seriam pertinentes pensar o não sê-lo. Em outros meandros, seria como se o consumo se manifestasse de maneira tão total e não menos totalitária que nada pudesse inserir-se numa lógica que se pusesse direta ou indiretamente pelo seu ser, ainda que através da sua negatividade o consumo determina uma relação posta pelos ditames do capital e não poderia ser referenciado caso não existisse como tal. Enfim, o Homem circula, consome. E nesta feita encerra o ciclo do capital que se retroalimenta incansavelmente, pelo menos, desde que nossa

consciência nos faz percebermos enquanto gente, e em consequência disto, humanos do nosso tempo. Desontologizar a consciência que nos personifica é reconhecer minimamente as amarras que nos atam, e ter a noção de que por elas somos determinados, tanto, ao ponto de reconhecerem-se os limites aos quais o pensamento estabelecido desta época poderá chegar, e ainda assim, sem presunções de objetivar-se para além das próprias amarras. A busca pela essência fada-se ao fracasso nesta subjetividade, pois se há uma certeza nisto, é que tal essência só poderá ser compreendida se de forma lógica, e portanto, partindo da dialética enquanto necessidade teórica, há que se assumir forçosamente que não existe essência, se não a que vivemos, sob a égide sangrenta, histórica, exploradora, desumanizadora e fetichizada do capital.

Tentar compreender a cotidianidade, seja ela através do quê, é em suma uma busca pelos artifícios que se coloquem como triviais ou essenciais, mas que ao serem desvelados a certo nível, demonstrem-se inexoravelmente determinados pelas categorias da reprodução do capital e de suas estruturas sociais de produção (LEFEBVRE, H. A estrutura das relações sociais de produção)

É neste tempestuoso panorama, que o Catavento Cultural Educacional e Cultural passa a ser figura importante neste presente trabalho. Não como objeto de estudo. Para isto bastaria a boa vontade do leitor em aventurar-se numa incursão ao local referenciado para constatar empiricamente as experiências proporcionadas ali. Este relis autor trabalhou por durante quase um ano inteiro no Catavento. Durante este período reflexões intensas emergiram. Numa tentativa de compreensão da atmosfera que me cercava por quase todas as manhãs, num esforço de romper com a mera alienação do ambiente e da função do trabalho, surgiu a vontade de desmantelá-lo teoricamente e de buscar explicações palpáveis, possíveis, mas não obrigatoriamente reais como quer uma verdade incontestável, sobre quais as funções no cotidiano realizadas pelo Catavento no mundo determinado pela forma de consciência posta pelo capital, pela valorização do valor e da mercadoria como forma-consciência da sociabilidade.

A questão do Catavento surge então necessariamente por conta do estágio que realizei lá pelo período de pouco menos de um ano (aproximadamente 10 meses), onde fui monitor expositor de sessões bem como revisor dos conteúdos destas, que a priori mostravam-se cientificamente oriundas em seio geográfico. Mediante as atividades cotidianas, o contato com os visitantes, os treinamentos de monitores (ainda que praticamente inexistentes) e a mediação com o conteúdo exposto propriamente dito, bem como o transcorrer do amadurecimento intelectual provido pela continuidade da graduação, eis que passei a perceber tais questões de maneiras mais geográficas, à luz da teoria e método dela concernentes, com uma pitada de filosofia da ciência e do conhecimento, pude ir percebendo a produção político-partidária daquele espaço de ensino não-formal colocando fetiches nas contradições das relações sociais através de paradigmas cujo arcabouço literalmente excetua-se da geografia (principalmente enquanto ciência humana), evidenciando-a como apêndice vestigial das ciências de núcleo duro, unicamente empíricas, no caso tratado, tal como as geociências, a geofísica, ou ainda de temáticas biológicas acerca de biomas ou ecologia. Porém tal sintoma por sua vez não se restringia à geografia, mas às ciências humanas em geral. Com tais fatores em mente, na busca de manter o pensamento crítico acerca das realidades cotidianas, principalmente as nefastamente ingênuas, proponho-me a debruçar sobre tais questões, visando uma leitura do papel de reprodução social fetichizante da produção e dos meios de divulgação científica, tomando a geografia e sua relação fatídica com o Catavento por particularidade, na teleologia de vislumbrar uma totalidade simultânea onde a epistemologia pode ser n'alguma medida decifrada e compreendida nas suas abstrações no escopo do tempo conjuntural vivido.

Porquanto haja sido feita uma primeira introdução e justificativa deste trabalho, passe-se então aos primeiros escritos, não menos introdutórios!



## Primeiros Escritos

Este trabalho em última instância buscará não lidar com uma visão que pressuponha o mundo enquanto uma ontologia. Na visão do presente texto haverá a incorrência infernal no que constitua a tentativa intelectual que deve ser a mais ferrenha: não se deixar levar pelo pensamento que se exprime enquanto totalidade da ausência dos questionamentos, e porquanto o seja, exime os debates possíveis da construção do conhecimento. Tarefa esta que não é fácil, e não deveria sê-la mesmo, pois neste pensar em ser fácil, podemos tomá-la como positiva, e no que reconheça pensar isto, residiria obrigatoriamente repousar na facilidade o caso de exceção da crítica, ou seja, no limite em sendo simples ou fácil, não seria exequível a construção da negatividade enquanto forma, padrão ou método de análise (KURZ, R. Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria). Para que isto seja possível metodológica e teoricamente, inevitavelmente há que se redobrar a atenção perante os liames que concernem à formulação do pensamento crítico e retomar a leitura daquilo que se ponha na necessária forma da crítica, para que não seja realizado somente um fetiche de crítica, que no fim dos seus belos parágrafos, servirá tão somente como ferramenta que fugirá das reflexões para ofertar ao modo de reprodução das relações sociais de produção como respostas aos momentos de suas crises particulares, e contribuir para as suas manutenções existenciais através do encrudescimento cada vez mais intenso de suas máscaras para que a reprodução do capital continue efervescendo, ainda que nas suas formas mais contraditórias, mas destas maneiras, minimamente apaziguadas aos olhos desatentos e daqueles que disto retiram seus lucros por espoliações.

Torna-se para tanto, inviável prosseguimento de quaisquer meios de análises nas ciências (pelo menos nas que se reconheçam por humanas ou hermenêuticas) sem que muitos intelectuais e os que destinam parte considerável de seus tempos à pesquisa intelectual e do conhecimento, por definição, ressignifiquem para si próprios, o que são as condições mínimas para que haja a

crítica enquanto necessidade do pensamento de ir além das boçalidades contemporâneas.

Neste percurso há que ressaltar os caracteres bairristas e regionalistas das ciências do mundo moderno/contemporâneo, de onde o primeiro passo primordial é imaginar que a divisão do conhecimento humano tal como se encontra arranjado hoje, é um produto do nosso tempo, e nada mais poderia ser dito temporalmente a seu propósito. Pois, quando a Física separa-se da Filosofia, é notoriamente impossível de afirmar que aquilo que se passava na mente do Homem Grego (Antigo, obviamente) fosse algo parecido ou meramente comparável com aquilo que podemos avistar e vislumbrar hoje sobre este e outros aspectos (LUKACS, G. *Historia y consciencia de clases*). De outra via, porém, também não se deve em nenhuma instância contentar-se com o fato de em ser histórico, portanto tornar-se inquestionável. A função é justamente de criar e aumentar o debate, tendo como possibilidade uma linha de pensamento que consiga estabelecer conexões que excedam a categoria fetichista do tempo, e em consequência dialética do espaço. Não pode ser esquecida a brilhante análise de Marx ao elucidar sobre a formação do dinheiro, antes de histórica, como lógica.

Tendo o pressuposto de que a Ciência e as suas derivações se estabelecem como tais, apenas nos tempos mais próximos a nós, e que, ainda que em outros (tempos) descabíveis da análise, existe uma lógica que nega o tempo e nega o espaço, por ser absurdamente mais estruturante dessa forma de reprodução do que quaisquer momentos históricos e/ou lugares geográficos, utilizando-se em últimas instâncias como maneiras de fetichizar as relações a fim de que as contradições sejam obscurecidas de nossas apreensões.

A defesa que deriva deste argumento é a de que só é possível ao homem contemporâneo compreender o mundo no qual ele está inserido, e isso é expansível à produção e reprodução das forças produtivas, de onde Marx diria: “um dos pressupostos do trabalho assalariado e uma das condições históricas de capital é o trabalho livre e a troca do trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir o dinheiro e valorizá-lo” (MARX, K. 65). Disto, podemos compreender que o trabalho necessita ser

dissociado de suas condições mínimas de existência, ou seja, precisa ser realizado no fetiche de algo que seja independente para tornar-se valor de uso para o dinheiro. Da mesma forma o conhecimento humano necessitou ser separado violentamente das condições objetivas de sua formação, ora pelo domínio intelectual de formas pré-capitalistas como o domínio medieval da Igreja, ora pelo empirismo positivista que de uma forma ou de outra desemboca na necessidade de haver capital para fabricar conhecimento científico, tendo em vista que o cotidiano vivido tem como pressuposto a obtenção de um *prolabore* para a efetivação da existência material e com o fato do material necessário para a realização de uma pesquisa, seja através de uma vasta biblioteca, seja pelo meio de equipamentos refinados como microscópios eletrônicos e similares.

Em alguma instância necessitamos considerar que o trabalho é um conceito que obrigatoriamente se forma enquanto categoria nesta análise e contanto que teime em ser categoria do mundo moderno, não pode ser esquecida em precisar ser estudada para além do seu caráter ontológico e portanto também é algo que imerge a Ciência no debate, seja pelo lado de que o próprio pesquisador deva ser considerado um trabalhador assalariado dissociado dos seus meio de produção, seja pela sua função de em última instância pesquisar e desenvolver as forças produtivas para o que Marx nomeou de “grande indústria”, onde o trabalho por eles realizado seja o mais produtivo possível a partir do momento em que dispense a maior quantidade de pessoas possível dos postos de emprego que realizem trabalho, ou seja quanto mais mão de obra a maquinaria dispensar, melhor para este ponto de vista. No que seja necessário pensar a questão de que o trabalhador, tanto quanto o cientista são produtos históricos, ou seja, são formas fetichistas de serem reproduzidas as relações presentes no capitalismo, sendo este último um fenômeno auto-representante, que necessita abarcar a totalidade dos processos sociais e das sociabilidades postas, em que custe dizer que não se conheça outra forma de relacionar-se com o mundo presente senão por este meio da reprodução das estruturas sociais postas pelos ditames da reprodução do capital, tal como ressalta Lefebvre em *A Reprodução das Relações Sociais*:

“Como disciplina, a análise institucional e a sua base de intervenção prática, a dinâmica de grupo, têm dificuldade em sair da oscilação entre a pura verificação (do existente) e o anúncio de um fim catastrófico pela contestação” (LEFEBVRE, H. 1994 - 194).

“Como todas as instituições, o discurso e a linguagem são *polivalentes*: eles veiculam necessidades e desejos, poesia e ideologia, símbolos e conceitos, mitos e verdades, mas também as condições do poder (estatal), os seus símbolos e as suas palavras-chave. Contribuem, portanto, para reproduzir as relações de produção.” (LEFEBVRE, H. 1994 - 205).

Em suma, há que ser resguardado o anacronismo e visto com severas ressalvas o pensar sobre o mundo da Ciência, tendo em vista que esta só pode ser objeto de análise a partir do momento em que sua lógica resulta-se inserida no mundo moderno e nas ampliações do capital nas suas vanguardas que abarcam as totalidades pelos seus meios totalizantes e fundam um pensamento e um ser totalitário naquilo que resguarda o pensamento.

Neste momento portanto, faz-se necessário que o sujeito resguarde seus limites na construção do conhecimento e da elaboração crítica. Não se pode exceder aquilo que determina as formas de sociabilidade por absoluto. Não há meios de ir além do que já se constitui no além e que no limite irá colocar estas maneiras fetichistas daquilo que constitua uma aparente fuga das garras do capital, num meio de apreensão do pensado (tão capitalista quanto) que no fim das contas reafirma os caracteres contraditórios do capital de maneiras a afirmá-los em suas positivities. Portanto, este trabalho não tem intenção de consertar o capitalismo para torná-lo menos severo ou algo que o valha. Também não assume filiação partidária no sentido de que tal ideologia está errada e para tanto deva ser defendida e “eleita democraticamente” sua antítese aparentemente contrária. O presente estudo visa buscar a elaboração da crítica no que concerna à ausência de proposição, pois o método é o de elaboração do curso da negatividade enquanto desvelamento teórico e não da tentativa da superação de questões objetivas no sentido de que algo esteja ruim e possa ser melhorado através de sua crítica, portanto, (pro)positiva.

## **1 - A Ciência como totalidade: um Deus contemporâneo**

Pensar o mundo produzido a partir dos ensinamentos e da própria reprodução da Ciência é antes de mais nada naturalizado em nosso tempo. Mas pode ser avistado como uma necessidade da dominação do capital em fazer-se totalidade. É típica da realidade vivida enquanto divisão social do trabalho, já que o capital trouxe a requisição de estabelecer uma cisão entre o pensamento e a construção do material, no que reside retomar uma realidade vivida pela materialidade pura e concreta do ser do mundo, de onde desde Kant e Hegel tal crítica é construída.

Fato é que n'alguma medida, a Ciência tem servido, dentre outras coisas obviamente, para vender através dos jalecos brancos em propagandas, pastas de dente. A Ciência, a produção do conhecimento e sua transmissão podem ser repensadas e colocadas minimamente nos seus lugares críticos devidos, partindo do pressuposto de que a Ciência para se colocar enquanto tal assume uma noção do que é o ser do conhecimento estabelecendo-se este através de uma relação dialética negando o seu oposto contraditório, o desconhecimento. Assim sendo, o desconhecimento funda-se como parte integrante e essencial do conhecimento, em que a Ciência estaria problematizando os limites entre a Ciência e a coisa conhecida. A proposta é não ler positivamente e afirmar todas as atrocidades, ao desconhecimento e ao plano racional na intenção de superar o conhecimento, deflagradas pelo mundo científico e pela sociedade de maneira geral em favor de conhecimentos burgueses, que para muito além da circulação de mercadorias das quais não nos prescinde a existência, funda a sociabilidade capitalista e dita as maneiras pelas quais os seres relacionam-se na contemporaneidade. Afinal, o conhecimento pode ser aferido também, como uma forma de limitação.

### **1.1 - Conhecimento e educação: um universo a ser desontologizado**

Das coisas mais normais e comuns, é pensarmos que fator fundante da capacidade humana é a de conhecer. Acham-se raízes destas formas de

conhecimento e sua transmissão desde as pinturas rupestres, mais ou menos pitorescas. Até o surgimento da nobre escrita, que denota uma certa morte de tradições orais até segunda ordem, ao Homem Grego de Atenas, Esparta, Tebas, dos grandes filósofos pré ou pós-socráticos. De Roma e seus imperadores estrategistas, aos monges escribas medievais. Dos artesãos, servos e senhores feudais, aos membros do alto clero; dos senhores de engenho até o mais elevado estudo pragmático de logística. Não seria, antes de mais nada, pretensão demasiada imaginar que exista uma categoria de unidade entre tantas e tamanhas distâncias lógicas e históricas que resguarde em si a unidade do humano?

Obviamente que escevo acerca do conhecimento enquanto característica una e coesa por durante esta breve e astuta linha do tempo, merecidamente provocativa. Efetivamente o que se pode saber e discernir sobre tempos pretéritos aos da formação da consciência pela qual se faz capaz minha apreensão de mundo? Gostaria até - confesso - de poder ter uma resposta que tranquilizasse as inquietudes de quão distantes e desalentadoras são tais depressões abruptas. Mas, como não busco torturar e contorcer o objeto de estudo para que caiba nos meus trejeitos e alente minh'alma, não consigo achar possível resposta a esta indagação.

Ainda que a mesma palavra seja usada para designar situações aparentemente parecidas, nada fará com que sintamos os cheiros pretéritos dos momentos históricos vividos por outras condições que não as do tempo atual. Acerca disto, bem nos lembra Marx em um dos textos dos Grundrisse, Formações Econômicas Pré-Capitalistas, acerca da incapacidade de apreensão de outra realidade que não a do capital na qual estamos inseridos. Ele retoma experiências que se situam historicamente em tempos pretéritos à efetivação do capital enquanto forma lógica da reprodução social e da sociabilidade humana, bem como agrupamentos primitivos, sociedades germânicas e romanas. Coloca acerca da forma existente sobre o que chamaríamos de propriedades privadas e afirma em sua exposição as diferenças categoriais intensas que existem entre a concepção da propriedade privada nesta lógica histórica e inexoravelmente

propõe ao leitor uma comparação com a realidade que emerge a partir dos ditames do capital.

Novamente cabe a citação:

“Um dos pressupostos do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca do trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir o dinheiro e valorizá-lo;” (MARX, K. 65)

O trabalho tem que ser dissociado de suas condições mínimas de existência, ou seja, precisa ser realizado no fetiche de algo que seja independente para tornar-se valor de uso para o dinheiro. Da mesma forma o conhecimento humano necessitou ser separado, pela condição do capital em se auto-reproduzir, das condições objetivas de sua formação, ora pelo domínio intelectual de formas pré-capitalistas como o domínio medieval da Igreja, ora pelo empirismo positivista que de uma forma ou de outra desemboca na necessidade de haver capital para fabricar conhecimento científico, tendo em vista que o cotidiano vivido tem como pressuposto a obtenção de um *pro labore* para a efetivação da existência material e com o fato do material necessário para a realização de uma pesquisa seja através de uma vasta biblioteca, seja pelo meio de equipamentos refinados como microscópios eletrônicos e similares. Em outras palavras, um tipo de trabalho é o desenvolver da Ciência, por conseguinte, o pesquisador por si também não passa de um trabalhador.

Neste aspecto, a Ciência pode ser observada como uma objetividade e a pesquisa sendo realizada pelo mesmo molde do proletariado, através do domínio do meio de produção. Em algum momento a Ciência passará a ter um “dono”; com o surgimento da propriedade privada. Marx pode ser levado a desvelar que o momento do desaparecimento das terras comuns equivalha ao desaparecimento da construção coletiva do conhecimento. O indivíduo como trabalhador (inclusive o cientista) é um produto histórico.

A comunidade tribal (sedentarização) surge como condição prévia da apropriação e uso conjuntos, temporários, do solo. A terra neste aspecto pode ser

compreendida como um grande laboratório, como condição de existência para o processo: trabalho – possuidor (proprietário). No oriente a propriedade é real e legalmente comunal, mas paga/deve “tributos” à propriedade maior, “divina” quanto a excedentes e efetivação material da existência – figura do déspota.

Coloca Marx dois casos: o primeiro, onde o indivíduo trabalha de maneira independente com sua família, onde na aldeia vira um simples apêndice da terra. O segundo remete à organização comum do trabalho como representação de sua unidade, o “chefe” tribal. Isto desencadeia o surgimento das cidades. A área cultivada será sua territorialidade e a guerra será a grande tarefa que compete a todos. Pelas relações de parentesco surge a hierarquia social, onde há separação entre a terra comum (estatal) da propriedade privada.

Portanto, a comunidade passa a ser relação recíproca de proprietários privados livres e iguais, sua aliança e garantia contra o mundo exterior. O trabalhador livre mantém uma relação dialética de existência entre seu trabalho, sua propriedade privada e a continuidade das terras comunais através do Estado – posse da terra. O tempo excedente (trabalho excedente) se dá a serviço das terras comunais (serviços militares no caso de Roma).

Teremos portanto que: “a (história) moderna consiste na urbanização do campo e não, como entre os antigos, na ruralização da cidade” (MARX, K. 75). A comunidade surge como associação de proprietários privados, não como união dos mesmos. É um tipo de acordo onde cada família é uma economia completa. A propriedade da terra e a agricultura são as bases da economia. O objetivo, os valores de uso são a reprodução do membro da comunidade. A apropriação das condições naturais de trabalho coloca a terra como uma condição preliminar do trabalho. A atitude em relação à terra como propriedade do indivíduo que trabalha executa um modo objetivo de existência na sua propriedade: tal como a pele, os órgãos e etc. “Um indivíduo isolado (...) não poderia ser proprietário do solo” (MARX, K. 78)

A produção com o tempo eliminará estas condições, destruindo-as ao invés de reproduzi-las. Colapso e morte da comunidade junto com as relações de



propriedade em que se baseava. Para os antigos a riqueza não constituía o objetivo da produção, mas a pesquisa era sempre sobre qual tipo de propriedade geraria os melhores cidadãos. A riqueza como um fim em si surge somente entre poucos povos comerciantes que monopolizavam o comércio do transporte. Era um objeto materializado em objetos, produtos materiais de certa forma contraposta ao homem, como um sujeito. Por outro lado, como valor, era simplesmente o direito de comandar o trabalho de outras pessoas, não pelo domínio, mas pelo prazer pessoal. De toda forma constitui-se por meio de objetos, coisas ou relações por meio de coisas. Fora do indivíduo e acidentalmente junto a ele. Coloca ainda Marx sobre uma distinção entre concepções: antiga concepção; homem como objetivo da produção. Já a moderna concepção, onde a produção é o objetivo do homem, sendo a riqueza o objetivo da produção.

Despida de seu caráter burguês, a riqueza é a totalidade das necessidades, capacidades, prazeres, potencialidades produtoras, etc, adquirida no intercâmbio universal. É o pleno desenvolvimento humano sobre as forças naturais (suas próprias ou da dita “natureza”). É a plena elaboração de suas faculdades criadoras, sem outros pressupostos salvo a evolução histórica precedente que faz da totalidade desta evolução um fim em si mesmo. É forma do homem reproduzir-se em sua totalidade se desvencilhando do passado e se integrando no movimento absoluto do tornar-se.

Na economia política burguesa este completo desenvolvimento das potencialidades humanas aparece como uma total alienação, como destruição de todos os objetivos unilaterais determinados, como um sacrifício do fim em si mesmo em proveito de forças que lhe são externas: “os antigos proporcionavam satisfação limitada, enquanto o mundo moderno deixa-nos insatisfeitos ou, quando parece satisfeito consigo mesmo, é vulgar e mesquinho” (MARX, K. 81)

A origem extraeconômica é o relacionamento pré-burguês do indivíduo com as condições objetivas do seu trabalho, onde o indivíduo é o corpo orgânico e também esta natureza inorgânica como sujeito (a natureza, a terra). Diz o autor que Proudhon deveria ter colocado o capital e o trabalho assalariado, enquanto

formas de propriedade, como tendo origem extraeconômica da propriedade, com gênese histórica da economia burguesa, da produção e das categorias da economia política que dão expressão teórica ou ideal:

“mas, proclamar que a história pré-burguesa e cada uma de suas fases têm sua própria economia e uma base econômica de seus movimentos é, no fundo, simplesmente, insistir na tautologia de que a vida humana sempre se baseou em algum tipo de produção – produção social – cujas relações são, exatamente, o que chamamos de relações econômicas” (MARX, K. 82)

As condições originais de produção não podem ser inicialmente produzidas, pois não são resultado da produção. Não adianta tentar explicar a unidade dos seres humanos com as condições naturais e inorgânicas (sua apropriação da natureza): nem isso é processo histórico. Precisamos explicar a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e a existência ativa, uma separação completada, plenamente, na relação entre o trabalho assalariado e o capital. Na escravidão e na servidão, elas próprias são tomadas como pressuposto para a existência de um sistema, portanto, assumem forma e papel de “natural” por pré-existência enquanto condição *sine qua non*, tal como nas relações comunais, a “propriedade de uma parcela de solo” é representativamente a necessidade de que haja uma apropriação de meios naturais para sua existência, sendo que ele o terá a partir do momento de uma comunidade, portanto, participe e comungue da mesma linguagem. Esta última que é produto e condição de existência de uma comunidade. É como se fosse o ser comunal falando por si.

Quando encontram-se vestígios de civilizações que detinham um certo poder central, é-se necessário saber que não são as formas originárias; mas secundárias. No começo: tribos pastoris nômades, migratórias, onde a terra aparecia como forma elementar ilimitada, que poderia (e era) considerada propriedade, mesmo sem se fixarem. Nestas tribos as posições sociais definem-se a partir do modo de vida e de suas condições, o objeto de apropriação e reprodução resume-se aqui somente ao rebanho, não incluindo o solo.

Para as comunidades de povos estabelecidos (sedentários) a barreira será relativa à guerra com outras tribos por conta da terra. Por isso a guerra é uma das primeiras tarefas de toda comunidade primitiva desta espécie. Nasce as ideias de territorialidade, fronteiras, limites. Quando um homem é capturado, ocorre na qualidade de uma das condições de produção, ou seja, ele é praticamente meio pré-existente, portanto, condição de existência, logo “natural” (origem da escravidão e da servidão). Propriedade é atitude do homem ao encarar suas condições naturais de produção enquanto pré-requisito de sua existência, prolongamentos de seu próprio corpo. Propriedade portanto significa pertencer a uma tribo. O próprio fundo de consumo mostra-se como fundo original de produção (terra e bens consumíveis sem trabalho).

Sobre as tribos:

“Por outro lado, como o indivíduo, nesta forma, nunca se torna um proprietário, mas somente um possuidor, ele mesmo é, no fundo, a propriedade, o escravo daquilo que corporifica a unidade da comunidade. Neste caso, a escravidão não põe fim às condições de trabalho, nem modifica a relação essencial” (MARX, K. 87)

“Conforme as condições de produção, a propriedade terá diferentes formas (...). O objeto da produção, em si, é reproduzir o produtor em e simultaneamente com aquelas condições objetivas de sua existência” (MARX, K. 90)

Elenca Marx, as etapas necessárias deste processo:

- 1- Dissolução da relação com a terra como condição natural de produção;
- 2- Dissolução das relações em que o homem mostra-se como proprietário de instrumento;
- 3- Possuir meios de consumo anteriores à produção;
- 4- Dissolução das relações onde os trabalhadores (unidades vivas da força de trabalho) ainda são parte direta das condições objetivas de produção e objetos da apropriação (servos/escravos): para o capital o trabalhador não constitui uma condição de produção, mas o trabalho o é.

Como caminho seguido destes processos, Marx complementa com os passos “naturalmente” históricos a seguir:

- 1º passo histórico: a fórmula capital pressupõe que o trabalhador não considere a terra como um bem seu próprio e trabalhe como seu proprietário;
- 2º passo histórico: propriedade do instrumento separada da propriedade da terra, onde o instrumento em si é produto do trabalho;
- 3º forma possível: agir como proprietário dos meios de subsistência

“Novamente, um exame mais cuidadoso revelará que todas as relações dissolvidas só se tornarão possíveis por um certo grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais (e, portanto, também mentais)” (MARX, K. 98)

O processo histórico não faz com que se desapareça as fontes anteriores de renda em detrimento de novas condições objetivas de trabalho e apropriação da natureza, mas coloca uma situação em que cada um deles seja posto em sua forma negativa em relação ao outro. O trabalhador de um lado potencialmente livre e o capital do outro: a separação das classes que são transformadas em trabalhadores livres deve igualmente surgir negativamente como autonomização destas mesmas condições. O capital surge, portanto, como o produto da circulação, formando-se da riqueza mercantil e usurária. Os comerciantes e usurários só conseguem comprar trabalho livre quando este foi separado das condições objetivas de existência por um processo histórico, assim também é possível comprar as próprias condições. “O capital é, essencialmente, o capitalista, mas, ao mesmo tempo, a produção em geral e capital, como um elemento na existência do capitalista, bem distinto dele.” (MARX, K. 111)

Lefebvre em seu encontro esquadrinha por sua vez, em *Estrutura Social: A Reprodução das Relações Sociais*, características daquilo que poderia ser pensado no tocante a diversos métodos de análise, propondo lançar-se sobre uma nova perspectiva teórica acerca da produção do mundo enquanto realidade, quando elucida assertivamente que uma certa manutenção de contradições postas para a análise, já enfadonhas, no limite reencarnam potencialidades cujas finalidades teriam funções objetivas de reificar as relações engendradas pelo capital, mesmo que em última instância. Fala, pois, de uma necessidade de analisar a sociedade abandonando as tentativas de compreensão através do

modo de produção capitalista, já tão utilizado por outros pensadores, e que enfim mostrou-se incapaz de ascender ao caráter da totalidade da análise de maneira satisfatória. Propõe para tanto uma compreensão no que resida pensar a (re)produção das relações sociais de produção, retomando inclusive pensamentos de inúmeros autores, bem como de um psicanalista que coloca a possibilidade da sociedade iniciar a produção dos papéis capitalistas exercidos pela divisão social do trabalho já dentro dos seios dos lares, sendo os mesmos determinados pela dinâmica da sociabilidade capitalista, e determinante no processo desta reprodução social que se instaurará.

O conceito de estrutura social (reprodução das relações sociais) surge em Marx quando ele vai discutir o conceito de sistema/modo de produção capitalista. Ainda assim nunca o especificou; explícito, mas incompleto. Deixa o autor então duas perguntas:

- a) Por que só no fim da pesquisa Marx entende que o problema das relações capitalistas de produção não coincidem com os problemas de sua gênese e exposição?
- b) Por que ficou tanto tempo na obscuridade essa preocupação?

Analisa que é um feito de Marx a exposição histórica/pré-histórica do capitalismo em *O Capital* e nos *Grundrisse*. Algumas insuficiências são vistas: o processo da acumulação primitiva (como ocorreu nos socialistas e nos subdesenvolvidos). Mostra as formas da relação burguesa (capital-trabalho, mais-valia, sobretrabalho, sobreproduto social). O modo de produção entra como resultado global de antagonismo: salário/capital, proletariado/burguesia. Estas formas não entram na prática social (burguesa), a não ser pela tentativa de sua negação. Mascaradas: forma contratual (contrato de trabalho). Coloca uma certa ressalva de Marx no tocante ao sujeito, sendo ele constituído pela sociedade ou por determinado sujeito político: a burguesia ou o proletariado. Põe a ressalva também sobre o conceito do sistema (achou rígido demais) e a categoria do modo de produção (tem tudo do sistema sem ter a rigidez e contém as questões do sujeito em si sem sua ambiguidade).

Assim se consolida o conceito de produção. A formação do capitalismo pressupõe apenas a análise crítica da produção e da re-produção, dos meios de produção: trabalhadores e instrumentos de trabalho. Portanto, todo crescimento econômico pressupõe (simultaneamente) a reprodução ampliada da força de trabalho (capital) e da maquinaria (capital constante).

Coloca como auto-regulações espontâneas: médias sociais; e os conflitos, crises econômicas. “A sociedade burguesa ou subsiste, ou se desmorona” (LEFEBVRE, H. 1994 - 188). Maneira de levar a cabo a dominação da natureza: indústria.

Marx não separa a dominação da natureza (a indústria) da sua apropriação pelo Homem. Exploração e alienação não são mais do que relações de dominação que sustentam pela violência relações de exploração já ultrapassadas. Para Lefebvre “há em Marx uma teoria da obsolescência das sociedades, das relações sociais e dos modos de produção” (LEFEBVRE, H. 1994 - 188). Coloca ainda que no capítulo inédito, Marx estabelece: “que as relações de produção são ‘o resultado incessantemente renovado’ do processo de produção e que a reprodução é também reprodução das relações.” (LEFEBVRE, H. 1994 - 189). Este quadro de troca generalizada levanta novos problemas; como sair do que alimenta o capital, o mundo da mercadoria?

Depois de Marx, o que ele havia anunciado teve fim: capitalismo concorrencial. Mas não como ele previu, pois este fim confere ao Estado uma elasticidade e uma capacidade de organização imprevistas. Resiste às crises e às convulsões revolucionárias, isso nos países avançados. Dá origem ao socialismo em países econômica e industrialmente atrasados e forma o neocapitalismo em países fortemente industrializados.

A concepção unitária de Marx se desagrega. O conhecimento teórico global d’O Capital cede lugar às ciências parcelares: Economia Política, Sociologia, Psicologia e etc. cada uma delas pretende atingir verdades totais ou a Verdade. O pensamento dialético se obscurece. A Filosofia se reaciona cada vez mais conservadora naquilo que lhe foi alvo de crítica e apesar de outras críticas severas (Nietzsche). Torna-se pedagogizante e anti-revolucionária.

“Entra na divisão e na especialização dos trabalhos intelectuais, que tradicionalmente desejara transcender (...) para os especialistas das ditas ciências ‘humanas’ ou ‘sociais’, a reiteração das relações sociais não é problema. Não é sequer necessário constatar-la: ela ‘está’ tanto nos

olhos e no olhar do sábio, como no objeto do seu saber. Estas relações, subentendidas nos fatos, nem sequer são fatos. Os robustos campeões da realidade, chamem-se eles positivistas ou nacionalistas, não perdem seu tempo a interrogar os fatos para procurar o que neles se esconde e para compreender a capacidade de permanência das relações sociais.” (LEFEBVRE, H. 1994 - 189).

Para Nietzsche “o ‘social’, como lugar e vínculo de relações, tem sempre algo de constrangedor e de suspeito.” (LEFEBVRE, H. 1994 - 189). Algo que se afasta das atividades dos marxistas, onde o “social” resiste às mais difíceis provas. Para os “revisionistas” a função do dever é orientar e regular as posições políticas para um sentido de sociedade melhorada (direitismo). Respondido pelo esquerdismo que aguardava a luta final. Ambos não levam em consideração a reprodução das relações sociais de produção.

Para os primeiros essas forças podem ser modificadas pelo poder (Estado). Para os segundos essas relações irão fruir bruscamente na crise revolucionária. Coloca como maior exemplo a sociedade socialista soviética stalinista, a partir da qual nem a acumulação primitiva socialista é teorizada ou discutida, em detrimento da crítica enquanto método marxista inclusive no tocante ao Poder, alvo de tamanhas críticas recusadas pelo pensamento marxista oficial: “como é que o capitalismo, ferido de morte, pode sobreviver?” (LEFEBVRE, H. 1994 - 190).

A problemática emergente das reproduções das relações sociais de produção se descobre tardiamente com um pensador marxista contra a psicanálise “ortodoxa”. Wilhelm Reich; pretende ele ver nas relações sexuais e familiares, as homologias com as relações sociais, de onde: família corresponde à empresa; pai corresponde ao patrão; paternidade é entendida como gestão do patrimônio por meio da autoridade e do poder, enquanto propriedade capitalista dos meios de produção; mulher e filhos, empregados domésticos: explorados e dominados.

Ele não vê na sociedade burguesa uma consequência da sociedade global capitalista, inverte esta perspectiva: no lar a família entrevê o centro onde se produzem as relações sociais de produção (produzem e reproduzem as relações globais). Passa por cima da mais-valia e do sobreproduto social, mas tem seu mérito: as gerações passam, os homens mudam, mas as relações estruturais

permanecem. Como se produz a reprodução? Para Wilhelm a resposta será encontrada no “núcleo gerador”.

Na Terceira Internacional stalinista completa-se o esmagamento do pensamento político e investigação teórica. A “estabilização provisória do capitalismo”, de onde o provisório torna-se sem fim. Autocracias mascaram a eminência das revoluções proletárias no mundo. Nos socialistas o “patriotismo revolucionário” se confunde na prática com o “nacionalismo reacionário”: “os portadores de verdades históricas detêm o sentido da história” (LEFEBVRE, H. 1994 - 191).

A passagem das considerações respeitantes à reprodução dos meios de produção para aqueles que dizem respeito às relações de produção; passagem de um conceito estrito para um conceito lato. Resistir na análise dos meios de produção e desvelar críticas somente sobre ele obscurece contradições postas a níveis globais, e nesta máscara reside portanto em algo que contribui para a construção desta “ideologia” (nas palavras de Lefebvre).

Na França, a crítica pedagógica incide sobre os métodos de ensino e sobre a matéria ensinada. Evidencia o caráter repressor do espaço pedagógico. O saber imposto aos alunos, vomitados nos exames refletem uma divisão do trabalho. A escola rui no século XIX coloca Lefebvre. A crítica pedagógica a mostra como lugar da reprodução das relações sociais de produção. Escola formando proletários para o trabalho e sua espoliação. Faculdade formando tecnocratas. Surge a noção da estrutura na educação/sociologia do conhecimento: “a tendência estruturalista estimulou primeiro e paralisou depois a reflexão, impedindo literalmente a crítica da dialética” (LEFEBVRE, H. 1994 - 192). Em todo momento o autor realiza uma crítica naquilo que constitua um saber disciplinado, disciplinador e fechado. Realça sempre o caráter global e total da argumentação.

Sobre epistemologia: seus inconvenientes ultrapassam suas vantagens. Ratifica uma divisão social do trabalho, colabora com o mercado mundial (das mercadorias e dos capitais) a partir do *establishment* universitário, o do saber respeitável e respeitado. Faz-se passar por absolutamente científica através de modelos que destaquem (poucos) elementos do “vivido” a fins de explicá-lo, engendrando “inconscientemente” as próprias contradições postas pelas reproduções das relações sociais de produção (elementos concernentes à família,



ao pai, etc). Para isso os modelos se relativizam ao extremo e fogem das contradições e da dialética, obscurecendo-as já que não podem se por a desvelar a reprodução das relações sociais. Além das clássicas indução e dedução, surge a transdução (construção de objetos virtuais, exploração do possível).

Conteúdo do saber e seu lugar na divisão do trabalho. Muitos esquerdistas quiseram confundir todo e qualquer saber com ideologia. Se uns passam por cima dele, outros sequer chegam a montar o cavalo (de batalha):

“a burocracia e o Estado constituem o somatório e o total das instituições existentes (...). Como disciplina, a análise institucional e a sua base de intervenção prática, a dinâmica de grupo, têm dificuldade em sair da oscilação entre a pura verificação (do existente) e o anúncio de um fim catastrófico pela contestação” (LEFEBVRE, H. 1994 - 194).

O autor coloca os tempos livres como libertação ilusória da sociedade e suas violências, sendo extensão do capitalismo, contribuindo para suas relações essenciais. “Na verdade os tempos livres (comercializados, depois constitutivos de espaços especializados) marcaram um período e determinaram uma articulação de primacial importância” (LEFEBVRE, H. 1994 - 194).

“a ciência não parece ser livre de conflitos. Com que direito escaparia o saber às contradições? (...) O cotidiano, e não já o econômico em geral, é a base sobre a qual se pôde estabelecer o neocapitalismo” (LEFEBVRE, H. 1994 - 195). Coloca o cotidiano e o urbano como reveladores das relações sociais de produção, portanto inegavelmente globais. Sequer estes objetos foram descobertos por alguém, mas emergiram numa prática multidimensional “Para conceber e compreender o que se descobre, basta não se deixar cegar.” (LEFEBVRE, H. 1994 - 195).

Para alguns o modo de produção é resposta para tudo, inclusive as relações sociais por serem quase que produtos do modo de produção capitalista. Quem veio primeiro? Tomar o modo de produção enquanto totalidade incorrerá em alguns equívocos, em pensar o capitalismo sem mudanças. “O conceito ‘total’, dogmaticamente petrificado esvazia a história sem mais formalidades” (LEFEBVRE, H. 1994 - 196).

“A auto-suficiência do saber reclama pela Filosofia em degenerescência, proclamada em nome da epistemologia, impede a compreensão do ‘mundo’ e do ‘social’ tais como são: apenas é considerado aquilo que tende a reduzir-se ao saber ‘puro’. E o ‘vivido’?” (LEFEBVRE, H. 1994 - 197). É dissipado, responde.

“Não tem maior inconveniente quando o campeão do saber ‘ideal’ e do real se ocupam da Física ou de Biologia (...) O emprego sistematizado de ‘modo de produção’ não traz nada e não muda nada relativamente à atitude dos pensadores ‘clássicos’ do marxismo depois de Marx. O capitalismo subsiste e subsistirá enquanto subsistir. Quando tiver desaparecido, terá desaparecido. Não há nenhuma mudança, visto que nada muda no seio do ‘modo de produção’, que, nessa qualidade, é instável; nada muda, a não ser os pormenores de acomodação. Nada muda à exceção do seguinte: a noção de ‘processo’ (histórica na origem, econômica depois) é substituída pela de estrutura (...)” (LEFEBVRE, H. 1994 - 197, grifo do autor).

“Sobrepor o modo de produção às relações de produção como a coerência à contradição, essa atitude de uma ‘prática teórica’ tomada em separado tem apenas um sentido: liquidar as contradições, excluir os conflitos (ou pelo menos certos conflitos essenciais), camuflando o que se sucede e o que procede desses conflitos” (LEFEBVRE, H. 1994 - 198).

Lefebvre critica Althusser e seu conceito (que questiona se não é um pseudoconceito): sobredeterminação. A ideologia ainda se constitui como um impasse. Os dogmáticos dizem que não se pode desembaraçar desde já a Ciência de toda a Ideologia. Os hiper-críticos dirão: o saber não passa de aparência solidificada e aquilo que se pretende ciência não é mais do que ideologia desta sociedade. Terra, trabalho e capital são estreitamente unidos mas aparecendo separados e como fontes de renda distintas legitimam o “rendimento” do capital em vez de desvelar que é constituído por mais-valia.

“O fetichismo do saber absoluto esmaga o ‘vivido’, mas o vivido e o imediato tentam em vão emancipar-se do saber. Um movimento de vaivém entre estes dois extremos deve ceder o passo a uma atitude melhor elaborada, e a barbárie irracional (...) Como todas as insatisfações, o discurso e a linguagem são polivalentes: eles veiculam as necessidades e desejos, poesia e ideologia, símbolos e conceitos, mitos e verdades, mas também as condições do poder (estatal), os seus símbolos e as suas palavras-chave. Contribuem, portanto, para reproduzir as relações de produção.” (LEFEBVRE, H. 1994 - 205).

Relembra o papel da cultura como deva também ser responsabilizada pela reprodução, integrando-se à linguagem e outras, e não deixando somente nas mãos da linguagem e do saber a explicação totalizada deste aspecto.

Como resposta a pergunta: de onde se reproduzem as relações sociais, Lefebvre só vê como resposta uma volta à visão do global, no que permita elucidar

que não vem de um lugar ou de outro, mas pelo fato de ser praticamente a relação contraditória dos momentos constituintes da realidade, dentre eles a linguagem, o trabalho, a cultura, o saber e etc.

O autor mostra como o grande capitalismo estrutura-se numa grande empreitada de destruir todas as relações pré-existentes a si próprio, sem perder a propriedade da terra (solo).

“O grande capitalismo transformou esses elementos da sociedade, apropriando-os para o seu uso. Os prolongamentos da era agrária em plena era industrial, esses restos, o capitalismo destruiu-os como tais (não sem conservar uma condição essencial da era passada, a saber, a propriedade privada do solo). O capitalismo não subordinou apenas a si próprio setores exteriores e anteriores: produziu setores novos transformando o que preexistia, resolvendo de cabo a rabo as organizações e as instituições correspondentes. É o que se passa com a ‘arte’, com o saber, reveste-se de aparências e mascara-se com ideologias. Por exemplo, devastando obras e estilos anteriores para transformá-los em objetos de produção e consumo ‘cultural’, a produção capitalista retoma estes estilos como restituição e reconstituição, como ‘neo’ isto ou ‘neo’ aquilo, como obras de elite e produtos de alta qualidade.

Não é apenas toda a sociedade que se torna o lugar da reprodução (das relações de produção e não já apenas dos meios de produção): é todo o espaço. Ocupado pelo neocapitalismo, setorizado, reduzido a pedaços (só se vendem pedaços de espaço às ‘clientelas’), o espaço transforma-se na sede do poder.” (LEFEBVRE, H. 1994 - 208).

Vê-se a forma pela qual o capitalismo coloca-se como um auto-reprodutor e aniquila tudo o que aparentemente existiu antes, que aparece como fetiche da história pré-capitalista. É a destruição completa das categorias e conceitos dantes vindouros de forma a colocar como pressuposto teórico e metodológico a violência para efetivação do processo. A gênese do espaço de lazer é uma divisão social do trabalho, no caráter da especialização. Onipresença, o poder está em todo lugar, para muito além das fronteiras (página 210). Espaço deve ser tomado como método, não como objeto, justamente por resguardar em si os âmbitos contraditórios da reprodução das relações sociais de produção. Pensá-lo como objeto seria tomá-lo como de forma positiva: “Ah, então entendo a organização do espaço e tudo ok! Proponho algo para ajustá-lo e tudo segue perfeito!” Por isso o espaço deve ser tomado como método! Para em seu estudo buscar desvelar as metafísicas através dele fetichizadas:

“Tornar-se-ia o conhecimento uma globalidade confusa? Não. O conhecimento não pode renunciar do pé para a mão a fazer distinções, a estabelecer separações. Todavia, a separação que as epistemologias metodicamente prosseguem e legitimam produz impasses, gera bloqueamentos. Há uma obsolescência do saber como há uma obsolescência das sociedades. A ditadura de um saber ‘puro’ e, portanto, fetichizado, conjuntamente com as ditaduras do Olhar e do *Phallus*, com a do Poder se encarna numa especialidade específica, esta ditadura do Verdadeiro entra em derrocada, fragmentando-se. Descobre-se o solo sobre o que se pode construir uma arquitetura mental e social apropriada.” (LEFEBVRE, H. 1994 - 212)

Já Lukács inicia seu capítulo sobre a coisificação e a consciência de classe do proletariado, da obra *História e Consciência de Classe*, colocando a forma da mercadoria como extremamente importante para a compreensão da obra de Marx, pois ela realiza a conexão entre as objetividades e as subjetividades do capital, torna-se o problema central e estrutural da sociedade capitalista em todas as suas manifestações vitais pois propõem-se enquanto totalidade.

#### I- O fenômeno da coisificação

Atenta para o fato de que o problema específico do fetichismo da mercadoria é um problema específico de nossa época, do mundo moderno. As relações mercantis já existiam em etapas muito primitivas da sociedade, mas esta não é a questão. A questão da extensão do tráfico mercantil como única forma dos intercâmbios orgânicos de uma sociedade é mais que quantitativa, ao mesmo passo em que a diferença de uma sociedade onde a forma mercantil é a que domina e exerce determinação sobre as manifestações da vida é mais que qualitativa. Pois o conjunto dos fenômenos, subjetivos e objetivos, tomam formas de objetividade distintas.

O processo de troca de mercadorias não se apresenta primitivamente no seio das comunidades naturais senão no ponto onde as comunidades entram em contato com outras comunidades.

“Para ello es preciso que la forma mercantil —como ya hemos subrayado más arriba— penetre el conjunto de las manifestaciones vitales de La sociedad y las transforme a su imagen, en lugar de ligar solamente desde el exterior procesos que por sí mismos son

independientes de ella y están orientados a la producción de valores de uso.” (LUKÁCS, G. 1970 – 112).

Conforme o capitalismo foi se desenvolvendo, ele foi criando e estendendo o véu da coisificação, tornando-se cada vez mais difícil levantá-lo e desvelar suas formas de ser. Para Marx a forma da gênese da coisificação está presente no momento em que os trabalhadores não reconhecem o produto de seus trabalhos coletivos enquanto trabalho, dando espaço a uma fantasmagoria de onde exista uma relação material que nada mais é do que relação social concreta entre os mesmos homens. Nasce segundo Lukács um fenômeno que está alheio à força produtiva dos próprios homens de onde o homem se opõe a sua própria atividade, assim sendo, o próprio trabalhador passa a enxergar sua força de trabalho como mercadoria, que lhe pertence, tornando possível a generalização da forma mercadoria dos produtos do trabalho.

“La universalidad de la forma mercancía condiciona, pues, tanto en el plano subjetivo como en el objetivo, una abstracción del trabajo humano que se objetiva en las mercancías. (Por otro lado, su posibilidad histórica, a su vez, está condicionada por la realización real de ese proceso de abstracción.) Objetivamente, la forma mercancía sólo se hace posible como forma de la igualdad, de la permutabilidad de objetos cualitativamente diferentes, si esos objetos son captados —*en esta relación*, única en la que, evidentemente, ellos adquieren su objetividad de mercancías— "como formalmente iguales. De este modo, el principio de su igualdad formal sólo puede fundarse en su esencia como productos del trabajo humano abstracto (por tanto, formalmente igual). Subjetivamente, esa igualdad formal del trabajo humano abstracto no es solamente el común denominador a que son reducidos los diferentes objetos en la relación mercantil, sino que ella se convierte también en el principio real del proceso efectivo de producción de mercancías. Se sobrentiende que no podemos tener la intención de describir aquí, ni tan sólo someramente, ese proceso, el nacimiento del proceso moderno de trabajo, del trabajador «libre», aislado, de la división del trabajo, etc. Sólo queremos hacer ver que el trabajo abstracto, igual, comparable, medido con precisión creciente por el tiempo de trabajo socialmente necesario, el trabajo de la división capitalista del trabajo, a la vez como producto y como condición de la producción capitalista, sólo puede surgir en el curso de la evolución de ésta, y sólo en el curso de esta evolución se convierte en una categoría social que influye de manera decisiva en la forma de objetividad tanto de los objetos como de los sujetos de la sociedad que así nace, de su relación con la naturaleza y de las relaciones posibles en su seno entre los hombres.” (LUKÁCS, G. 1970 - 114)

Do artesanato às máquinas, o que mais interessa nesse momento para o autor é a crescente alienação do trabalho e o fato de que a racionalização dos processos (Taylor) permite basear o cálculo. A racionalização tem que romper com as experiências concretas do trabalho em produzir relações orgânicas de produtos completos.

“la racionalización es inconcebible sin la especialización.^ Desaparece el producto que constituye una unidad, como objeto del proceso de trabajo. El proceso se convierte en la reunión objetiva de sistemas parciales racionalizados, cuya unidad está determinada por el puro cálculo, que tienen, pues, que aparecer necesariamente como *contingente* los unos en relación a los otros. La descomposición racional, por medio del cálculo, del proceso de trabajo elimina la necesidad orgánica de las operaciones parciales relacionadas las unas con las otras y ligadas en el producto en una unidad. La unidad del producto como mercancía no coincide ya con su unidad como valor de uso. La autonomía técnica de las manipulaciones parciales y productivas se manifiesta, en el aspecto económico también, en la capitalización radical de la sociedad, por la autonomización de las operaciones parciales, por la relativización creciente del carácter mercantil del producto en las diferentes etapas de su producción.^ Esta posibilidad de dislocación espacial, temporal, etc., de la producción de un valor de uso, corre parejas, en general, con la conexión espacial, temporal, etc. de manipulaciones parciales que, a su vez, corresponden a valores de uso totalmente heterogéneos.” (LUKÁCS, G. 1970 - 115-116)

Ao mesmo passo, esse deslocamento da produção também será necessariamente um abandono das características humanas do processo produtivo, de onde o trabalhador passa a figurar como mera engrenagem de um todo já acabado e produtivo por excelência, de onde perante esta totalidade produtiva já acabada lhe submete violentamente à mesma lógica em sua atitude contemplativa das leis mecânicas.

“Este sometimiento se acrecienta aún más por el hecho de que, cuanto más aumentan la racionalización y la mecanización del proceso de trabajo, más pierde la actividad del trabajador su carácter de actividad y se convierte en actitud *contemplativa*.^ La actitud contemplativa ante un proceso regulado por leyes mecánicas y que se desarrolla independientemente de la conciencia y sin influencia posible de la actividad humana, dicho de otro modo, que se manifiesta como un sistema acabado y cerrado, transforma también las categorías fundamentales de la actitud inmediata de los hombres frente al mundo: ella reduce el tiempo y el espacio a un mismo denominador, reduce el tiempo al nivel del

espacio. (...) Por la subordinación del hombre a la máquina, dice Marx, surge un estado de cosas tal que los hombres se borran ante el trabajo; el péndulo del reloj se convierte en la medida exacta de la actividad relativa de dos obreros; lo mismo que lo es de la velocidad de dos locomotoras. Así, pues, no hay que decir que una hora (de trabajo) de un hombre equivale a una hora de otro hombre, sino, ' más bien, que un hombre en una hora equivale a otro hombre en una hora. El tiempo lo es todo, el hombre ya no es nada; todo lo más es la armazón del tiempo. Ya no es cuestión de calidad. La cantidad lo decide todo: hora por hora, jornada por jornada.»\* (LUKÁCS, G. 1970 - 116)

O tempo se imobiliza. Perde seu caráter fluido para ser preenchido de coisas quantitativamente comensuráveis. O trabalhador ao mesmo tempo só pode ser engendrado nesta relação ao passo em que se torne livre, para que seja ilusoriamente possuidor da sua capacidade de trabalho que será explorada através da venda da sua força de trabalho.

“Al igual que el sistema capitalista se produce y se reproduce económicamente a un nivel cada vez más elevado, así en el curso de la evolución del capitalismo, la estructura de la cosificación se clava cada vez más profundamente, más fatal y constitutivamente en la conciencia de los hombres. Marx describe con penetración en numerosas ocasiones esta elevación de potencia de la cosificación. Citemos un ejemplo: «En el capital a interés aparece, por tanto, en toda su desnudez este fetiche automático del valor que se valoriza a sí mismo, el dinero que alumbró dinero, sin que bajo esta forma descubra en lo más mínimo las huellas de su nacimiento. La relación social queda reducida aquí a la relación de una cosa, el dinero, consigo misma. En vez de la transformación real y efectiva del dinero en capital, sólo aparece ante nosotros, aquí, su forma carente de contenido... El dinero tiene la virtud de crear valor, de arrojar interés, lo mismo que el peral tiene la virtud de dar peras. Es esta cosa, fuente de interés, la que el prestamista vende al prestar su dinero. Pero esto no es todo. El capital realmente en funciones se presenta, como hemos visto, de tal modo que no rinde interés como capital en función precisamente, sino como capital de por sí, como capital-dinero.” (LUKÁCS, G. 1970 - 120)

“El proceso que se desenvuelve aquí está, por consiguiente, tanto por sus motivos como por sus efectos, emparentado de cerca con la evolución económica que acabamos de esbozar. También aquí se realiza una ruptura con los métodos empíricos, irracionales, que se basan en tradiciones y están cortados subjetivamente a la medida del hombre actuante y objetivamente a la medida de la materia concreta, en la jurisprudencia, la administración, etc. Surge una sistematización racional de todas las reglamentaciones jurídicas de la vida,

sistematización que representa, por lo menos en su tendencia, un sistema cerrado que puede aplicarse a todos los casos posibles e imaginables.” (LUKÁCS, G. 1970 - 123)

As formas pelas quais os fenômenos de coisificação e seus fundamentos econômicos fundantes são separadas, são parte de um processo de transformação que tem que englobar necessariamente o conjunto das formas de aparição na vida social para que se cumpram as condições de produção capitalista a pleno rendimento: nascem as concepções de Direito e Estado (capitalistas). O autor demonstra como o capitalismo constitui todo um corpo no ideário social, tão coeso quanto parece a reprodução da vida e do cotidiano do grande entorno que circunda uma empresa, com os sistemas legais de igualdade pautados pelas relações burguesas, pelo sistema patriarcal inerente das fábricas a despeito do bel prazer dos seus donos e assim por diante. Deixa a ideia de que o capital enuncia no tempo presente de sua formação e reprodução uma noção que só possa ser pensada e pesada a partir da sua existência, como sistema que aniquila e nega constantemente a história e tudo aquilo que não o constitua. Nasce uma noção da totalidade que só pode ser pensada a partir do capital e de sua (re)produção.

A especialização na execução do trabalho faz desaparecer toda a imagem da totalidade.

“La especialización en la ejecución del trabajo hace desaparecer toda imagen de la totalidad. Y como la necesidad de captar la totalidad —al menos por el conocimiento— no puede, pese a todo, desaparecer, se produce la impresión (y se formula este reproche) de que la ciencia, que trabaja también de esa manera, o sea, permanece igualmente en esa inmediatez, ha perdido el sentido de la totalidad a fuerza de especialización. Ante tales reproches, según los cuales no se captan «los momentos en su unidad», Marx subraya con razón que ese reproche está concebido «como si esa dislocación no hubiese penetrado de la realidad a los manuales, sino al contrario, de los manuales a la realidad». ^ Aunque ese reproche merece ser rechazado en su forma ingenua, por otra parte se hace comprensible sí, por un instante, no se considera desde el punto de vista de la conciencia cosificada, sino desde el exterior, la actividad de la ciencia moderna, cuyo método es, tanto desde el punto de vista sociológico como de manera inmanente, necesario y por lo tanto «comprensible». Bajo este ángulo, se verá que (sin que esto sea un «reproche») cuanto



más evolucionada está una ciencia, en mayor grado ha adquirido una visión clara y metodológica de sí misma, y más debe volver la espalda a los problemas ontológicos de su esfera y eliminarlos del dominio de la conceptualización que ella ha forjado. Se convierte — y tanto más cuanto está más evolucionada, cuanto es más científica — en un sistema formalmente cerrado de leyes parciales especiales, por el cual el mundo que se halla fuera de su dominio y, junto con éste, en primer lugar incluso, la materia que él tiene por objeto conocer, *su propio sustrato concreto de realidad*, pasa por *imperceptible* metodológica y fundamentalmente. Marx formuló esto con agudeza en lo referente a la economía, explicando que «el valor de uso está, en cuanto valor de uso, más allá de la esfera de las consideraciones de la economía política». ^” (LUKÁCS, G. 1970 - 130)

Coloca o autor que a Ciência não consegue se distanciar do seu próprio ponto de vista, falhando portanto nas tentativas de compreender e avançar sobre suas próprias formas que são determinadas pela lógica da mercadoria. A Ciência não consegue ir para além de suas próprias formas críticas postas e fetichizadas pelas suas ontologias. Ressalta sobre o método científico que nasce de um ser social, onde por detrás dele há a necessidade de reposição do pensamento desta mesma classe através do ser e suas necessidades, bem como da classe oriunda e dessas necessidades. Coloca o exemplo da crise, em que a burguesia não consegue se colocar para além da compreensão desta barreira, porque torna a economia um sistema formal, abstrato e matematizado de leis até o extremo, pois não se dissocia de um pensamento coisificado. Isto revela não só uma consequência da situação e dos interesses da burguesia, mas também uma consequência necessária de seu método econômico.

Tratando a economia e o mundo consecutivamente como meras ferramentas de desvelar aquilo que se coloca de maneira estritamente quantitativa põe relações que ainda que se equivalham, o fazem pelo meio do obscurecimento (da relação qualitativa) dos valores de usos distintos que subjetivam as relações e as próprias materialidades da troca. Impedem também, estas barreiras, de captar o valor de uso e o consumo real.

Faz uma ressalva quanto a Ciência, de que sua incapacidade de chegar até substratos materiais reais da própria Ciência, não se objetiva por culpa dos

indivíduos necessariamente, mas pelo fato de que quanto mais ela evolua, mais marcada pela crueza ela será; e o mesmo se efetua quanto mais ela trabalha a partir de suas próprias pressuposições e de seus aparatos de conceitos.

Coloca que os parâmetros constitutivos do mundo científico já podem ser revelados há muito, quando da filosofia do direito, Voltaire incitava que se queimassem os conjuntos de leis e se fizessem novas, seguindo padrões que não objetivassem alguém que estivesse aparentemente para além dos direitos que deveriam aparecer-se como comuns a todos na sociedade. Para tanto surge esta ruptura que se coloca como “racional” e “histórica”, utilizando-se portanto de fatos. De alguma forma, já há uma ligação possível como o que se desenrolou mais tarde através do positivismo enquanto metodologia científica. (contra o direito natural). “Sin embargo, la cohesión de estas leyes es puramente formal: lo que ellas expresan «el contenido de las instituciones jurídicas no es jamás de naturaleza jurídica, sino de naturaleza política, económica».” (LUKÁCS, G. 1970 - 134)

O direito busca basear-se nos valores eternos e o seu fundamento real acerca de seu nascimento é a modificação das relações de força entre as classes, que se esfumaça e desaparece nas ciências que tratam dele; de onde nascem – seguindo as formas de pensamento da sociedade burguesa – os mesmos problemas da transcendência do substrato material que na jurisprudência e na economia política. (135).

A coisificação é a base para o formalismo das ciências e da filosofia:

“los conceptos de las ciencias particulares en un sustrato inmutable dado, se abandona definitivamente y sin esperanza toda posibilidad de poner en claro la cosificación que es la base de ese formalismo. El mundo cosificado aparece en adelante de manera definitiva —y se expresa filosóficamente, elevado a la 136 segunda potencia, en el esclarecimiento «crítico»— Como el único mundo posible, el único conceptualmente captable y comprensible y el único dado a nosotros, los hombres. Que esto suscite la transfiguración. La resignación o la desesperanza, o bien se busque eventualmente un camino que lleve a la «vida» por la experiencia mística irracional, ello no hará cambiar absolutamente en nada la esencia de esta situación de hecho. Al limitarse a estudiar las «condiciones de posibilidad» de la validez de las formas en las que se manifiesta el ser que es el

fundamento, el pensamiento burgués moderno se cierra la vía que conduce a una posición clara de los problemas, a las cuestiones que versan sobre el nacimiento y la desaparición, sobre la esencia real y el sustrato de esas formas. Su perspicacia se encuentra cada vez más en la situación de aquella «crítica» legendaria de las Indias que, frente a la antigua representación según la cual el mundo descansa sobre un elefante, lanzaba esta pregunta «crítica»: ¿sobre qué descansa el elefante? Y después de haber obtenido la respuesta de que el elefante descansa sobre una tortuga, la «crítica» quedo satisfecha. Está claro que si se hubiese hecho otra pregunta igualmente «crítica», todo lo más que se hubiera encontrado sería un tercer animal milagroso, pero no se hubiera encontrado la solución de la cuestión real.” (LUKÁCS, G. 1970 - 135 – 136)

## II – As antinomias do pensamento burguês

A filosofia crítica moderna nasceu da estrutura coisificada da consciência. Daqui encontram-se as raízes dos problemas específicos das filosofias anteriores. Ressalta a diferença entre os seres sociais vividos nas filosofias antiga e da filosofia moderna, sendo qualitativamente diferentes. Evidencia dois motivos para atribuições inadequadas tais como Platão haver sido precursor de Kant e etc.: a primeira razão é no fato de querer buscar-se heranças em momentos pretéritos para explicar o mundo atual. A segunda razão reside no fato de que a sociedade grega tinha um pé no concernente à coisificação, mas não a vivendo como formas universais do conjunto do ser, enquanto o outro pé resistia na construção de uma sociedade pautada por uma estrutura natural.

No que consiste esta diferença fundamental? Segundo Lukács a resposta está em Kant, em seu prefácio à segunda edição da *Crítica da Razão Pura*. Coloca isto em função do que chama de “revolução copernicana”, de onde nasce a compreensão de pensar que o mundo não nasce antes do sujeito cognoscente, mas justamente nasce a partir dele, como próprio produto do sujeito: o conhecimento só pode ser conhecido por nós, na medida em que seja criado por nós mesmos.

Esclarece que a tentativa do texto é buscar o nexo entre os problemas fundamentais desta filosofia e do fundamento ontológico do qual se desprendem suas questões e a quais eles se esforçam para retornar compreendendo-o.

Aparentemente coloca uma ruptura significativa entre a forma de pensamento medieval e a moderna a partir do método e de uma nova concepção da essência do pensamento:

“han sido la unificación de todos los fenómenos (en oposición, por ejemplo, a la separación medieval entre el mundo «sublunar» y el mundo «supralunar»), la exigencia de un nexo causal inmanente en oposición a las concepciones que buscaban el fundamento de los fenómenos y sus nexos fuera del nexo inmanente (astronomía contra astrología, etc.), la exigencia de aplicación de las categorías racionales matemáticas a la explicación de todos los fenómenos (en oposición a la filosofía cualitativa de la naturaleza, que tuvo un nuevo auge todavía durante el renacimiento y — Bohme, Fludd, etc. — y constituía todavía el fundamento del método de Bacon). También se puede considerar como establecido el que toda esta evolución filosófica se efectuó en constante interacción con la evolución de las ciencias exactas, cuya evolución, a su vez, se halló en interacción fecunda con la técnica «en vías de racionalización constante, con la experiencia del trabajo en la producción.»<sup>^</sup> (LUKÁCS, G. 1970 - 138 – 139).

Assume que em todas as épocas havia um tipo de racionalismo responsável pela elaboração do sistema formal voltado para os fenômenos que o entendimento pode perceber e produzir, e portanto, pode dominar, prever e calcular. Mas daí intervem diferenças fundamentais, como as finalidades para as quais se pensam tais racionalismos que assinam o conjunto dos sistemas de conhecimentos e os fins humanos. Ressalta, pois, que os problemas da existência humana estão colocados dentro de uma irracionalidade que escapa ao entendimento humano (referência a sistemas parciais – tais como as divisões do conhecimento e o mundo da ciência moderna): não capta a essência. Cita uma relação dialética entre o racionalismo-irracionalismo, onde um aparece minimamente na delimitação do outro, cita o exemplo hinduísmo ascético.

Diferencia, esta noção, do racionalismo burguês, pois este reivindica a representação do método universal para o conhecimento e o conjunto do ser. Deste modo a questão da correlação necessária com o princípio irracional adquire importância decisiva, dissolvente e desintegrante para todo o sistema. Esta problemática aparece com mais clareza na *coisa em si* de Kant, que assume diferentes posições e interpretações mediante sua colocação, pressupondo uma

unificação abaixo do conceito que abstrata e negativa, não se faz compreensível se não se opõe à faculdade humana de conhecer. Reduzem-se tais complexos ao problema do material (no sentido lógico e metodológico) e à questão do conteúdo destas formas com as quais nós conhecemos o mundo (e só o fazemos porque nós mesmos o criamos).

Enuncia sobre a dialética transcendental e a lógica do espírito kantiano metafísico, ao pensar a materialidade física do mundo como algo que esconde por detrás de suas objetividades a complexidade do mundo e dos conceitos. Coloca uma metafísica na relação entre espírito e matéria, colocando em cheque-mate a razão pura ao pensar-se nas factuais e ficticialidades das formas racionais que se dissolvem ao serem pensadas como nosso próprio entendimento.

“bien el sistema está obligado a reconocer que el dato, el contenido. La materia, penetran hasta la puesta en forma, hasta la estructura de las formas, hasta la relación de las formas entre sí, *penetran, pues, hasta la estructura del propio sistema de manera determinante*;^ así, es preciso reconocer al sistema como sistema; el sistema no es más que un registro lo más completo posible, una descripción lo mejor ordenada posible de hechos cuya cohesión, sin embargo, ya no es racional, ya no puede sistematizarse, ni siquiera siendo racionales y conformes al entendimiento las formas de sus elementos.^ Sin embargo, seria superficial permanecer en este dilema abstracto. A la filosofía clásica no lo ha hecho así ni un solo instante. Llevando al paroxismo la oposición lógica entre forma y contenido, donde se encuentran y se cruzan todas las oposiciones fundamentales de la filosofía, manteniéndola como oposición y tratando, no obstante, de superarla sistemáticamente, la filosofía clásica pudo rebasar a sus predecesores y plantear los fundamentos metodológicos del método dialéctico. Su perseverancia en construir un sistema racional, a pesar de la irracionalidad, claramente reconocida y sostenida como tal, del contenido del concepto (del dato), tenía por fuerza que actuar metodológicamente en el sentido de una relativación dinámica de estas oposiciones.” (LUKÁCS, G. 1970 - 144)

Assegura ainda que as especificações das Ciências acabam por afastar-se cada vez mais assertivamente da Filosofia, mas não realiza um julgamento moral nem afirma que tal união ou mera tentativa resolveria os problemas, assume que caso houvesse este fato nenhuma das duas produções de conhecimento seriam

nem Filosofia, tampouco Ciência, algo que ainda assim não conseguiria arranhar o mundo da essência por detrás das formas e conteúdos postos pela racionalidade.

Inicia outra parte colocando como o processo histórico das tentativas de superações filosóficas acabou encerrando sobre si próprio os motivos pelos quais ela teceu críticas ao seu pretérito: acaba por tornar-se tão metafísico quanto o anterior, principalmente pelo fato de aprisionar-se em torno do próprio pensamento auto-identificador enquanto pensamento que cerceia as tentativas de colocar-se criticamente para além dele próprio – fruto do sistema racionalista formalista.

“Aparentemente, esta definición de la contemplación contradice nuestra exposición anterior del problema del conocimiento como conocimiento de lo que ha sido producido por «nosotros». La contradice efectivamente. Pero esta contradicción es propia para arrojar una nueva luz sobre la dificultad de ese problema y sobre las vías posibles hacia una solución. Pues la contradicción no reside en la incapacidad de los filósofos para analizar de manera unívoca los hechos en cuya presencia se encuentran: su tarca es más bien comprender la expresión en pensamiento de la situación objetiva misma. Dicho de otro modo, la contradicción que aparece aquí entre la subjetividad y la objetividad de los sistemas formales modernos y racionalistas, los embrollos y equívocos que ocultan sus conceptos de sujeto y objeto, la incompatibilidad entre su esencia de sistemas «producidos» por «nosotros» y su necesidad fatalista extraña al hombre y alejada del hombre, no son otra cosa que la formulación lógica y metodológica del estado de la sociedad moderna; pues los hombres, por un lado, rompen, disuelven y abandonan cada vez más los lazos simplemente «naturales», irracionales y «factuales», pero, por otro lado y simultáneamente, elevan en torno de ellos, en esa realidad creada por ellos mismos, «producida por ellos mismos», una especie de segunda naturaleza cuyo desarrollo se opone a ellos con la misma implacable conformidad a leyes que lo hacían en otro tiempo las potencias naturales irracionales (más precisamente: las relaciones sociales que aparecían ante ellos bajo esa forma). «Su propio movimiento social —dice Marx— posee para ellos la forma de un movimiento de las cosas, viéndose bajo el dominio de éstas en lugar de dominarlas.» (LUKÁCS, G. 1970 - 153 – 154)

“Sin embargo, se revela que todas las relaciones humanas son llevadas de esta manera al nivel de los sistemas de leyes naturales así concebidos. Se ha subrayado varias veces en estas páginas que la naturaleza es una categoría social. Ciertamente que al hombre moderno, que parte inmediatamente de las formas ideológicas acabadas, de sus efectos en presencia de los cuales se encuentra e influyen profundamente toda su evolución mental,

parece que una concepción como la que acaba de ser esbozada aplica simplemente a la sociedad los conceptos formados y adquiridos en las ciencias de la naturaleza. Hegel decía ya, en su polémica de juventud contra Fichte, que su estado es «una máquina», su sustrato «una pluralidad... atomística cuyos elementos... son una cantidad de puntos... Esta sustancialidad absoluta de los puntos funda en la filosofía práctica un sistema de atomismo en que, como en el atomismo de la naturaleza un entendimiento extraño a los átomos se convierte en ley».<sup>^</sup> Esas descripciones de la sociedad moderna y esas tentativas de dominarle en pensamiento vuelven sin cesar en el curso de la evolución ulterior; esto es demasiado conocido para que haya necesidad de confirmarlo aquí con ejemplos. Lo más importante es que la visión de una relación inversa no ha faltado tampoco. Después de Hegel que había reconocido ya claramente en las «leyes de la naturaleza» su aspecto cívico y combativo, Marx muestra que «Descartes con su definición de los animales-máquinas ve con los ojos del período de las manufacturas, mientras que en la edad media el animal era un auxiliar del hombre».<sup>^</sup> y añade algunas indicaciones sobre la historia de las ideas relativas a esas relaciones. Ese mismo lazo adopta un carácter todavía más claro y principal en Tonnies: «La razón abstracta, desde cierto ángulo, es la razón *científica*, y su sujeto es el nombre objetivo, que tiene relaciones, es decir, el hombre que piensa conceptualmente. Y, por consiguiente, los conceptos científicos, que, por su origen ordinario y sus propiedades reales, son juicios por los cuales se da *nombres* a los conjuntos de sensaciones, se comportan dentro de la ciencia como las mercancías en el seno de la sociedad. Se reúnen en el sistema como las mercancías en el mercado. El concepto científico supremo, no encerrando ya el nombre de algo real, equivale al dinero; el concepto de átomo, por ejemplo, o el de energía».<sup>^</sup> No puede ser nuestra tarea estudiar aquí más de cerca la prioridad conceptual o la unión causal e histórica entre sistema de leyes naturales y capitalismo. (El autor de estas líneas no quiere ocultar, sin embargo, que en su opinión la prioridad corresponde a la evolución económica capitalista.) Se trata solamente de comprender claramente que, de una parte, todas las relaciones humanas (como objetos de la actividad social) adoptan cada vez más las formas de objetividad de los elementos abstractos de los conceptos formados por las ciencias de la naturaleza, de los sustratos abstractos de las leyes de la naturaleza, y que, de otra parte, el sujeto de esta «actividad» adopta cada vez más, igualmente, una actitud de puro observador de esos procesos artificialmente abstractos, de experimentador, etc.” (LUKÁCS, G. 1970 - 156 – 157)

Coloca ainda um debate sobre o sujeito da ação, o produtor do conhecimento enquanto questão filosófica, e desemboca necessariamente no

Homem Burguês Moderno, descrito e defendido muito bem por Lutero, por exemplo (egoísta, individual, artificialmente isolado pelo capitalismo).

“Cada vez más se desarrolla el sentimiento de que las formas sociales (la cosificación) despojan al hombre de su esencia de hombre, que cuanto más posesión toman de él la cultura y la civilización (es decir, el capitalismo y la cosificación) menos capaz es de ser hombre. Y la naturaleza se convierte —sin que se haya tenido conciencia de la inversión completa en la significación de ese concepto— en el receptáculo en que se reúnen todas las tendencias interiores que actúan contra la mecanización, la privación de alma, la cosificación crecientes. Puede de esa manera adoptar la significación de lo que, por oposición a las formaciones artificiales de la civilización humana, ha tenido un crecimiento orgánico y no ha sido creado por el hombre.^ Puede también ser discernida como ese aspecto de la interioridad humana que ha seguido siendo naturaleza o al menos tiene la tendencia, la nostalgia, de volver a ser naturaleza. «Ellas son —dice Schiller a propósito de las formas de la naturaleza— lo que fuimos, lo que debemos volver a ser.» Aquí, sin embargo, ha surgido —inopinadamente y en unión indisoluble con los otros conceptos— un tercer concepto de naturaleza, un concepto en el cual el carácter de valor, la tendencia a superar la problemática de la existencia cosificada resaltan claramente. La naturaleza es entonces el ser humano auténtico, la esencia verdadera del hombre liberado de las formas sociales falsas y mecanizantes, el hombre como totalidad acabada, que ha superado o supera interiormente la escisión entre teoría y praxis, entre razón y sensibilidad, entre forma y materia; para ese hombre la tendencia a cobrar una forma no es una racionalidad abstracta que deja de lado los contenidos concretos, pues la libertad y la necesidad coinciden. Parece así que hemos encontrado lo que buscábamos: el fundamento de la dualidad insuperable de la razón pura y la razón práctica, el fundamento del sujeto de la «acción» y la «producción » de la realidad como totalidad. Esta actitud (si comprendemos como necesaria la multiplicidad variable de los sentidos de ese concepto esclarecedor, mientras la deja como es) no debe ser buscada de manera mitologizante en una construcción trascendente; no se muestra solamente como un «hecho síquico», como una nostalgia en la conciencia, sino que posee también un campo concreto y real de realización: el arte.” (LUKÁCS, G. 1970 - 164 – 165)

### III – O ponto de vista do proletariado

O autor assemelha o proletariado enquanto essência sujeito-objeto ao processo evolutivo da sociedade e da história, pois ele mesmo guarda em si a



dissolução do estado de coisas. Para o proletariado conhecer-se objetivamente e de maneira consciente, é ao mesmo tempo contribuir com a evolução da sociedade que sem este processo continuaria a perseguir aspectos abstratos. Mas, em sendo o proletariado um produto da ordem social capitalista, ele comparte com a burguesia toda a alienação e desumanização das diversas manifestações da vida; tanto a classe possuidora dos meios de produção, quanto a dos proletários, partilham da mesma alienação de si sobre o homem.

Nesta porção Lukács se presta a uma larga e extensa reflexão sobre o constructo da História, citando e confrontando diversos autores. Coloca que a urgência e a mediação que existem entre proletariado e burguesia são praticamente os mesmos pela visão histórica que se lhes passam. Em suma:

“Nuestras explicaciones precedentes han mostrado, lo esperamos, bastante claramente que esta mediación precisamente ha faltado y debía necesariamente faltar en el pensamiento burgués. En el plano económico ello ha sido demostrado por Marx^ en innumerables pasajes; las falsas representaciones que la economía burguesa se hace del proceso económico del capitalismo han sido expresamente reducidas a la falta de mediación, al despojo metódico de las categorías de la mediación, a la aceptación inmediata de formas derivadas de la objetividad, al hecho de detenerse en el plano de la representación simplemente inmediata. Hemos indicado con mucha insistencia, en la segunda parte, las consecuencias intelectuales que acarrearán el carácter de la sociedad burguesa y los límites metodológicos de su pensamiento, y hemos mostrado las antinomias (sujeto-objeto, libertad-necesidad, individuo- sociedad, forma-contenido, etc.) a las cuales el pensamiento debía llegar así necesariamente. Ahora se trata de comprender que el pensamiento burgués —aunque llega a esas antinomias por la vía de los más grandes esfuerzos de pensamiento— acepta, sin embargo, el fundamento ontológico del cual nacen esas antinomias como por sí solas como una facticidad que hay que tomar tal cual es: tiene un comportamiento inmediato respecto de sí mismo. Simmel dice, por ejemplo, a propósito de la estructura ideológica de la conciencia de la cosificación: «Esas direcciones inversas pueden, pues, una vez tomadas, tender también hacia un ideal de separación absolutamente puro: el contenido real de la vida se hace cada vez más pragmático e impersonal, a fin de que el resto no cosificable de esa misma vida llegue a ser tanto más personal, sea tanto más la propiedad incontestable del yo.»\* Pero entonces lo que debía ser derivado de la mediación y comprendido por ella se convierte en el principio aceptado y valorizado de la explicación de todos los fenómenos: la facticidad inexplicada e

inexplicable de la existencia y del ser-así de la sociedad burguesa adopta el carácter de una ley eterna de la naturaleza o de un valor cultural de validez intemporal.” (LUKÁCS, G. 1970 - 181)

O conhecimento da história surge para o proletariado na medida em que se conhece o presente e sua necessidade social.

“Génesis e historia no pueden coincidir o, para hablar más exactamente, ser momentos del mismo proceso, salvo si, de una parte, todas las categorías en las cuales se edifica la existencia humana aparecen como determinaciones de esa misma existencia (y no simplemente de su comprensión posible) y si, por otra, su sucesión, su unión y su conexión se muestran como momentos del proceso histórico mismo, como características estructurales del presente. Sucesión y unión internas de las categorías no constituyen, pues, ni una serie puramente lógica ni un orden según una facticidad puramente histórica. «Su sucesión es más bien determinada por la relación que tienen entre sí en la sociedad burguesa moderna y que es exactamente lo inverso de la que aparece como su relación natural o que corresponde a la serie de la evolución histórica.»” (LUKÁCS, G. 1970 - 183-184)

## **1.2 - Capital fixo e desenvolvimento das forças produtivas**

Sobre a questão do capital enquanto forma (re)produtora do desenvolvimento das forças produtivas, não há maneira de escapar da análise de Marx, que nos Grundrisse coloca a divisão das máquinas empregadas para produzir energia, transmitir energia e executar o trabalho. O capital que se consome no próprio processo de produção é o chamado capital fixo. É uma ferramenta pressuposta logicamente (valor de uso), que transforma a corporificação material do trabalho (espoliado) nas necessidades objetivas do: material de trabalho, meio de trabalho e trabalho vivo. Negação? Processo de trabalho é sua unidade somente.

Estes três elementos aparecem antes da troca com a capacidade de trabalho, antes do processo real, como custos/valores meramente diferentes na composição do preço deste capital fixo. "na diferença entre capital circulante (matéria prima e produto) e capital fixo (meios de trabalho), a diferença dos elementos como valores de uso é posta simultaneamente como diferença do capital como capital, em sua determinação formal”

(MARX, K. 2011 - 580 [572]). Surge uma relação qualitativa do próprio capital determinante do seu movimento total (rotação), capital enquanto auto-reprodutivo: "valor de uso do próprio capital em diferentes fases" (MARX, K. 2011 - 580 [572]).

O meio de trabalho passa a ser um modo de existência a partir dele determinado pelo processo total do capital como capital fixo. Assimilado ao processo de produção do capital esse meio de trabalho em última instância vira maquinaria (sistema automático de):

"A atividade do trabalhador limitada a uma mera abstração da atividade, é determinada e regulada em todos os aspectos pelo movimento da maquinaria e não o inverso. A ciência, que força os membros inanimados da maquinaria a agirem adequadamente como autômatos por sua construção, não existe na consciência do trabalhador, mas atua sobre ele por meio da máquina como poder estranho, como poder da própria máquina" (MARX, K. 2011 - 581 [573]).

Classifica como trabalho vivo os homens trabalhando para a máquina e suas ações. Já o trabalho objetivado, como aquele da máquina em si: "o processo de produção deixou de ser o processo de trabalho no sentido de processo dominado pelo trabalho como unidade que o governa" (MARX, K. 2011 - 581 [573]), momento pelo qual o trabalho vivo e objetivado é incorporado enquanto força produtiva, portanto mensurável e passa a tornar-se capital fixo. A maquinaria constitui-se na forma mais adequada de ser do capital fixo por ser meio de produção. O saber é algo externo ao trabalhador. Este aparece como supérfluo desde que sua ação não seja condicionada pelas necessidades do capital.

A ciência aparece historicamente como desenvolvimento de uma determinada força produtiva, a qual torna possível a efetivação da noção de capital fixo a partir do momento em que o trabalho passa a se defrontar como máquina no processo de produção, não mais subsumida (a produção) à habilidade imediata do trabalhador, mas como aplicação tecnológica da ciência (MARX, K. 2011 - 583 [577]). Portanto a noção de ciência é moderna!

"Na mesma medida em que o tempo de trabalho - o simples quantum de trabalho - é posto pelo capital como único elemento determinante de valor, desaparece trabalho imediato e

sua quantidade como princípio determinante da produção - a criação de valores de uso -, e é reduzido tanto quantitativamente a uma proporção insignificante, quanto qualitativamente como um momento ainda indispensável, mas subalterno frente ao trabalho científico geral, à aplicação tecnológica das ciências naturais, de um lado, bem como [à] força produtiva geral resultante da articulação social na produção total - que aparece como dom natural do trabalho social (embora seja um produto histórico). O capital trabalha, assim, pela sua própria dissolução como a forma dominante da produção." (MARX, K. 2011 - 583 [577])

O capital circulante adianta trabalho ao trabalhador para que este possa consumir trabalhos alheios, assim todas as forças de trabalho são transpostas informações do capital. Simultaneidade dos ramos do trabalho. Trabalho enquanto social.

Capital fixo enquanto meio de produção só aumenta valor na medida em que seja produto de trabalho e aumenta a proporção de trabalho excedente em relação ao trabalho necessário, ao capacitar o trabalho, por meio do aumento de sua força produtiva, a criar uma massa maior de produtos necessários para a manutenção da capacidade de trabalho viva em menos tempo.

Sobre a dispensa de trabalho humano, diz o autor: "A maquinaria intervém para substituir o trabalho somente onde há abundância em forças de trabalho" (MARX, K. 2011 - 585 [579])

Coloca ainda sobre o desenvolvimento da Ciência enquanto dominação do metabolismo da natureza, por exemplo, agricultura. Há dispensa do tempo de trabalho em última instância para que nesse aparente tempo livre haja criação artística científica no sentido em que elas expandam e se apropriem cada vez mais dessa dominação da natureza enquanto empreendimento industrial, porquanto seja a dispensa de trabalho uma busca de efetividade cada vez maior das forças produtivas, de onde o não-trabalho figura na forma plena do trabalho e de uma realização de trabalho produtivo na forma de sua dispensa.

"A natureza não constrói máquinas nem locomotivas, ferrovias, telégrafos elétricos, máquinas de fiar automáticas e etc. Elas são produtos da indústria humana; material natural transformado em órgãos da vontade humana sobre a natureza ou de sua atividade humana na natureza. Ela são órgãos do cérebro humano criados pela mão humana; força

do saber objetivada. O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral, conhecimento, deveio força produtiva imediata e, em consequência, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sob o controle do intelecto geral e foram reorganizadas em conformidade com ele. Até que ponto as forças produtivas da sociedade são produzidas, não só na forma do saber, mas como órgãos imediatos da práxis social; do processo real da vida.

Há ainda outro aspecto em que o desenvolvimento do capital fixo indica o grau do desenvolvimento da riqueza em geral, ou do desenvolvimento do capital. O objeto da produção orientada imediatamente para o valor de uso e, de maneira igualmente imediata, para o valor de troca é o próprio produto destinado ao consumo. A parte da produção orientada para a produção do capital fixo não produz objetos da fruição imediata nem valores de troca imediatamente realizáveis. Por conseguinte, o fato de que uma parte de cada vez maior seja empregada na produção dos meios de produção depende do grau de produtividade já alcançado - de que uma parte do tempo de produção seja suficiente para produção imediata. Para tanto, é preciso que a sociedade possa esperar; que uma grande parte da riqueza já criada possa ser retirada da fruição imediata quando da produção destinada a fruição imediata, para empregar essa parte no trabalho não imediatamente produtivo (no interior do próprio processo de produção material). Isso exige que já se tenha alcançado alto nível da produtividade do excedente relativo, nível elevado que, na verdade, é diretamente proporcional à transformação do capital circulante em capital fixo. Assim como a magnitude do trabalho excedente relativo depende da produtividade do trabalho necessário, a magnitude do tempo de trabalho - vivo e objetivado - empregado na produção do capital fixo depende da produtividade do tempo de trabalho destinado à produção direta de produtos. A condição para isso é população excedente (desde esse ponto de vista), bem como produção excedente. I.e., o resultado do tempo empregado na produção imediata tem de ser muito grande relativamente o que é imediatamente necessário a reprodução do capital empregado da indústria. Quanto menos o capital fixo produz frutos imediatamente, quanto menos interfere no processo de produção imediato, tanto maior tende ser essa população e essa produção excedentes relativas; ou seja, mais para construir ferrovias, canais, aquedutos, telégrafos etc. que para produzir maquinaria diretamente ativa no processo de produção imediato. Daí - ao que retornaremos mais tarde - na constante super e subprodução da indústria moderna - as constantes oscilações e convulsões causadas pela desproporção com que o capital circulante é transformado em capital fixo, que ora é muito pouco, ora é excessivo." (MARX, K. 2011 - 589 e 590 [583 e 584])

Quanto mais durar o material empregado em capital fixo (meio de produção) melhor, por isto ser geralmente de metal, etc. No capital fixo o capital existe não só como trabalho objetivado, mas como valor, cujo valor de uso será a criação de novos valores. Daí sua existência ser a de capital produtivo. Dinheiro figura enquanto capital fixo e circulante. De onde este capital fixo não ingressa como valor de uso na circulação. Quanto mais durável o capital fixo (durabilidade da maquinaria, por exemplo) mais tempo de rotação ele levará para retornar esse capital ao burguês. Capital circulante rota mais rapidamente por ter relação direta com a geração de mais valor. Assumem formas distintas de se reproduzirem e gerarem lucro, aliás, existe um movimento dual e contraditório onde para o capital fixo virar lucro precisa circular: "indiretamente, o comprador paga em todas as mercadorias gradual e parceladamente, o gasto e o uso do capital fixo, ainda que este não ingresse na circulação como valor de uso." (MARX, K. 2011 - 605 [601]).

O capital fixo é pressuposto do processo de produção como agente de produção e não como resultado dele (reside aqui a diferença entre capital fixo e máquina): "Mas a ferrovia ou edificações alugadas para a produção são simultaneamente meios de produção e são realizadas simultaneamente por seu vendedor como produto, como capital" (MARX, K. 2011 - 606 [602]).

"O importante, então, é que a produção do capital aparece, assim, como produção de capital circulante e capital fixo em porções determinadas, de modo que o próprio capital produz sua forma dupla de circulação como capital fixo e capital circulante." (MARX, K. 2011 - 607 [603])

O capital fixo: não muda de forma permanece como valor de uso em uma existência material determinada dentro do processo de produção. Já o capital circulante ou flutuante precisa constantemente da circulação, pois o valor assume inúmeras formas de valor de uso, há uma mudança constante de matéria e forma; é capital fixo consumido. Coloca a relação existente nas trocas de capital circulante e fixo, tal como visto matematicamente através do tempo de reposição. Marx elucida que a relação de um povo industrial com outro povo não necessariamente industrial, não é destituída de uma relação capitalista, pois o industrial absorverá o valor na forma dinheiro e mercadoria. Os atrai para dentro

de sua circulação do seu capital. Então na relação de Inglaterra com China, os chineses não precisam necessariamente produzir como capitalistas, pois é sua tendência submeter a si, em todos os pontos (o modo de produção). Todos os trabalhadores assalariados, como domínio do capital. Através disto, o capital impõe e propaga seu modo de produção através da concorrência internacional.

Na primeira fase ele se aparta como valor de uso, como mercadoria, da movimentação do capital e se troca como dinheiro.

"A mercadoria expelida da circulação de capital não é mais a mesma mercadoria como momento do valor que se pereniza, como existência do valor. Ela é, portanto, sua existência como valor de uso, seu ser para o consumo. O capital só convertido na forma de mercadoria na forma de dinheiro quando, na circulação habitual, aparece diante dele um trocador como consumidor e converte dinheiro em mercadoria; o qual [efetua] essa conversão segundo seu aspecto material, de tal modo que ele se relaciona ao seu valor de uso como valor de uso, como consumidor, e somente dessa maneira ele é restituído ao capital como valor" (MARX, K. 2011 - 610 [606])

Mas só porque o valor é rejeitado (negado) e funcionará como valor de uso do consumo para se restituir enquanto tal, portanto, o capital cria artigos de consumo, mas os aparta de si nessa forma.

"na segunda fase da circulação, o capital troca dinheiro por mercadoria e sua transformação em mercadoria aparece agora como momento do pôr de valor, porque a mercadoria é introduzida enquanto tal no processo de circulação do capital (...) A mercadoria como valor de uso para o próprio capital só pode ser a mercadoria como elemento, valor de uso para o seu processo de produção" (MARX, K. 2011 - 610 e 611 [606 e 607])

O capital fixo só é pago na proporção de seu consumo. Tem sua raiz não na invenção do sistema de crédito ou coisa que o valha, mas no modo específico de valorização, de rotação, de reprodução do capital fixo. Capital fixo vem originalmente de um capital circulante, condição de existência para que o capital fixo passe a surgir e ser empregado a partir do capital circulante, principalmente pelo seu processo de reposições através da circulação das mercadorias, por

encerrar em si através deste processo a completude da mais-valia, alienação do trabalho e demais formas que se transformem em lucro.

"Capital fixo só retorna como valor à medida que desaparece parceladamente como valor de uso, como 'capital fixo', e entra como valor no capital circulante na medida em que é considerado seu valor de uso. Além do mais, como ele próprio só tem valor de uso para a produção, ele também só pode retornar como valor para o uso individual, para o consumo, na forma de capital circulante." (MARX, K. 2011 - 613 [608])

Capital fixo jamais sai em processo de produção como valor de uso, jamais serve ao consumo imediato.

### **1.3 – Uma certa sociedade, de um certo consumo**

Já sobre coesões e contradições, vale a leitura contemporânea proporcionada pelo sociólogo marxista francês já mencionado, Henri Lefebvre, em seu texto *A sociedade burocrática de consumo dirigido*. Levanta a questão da cientificidade, onde alguns dirão que ela tem por característica ser subjetiva e polêmica. É uma forma de ser da Ciência o questionamento, as lutas teóricas que a alimentam e impedem a estagnação. Em *O Capital*, de Marx, o autor vê:

- totalidade apreensível pela razão dialética
- um sujeito determinado – sociedade gerida pela burguesia
- uma forma: a de mercado, ligada inseparavelmente a um conteúdo: o trabalho social. “Assim, por meio do trabalho social se esboça a possibilidade de se “domesticar o mundo” da mercadoria e de se limitar sua cega extensão;” (LEFEBVRE, H. 1991 - 78)
- uma estrutura social mediadora entre a base (organização e divisão do trabalho) e as suas superestruturas
- uma linguagem (que abranja na sua unidade a vida prática, a ciência, a Revolução: o mundo da mercadoria)
- contradições específicas



- possibilidades de crescimento quantitativo e desenvolvimento qualitativo da sociedade

Um século mais tarde, ainda se depara com estas questões. Desvela que permanecem atuais para explicar o mundo. Mas, e o sujeito? Ainda estamos procurando. Ele não pode ser visto como o cimento do conjunto. Mas existe uma totalidade ainda? “Se a totalidade se dilui, não é apenas na e para a consciência dos indivíduos, como afirma a escola de Lukács” (LEFEBVRE, H. 1991 - 79)

Não percebemos nada mais que fragmentos: de cultura, de ciências parcelares, de sistemas ou subsistemas. As instituições e funções por sua vez também não podem passar por sujeito. É função do Estado reproduzir-se inclusive por sua comunicação. O sistema se esconde através dos subsistemas, assim sendo, elaboram-se álibis para que as contradições sejam “apagadas”, obscurecidas, escondidas, como o álibi da tecnicidade para os tecnocratas, ou da natureza àqueles que querem fugir das contradições ou dissimulá-las.

Tentar analisar a sociedade segundo suas próprias categorias é desmontá-la como engrenagens de uma máquina. Nisso, algo se perde impreterivelmente: o todo; aquilo que permite o funcionamento do sistema sem que tudo caia aos pedaços. Não é preciso analisar a sociedade pelas suas próprias categorias, elas também tem uma finalidade. As ideologias de hoje se colocam como não-ideologias, como: o formalismo, o funcionalismo, o estruturalismo, o operacionalismo, o cientificismo.

Seria então possível desvendar o cotidiano de maneira global e de forma que ele não se encerre em suas próprias contradições?

Para entender a tese do cotidiano há que se inserir nele por um tempo e depois rejeitá-lo por outro. Caracteriza o autor, as mulheres como um álibi, por serem a negatividade (feminina) do cotidiano (masculino), mas se inserem ao mesmo tempo na lógica da mercadoria inclusive com produtos especializados. Já os intelectuais limitam-se a si mesmos por não colocarem em questão a ordem tão distante e omitirem o fato importante: a ausência de código geral.

“toda reflexão que não se contenta com refletir, com ratificar as pressões, com aceitar os poderes e legalizar a força das coisas, toda outra reflexão contém uma utopia. Isso significa que ela procura seu ponto de inserção na prática e não separa o conhecimento de uma política que não coincidiria com a do poder em vigor (...) não se trata de negar os ‘progressos’, mas de compreender a sua contrapartida, o preço que custaram” (LEFEBVRE, H. 1991 – 84 e 85)

A história do cotidiano compreende pelo menos três partes: os estilos, o fim dos estilos e os começos da cultura (séc. XIX) e a instalação e a consolidação da cotidianidade, sendo esta vencedora com cada fracasso de tentativa revolucionária. “Desde sempre as elites fazem do saber a sua justificação. Pois contra essa ciência levantemos a nossa.” (LEFEBVRE, H. 1991 - 87) Alguns sociólogos dizem que o operariado preferiu abandonar seu caráter revolucionário ao confortar-se nas condições de segurança. Ora, se isso se efetiva enquanto suicídio de classe, o suicídio se deflagraria por consequência do neocapitalismo enquanto sociedade.

Presta-se também o autor a analisar os fundamentos do mal-estar no capitalismo, de onde a legitimação oficial da sociedade burocrática do consumo dirigido encerra sobre si mesma sua crítica: a satisfação (e o vazio). Crescimento (quantitativo), visualiza-se pela industrialização, algo notável. O desenvolvimento (qualitativo) lança-se sobre a urbanização, algo pequeno. Toma a obsolescência: “o culto do efêmero revela o essencial da Modernidade, mas revela-a como estratégia de classe” (LEFEBVRE, H - 1991 - 92). Na medida em que cresça o cientificismo, aumenta-se também o irracionalismo, pois as opiniões tidas pelas pessoas em geral, serão as de quaisquer especialistas, que gozam de prestígios ilimitados.

Coloca o autor que as pessoas vivem como se não tivessem nada para dar sentido a suas vidas cotidianas, recorrendo a velhas magias/feitiçarias. Tentam por um caminho desviado a apropriação do desejo pela sua revelação e orientação (por isso feitiçaria). Vê-se crescer o psicologismo, onde psicologia e psicanálise deixam de serem conhecimento clínicos e terapêuticos, transformando-se em ideologias; como os horóscopos, que revelam uma visão de um tempo histórico determinado, significando uma retomada das noções míticas, das cosmogonias publicitárias, da religião do Cosmos. Encerra uma reavivação do

Eros e do erotismo. O que constituirá n'alguma medida a reconstrução de antigas proibições para recriar transgressões que dariam sentido (desaparecido) aos atos eróticos:

“A apropriação pelo ser humano do seu desejo acha-se suspensa a meio caminho entre o real e o possível, na transição entre a ação prática e o imaginário. Ela se choca também contras as repressões fundamentais, a começar pela ligação ideológica, religiosa na sua raiz (isto é, ligação que sanciona e consagra o fato fisiológico e o determinismo cego), entre fecundação e ato sexual. Persistindo esse fundamento religioso, é para uma religiosidade renovada que deriva e se desvia uma sexualidade para a qual a prática social proíbe encontrar a *apropriação*.”

Contrariando-se, opondo-se, implicando-se, misturam-se de um lado a satisfação, a procura obstinada do estado ‘satisfeito’, e, de outro, a insatisfação, o mal-estar. O consumo de espetáculo torna-se espetáculo de consumo. O consumo devorador do passado (obras de arte, estilos, cidades), a saturação rápida e o tédio se encadeiam. A partir daí, como não aspirar à ruptura? Como não querer fugir do cotidiano? Bem entendido, esse desejo, essa aspiração, essa ruptura e essa fuga são rápida e facilmente recuperáveis: organização do turismo, institucionalização, programação, miragens codificadas, colocação em movimento de vastas migrações controladas. Daí decorre a autodestruição do objeto e do objetivo: a cidade pitoresca, a região turística, o museu desaparecem sob o afluxo dos consumidores, que acabam consumindo apenas a sua própria presença e a sua própria acumulação.” (LEFEBVRE, H 1991 - 94)

Através deste fundamento religioso, derivando e desviando (não somente) a sexualidade, a prática social proíbe encontrar-se a apropriação. Existe portanto a busca insana pelo estado satisfeito por um lado, e do outro da insatisfação, do mal-estar. “O consumo de espetáculo torna-se o espetáculo do consumo” (LEFEBVRE, H. 1991 - 94) Em virtude desse ciclo que acaba por configurar-se infernal, há uma aspiração contínua pela ruptura com o cotidiano, de onde se organiza e institucionaliza-se o turismo, não sendo mais os motivos por exemplo: históricos, religiosos, museus e artísticos, que chamam o turista pelo seu interesse, de onde nestes instantes o que é consumido passa a ser unicamente suas próprias presenças e suas próprias acumulações.

Daí, termos dois tipos de lazer estruturalmente opostos para o autor: um integrado na cotidianidade, como ler jornal, ver TV. Algo que suscita uma insatisfação radical. Por outro lado, há aquele que revela a espera da partida, a exigência de uma ruptura, como o mundo, as férias, o LSD, a natureza, a festa, a loucura.

A filosofia e a sociologia com o decorrer do tempo descobriram algo amorfo aos indivíduos: o imaginário social; sua melhor ilustração seriam os semanários femininos com toda a sua enxurrada de (im)possibilidades nos níveis mais diferentes o possível. Há um fetiche colocado aqui: o de transformar “apaixonante (sem paixão) o desinteressante, transcrever o cotidiano no imaginário, obrigar o consumidor e a consumidora a arvorar o sorriso da felicidade” (LEFEBVRE, H. 1991 - 96). Existe aqui a tentativa de abarcar todas as vidas cotidianas possíveis e ainda colocar mais: a vida louca, ou assim chamada. É uma tentativa de dar o sentido de totalidade ao cotidiano. Afirmo o autor, por sua vez: “que não há sistema na cotidianidade, apesar dos esforços para constituí-lo e fechá-lo. Há somente subsistemas separados por lacunas irredutíveis, e no entanto situados sobre um plano ou ligados a esse plano” (LEFEBVRE, H. 1991 - 96).

Demonstra uma relação conflituosa dialética entre apropriação e pressão: “quem diz apropriação diz pressão dominada, mas o domínio técnico dos determinismos ‘naturais’, ainda que necessário, não é suficiente” (LEFEBVRE, H. 1991 - 97). Quanto mais pressão, menor é a apropriação. Coloca ainda uma distinção do mundo do real, do possível e o mundo do impossível (imaginário), enquanto movimento dialético que constitui a cotidianidade e seus decorrentes. Afirmo que a arte foi apropriação (do tempo, do espaço, do desejo). Insere a estética no nível do imaginário como discurso sobre a arte, interpretação e retórica. Define estilo como uma apropriação através do uso de objetos para um determinado conjunto da vida social. Traz que a publicidade também lida com o mundo do imaginário, como por exemplo: a *Marlboro* enquanto símbolo da masculinidade completa.

Consumir é simultaneamente um ato real e imaginário. Parte do mal-estar decorre do fato que o consumo enquanto categoria nunca ocorre de fato, o que se é consumido não passa de um signo, uma representação de consumo. Os jovens

almejam ao consumo do mundo dos adultos da mesma maneira que os ojeriza. Portanto, acabam por serem marginais de um lado e inseridos nesta lógica por outro. “É uma situação da qual decorre uma frustração profunda e múltipla, mal compensada por afirmações brutais” (LEFEBVRE, H. 1991 - 101). A classe operária vive imersa grandemente no mundo do signo dos consumos: “o consumo serve de álibi para a produção” (LEFEBVRE, H. 1991 - 101). A classe média tenta separar-se da classe dos operários, assim sendo realiza um projeto de busca da lógica burguesa, relegando-se a migalhas pouca coisa melhores que as proletárias. De outra medida encontra-se vez ou outra na contradição do consumo, onde em certos momentos nem ele mais a completa integral e integrativamente.

O mundo passa por uma investida americanizada de colocá-lo sob a égide fetichista da aniquilação das ideologias. A ciência hoje busca concepções de não-ideologias, que no conceito engendram não-representações, por “rigorosos”, e de outra parte do imaginário social (mantido pela publicidade), intentando certificar-se como ideologia e prática simultaneamente. Hoje a ideologia não pode mais aparecer como tal. Ela precisa tomar um procedimento científico.

“O único ‘sistema’ que revela um suficiente grau de generalidade para merecer essa designação é o dos álibis (que vai tão longe que a ‘problemática’ e o ‘questionamento’ e a ‘colocação do problema’ podem se tornar álibis para iludir os problemas e manter um ‘sistema’ que só existe nas palavras!)” (LEFEBVRE, H. 1991 - 108).

Em crítica aos teóricos do estruturalismo sobre o emprego do termo “sistema”, diz o autor: “Portanto, é claro que o sistema ou é único ou não existe” (LEFEBVRE, H. 1991 – 108 – em citação à Foucault: As palavras e as coisas). Afirma que o “hegelianismo já relacionava subsistemas, concebendo o sistema filosófico-político como envelope, como círculo dos círculos, como esfera que engloba todas as esferas” (LEFEBVRE, H. 1991 - 108).

Para que haja subsistemas (LEFEBVRE, H. 1991 - 109):

- a) Atos, uma atividade social “única” (especializada, especificada)
- b) Organizações e instituições: nível de Estado
- c) Textos, de onde a análise extraia um *corpus* (linguagem de conotação)

Cita como exemplo de subsistema o Automóvel, inserido na lógica do cotidiano.

- a) Evidencia como ele substitui o Habitar pelo Circular tendo o Automóvel como parte de sua moradia
- b) Enquanto peça de uma hierarquia integrativa em virtude das performances resultando em última instância em status social
- c) Sua existência prática reflete uma duplicidade: real, prática, transporte; e imaginária, ferramenta do sonho, status. Reflete as pressões da cotidianidade
- d) Ditado de um código: o Código das Estradas, que surge como uma representação da ausência de um código geral.

“O objeto aqui destrói, e depois se destrói. O turismo destrói o lugar turístico pelo simples fato de atrair multidões e porque o lugar (cidade, paisagem, museu) não tem outro interesse a não ser o de um encontro que poderia acontecer em outro lugar, não importa onde” (LEFEBVRE, H. 1991 - 113).

O Automóvel se constitui em símbolo geral da autodestruição. A publicidade por sua vez não se constitui num subsistema, uma vez que é condição imprescindível e pressuposta da efetivação da (lógica) mercadoria. Nada vale a não ser através da sua duplicata, produzida pela auréola da publicidade, pois faz a transição entre o real-imaginário: “duplica não apenas a materialidade sensível do objeto, mas o desejo, o prazer. Ao mesmo tempo, ela torna fictícios o desejo e o prazer, situa-os no imaginário” (LEFEBVRE, H. 1991 - 115). É a publicidade que traz a satisfação de estado (felicidade) ao consumidor, sendo o primeiro dos bens de consumo. A publicidade é a ideologia da mercadoria, portanto, a poesia da Modernidade.

## **2 - O Catavento: do uso atual à micro-história**

O Catavento Cultural e Educacional é atualmente uma organização social com fins privados, ligada diretamente ao governo do estado de São Paulo, no mandato de José Serra. Localiza-se no centro antigo da cidade de São Paulo, no Palácio das Indústrias, prédio situado próximo ao Mercado Municipal e ao

Terminal Parque Dom Pedro II, na região central da cidade de São Paulo, cedido gratuitamente ao museu no Decreto nº 51.729 - de 3 de abril de 2007 (vide Anexos), destinado à Secretaria da Cultura, para designar-se à instalação do Espaço Cultural da Criança. O prédio por si só já seria um objeto de estudo extremamente vasto: foi projetado por Domiziano Rossi (associado ao escritório de Ramos de Azevedo). Nasce o Palácio destinado a celebrar o progresso econômico do estado, permitindo à população entrar em contato com as últimas conquistas da tecnologia e da produção, e, ainda em fase de execução, incorporou um uso imprevisto ao abrigar ateliês de vários escultores, desempenhando a função de “Centro das Artes”. Encontra-se, portanto, inserido numa lógica criadora de narrativas memorial e identitária para São Paulo.

Tendo sua pedra fundamental lançada por Albuquerque Lins, no dia 24 de maio de 1911, o Palácio das Indústrias foi oficialmente inaugurado na gestão de Washington Luís a 29 de abril de 1924. No início da década de 30 foi herdado pelo Departamento Estadual do Trabalho, passando a abrigar suas repartições, enquanto as exposições ocupam toda a área do Parque. Com o fim do Estado Novo, a partir de 1947, até 1968, passa a abrigar a Assembléia Legislativa, sendo rebatizado como Palácio 9 de Julho, perdendo todas as características arquitetônicas internas de um edifício para exposições: os estâbulos foram destruídos, surgem divisórias e etc. A despeito do nobre uso a má apropriação dos espaços somada à falta de manutenção adequada favoreceu um rápido processo de deterioração, que, com a transferência da Câmara para o Ibirapuera, seria ainda mais acelerado, à medida que o antigo Palácio das Indústrias passou a abrigar de tudo um pouco: destacamentos do Corpo de Bombeiros, Delegacia de Estrangeiros e repartições policiais (inclusive na época da ditadura militar pós-AI5).

Por fim abriga a sede da prefeitura de São Paulo até o ano de 2004, quando esta foi transferida para o Edifício Matarazzo. Desde o dia 27 de março de 2009 o edifício recebe o Catavento Cultural e Educacional, dedicado à divulgação científica, contando com grandes quatro seções, a saber: Universo, Vida, Engenharia

e Sociedade; como poderá ser lido em maiores detalhes na descrição a seguir acerca da exposição do local.

## **2.1 - A exposição**

Antes de mais nada, é importante ressaltar que esta descrição se localiza historicamente no presente momento onde foi realizado o estágio no Catavento, entre os anos de 2009 e 2010.

Há uma bilheteria e duas entradas para o âmbito da exposição, que em determinado ponto convergem no interior do prédio. Na primeira entrada, a mais próxima da bilheteria há uma seção que trata de Astronomia, com uma sala destinada às paisagens lunares e no teto fotografias de galáxias captadas por um período de abertura de lentes de oito horas do telescópio Hubble, na segunda sala da mesma seção há no teto várias constelações. Ademais, uma maquete do Sol, réplicas do asteroide Gaspra, um meteorito de verdade, uma réplica de um telescópio em escala que fica no Chile (do qual o Brasil é sócio majoritário), uma maquete de Stonehenge, dentre outros, na terceira e última sala há painéis explicativos discorrendo a respeito de estrelas que são vistas na bandeira nacional, da Via Láctea, de buracos negros, quasares, um Passeio Interplanetário (parceria com a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo) e um pequeno cinema que passa documentários acerca do tema astronômico. Esta seção foi organizada por professores do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo (IAG-USP).

A próxima seção é a Terra, que começa com um áudio e um jogo de luzes *led* dentro de um tubo revestido por acrílico, que versa a respeito da origem do universo (teoria do Big Bang), formação dos corpos celestes visando prioritariamente a formação da Terra propriamente dita e a consecutiva diferenciação de paisagens até o surgimento da vida. No corredor subsequente tem-se um globo explicativo acerca das camadas e estrutura da Terra, seguidos de painéis serigrafados nas paredes, que tratam do campo magnético da Terra, da gravidade, e indo além, de placas tectônicas (onde há mais um globo com os



limites entre as placas tectônicas) contando com um televisor de plasma que transmite uma animação dos diferentes movimentos tectônicos, seguidos de amostras de rochas e minerais. Seguindo adiante, chega-se a uma réplica de um ambiente cárstico (uma caverna) e desemboca em uma maquete que representa os domínios morfoclimáticos manifestados através das diferenciações geomorfológicas, com alguns (poucos) erros técnicos (mas nada que cause grandes comprometimentos para o público em geral). Para encerrar há um pequeno painel que traz informações a respeito dos climas e das camadas da atmosfera.

Saindo da seção Terra, há a convergência com a outra entrada, no corredor onde se instalam os Biomas do Brasil. Há aqui dois caminhos para seguir, continuar no primeiro piso ou subir ao segundo pavimento, que é onde se encontra a Ecologia, com painéis a respeito de reservas extrativistas, alguns animais em processo de extinção, água, aquecimento global, efeito estufa e fontes alternativas de energia. No meio desta, há o Passeio Digital, um vídeo em 3D desenvolvido pelo Laboratório de Sistemas Integráveis da Escola Politécnica de São Paulo (LSI-POLI-USP). Na outra metade do corredor há uma seção chamada Maravilhas da Terra, onde pseudo-mapas (pois há ausência dos fatores que constituem elementos cartográficos, como falta de: legenda, indicação de norte e nome do mapa) figuram nas paredes com alguns continentes da Terra em destaque (não há Oceania e a América Central está anexada à América do Norte), mostrando de um lado divisões políticas e de outros temas como montanhas e rede hidrográfica, além de dez televisores de LCD que passam roteiros estabelecidos por uma parceria com o *Google*, mostrando imagens de satélite do programa *Google Earth*.

Subindo uma pequena escada, adentra-se nos Jogos do Poder, também conhecido como Salão Azul, área onde são tratados assuntos tangentes às demais ciências humanas, como questões de Ciências Políticas, Artes, História, Sociologia, Antropologia e Filosofia. Indiciariamente, o próprio nome da seção já tem uma concepção acerca das Ciências Humanas totalmente questionável, pois implica já em uma limitada capacidade teleológica a respeito das mesmas, que não vai além de um determinado preconceito enraizado na sociedade, tal como

descreve Yves Lacoste em seu livro *A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Beirando o ridículo, tal seção é inoportunamente conhecida como “a escalada”, pois justamente abriga uma parede de escalada de oito metros de altura denominado de “Monte dos Sábios”.

Seguindo o rumo da exposição, o visitante chega à Educação para Resultado (que traz jogos em computadores onde o visitante calcula seu peso em ouro, mediante algumas perguntas, e realiza um certo planejamento de vida) e ao Alertas (que tratará de questões como o tabagismo, o alcoolismo e as drogas, mostrando seus efeitos maléficos ao organismo). Há entre um pequeno corredor uma seção chamada Nanoaventura, uma parceria com a Unicamp, onde há diversos jogos eletrônicos que simulam situações nas escalas nanométricas. A antepenúltima seção do pavimento superior é a Matéria, que trata de Química, com direito a um Laboratório de Química e vários painéis que tratam de assuntos como o silicone, gastronomia, estados físicos da matéria, construção civil e etc. No meio desta há uma parte denominada Prevenindo a Gravidez Juvenil, uma parceria com o Instituto Kaplan que traz dinâmicas interativas aos visitantes. Por fim no pavimento superior há a Arte Cinética que traz uma simulação de como seria andar pela Avenida Paulista do ano de 1919.

Mas voltando ao térreo, tem-se a seção Vida, também em um grande salão, que trata de assuntos de Biologia, como o evolucionismo, alguns animais marinhos com presença de dois aquários, botânica, um vídeo sobre Darwin, um microscópio onde várias objetivas a ele ligadas permitem a análise de diversas lâminas. Há ainda uma parceria com a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FM-USP), chamada Homem Virtual, além de esquemas de zoologia e citologia.

Por fim há o Engenho, área destinada à Física, que conta com a Sala das Ilusões onde há a Casa Maluca, um praxinoscópio e outros experimentos. No salão subsequente há várias divisões, como a parte que trata a respeito de mecânica (com um motor de carro, um modelo explicativo de atrito, de força centrífuga, de ondas sonoras, alavancas, arco romano e etc.), dos fluidos (com modelos versando a respeito de diferenças de densidades, empuxo, resistência ao

atrito, vácuo, balões, bolhas e etc), de eletricidade (com uma maquete representando uma usina hidrelétrica, um gerador de Van der Graaf, e etc.) e uma outra sala que tratará de física óptica. No meio do Engenho, ao lado, há o Estúdio, onde os visitantes podem realizar sketches que são editados e reproduzidos e há também o Auditório, onde passam documentários constantemente, e abriga possíveis palestras ou filmes específicos.

## **2.2 - Reprodução das forças produtivas e Ciência no lócus do conhecimento não-formal**

Com o término desta breve descrição do espaço físico que abriga a exposição do Catavento (pois não foram retratados os porões, nem a administração, tampouco as torres, por serem inacessíveis ao grande público e alguns lugares até aos funcionários), pode-se perceber que as ciências hermenêuticas tem definitivamente um espaço reduzido, o que decerto altera a qualidade da abrangência das mesmas, face às demais exposições do museu. Os próprios espaços que versam sobre áreas de abrangências pertencentes ao escopo da Geografia não a trabalham como mais que um compêndio descritivo intrinsecamente ligado às Geociências, visto que nada trata deliberadamente sobre a Geografia Humana (ficando interposta pela mediação que pode ser estabelecida através das monitorias, mas antes de mais nada, a critério dos monitores), a própria parte de Cartografia contém deslizamentos incômodos ao olhar de um geógrafo, tal como a América do Norte englobar a América Central, ou não existirem elementos sistemáticos fundamentais à elaboração de uma representação cartográfica, como nome do mapa, escala cartográfica, indicação de norte e legenda. Se na própria área que tange a Geografia (mais de núcleo duro) a exposição trabalha-a como uma ciência meramente Natural, de certa maneira positivista, temos essas questões, sem levar em conta, ainda, outros possíveis deslizamentos ou questionamentos da mesma zona expositiva mesmo no que concerne à Geografia Física e à Geologia, o que será então da parte de Ciências Humanas que trabalha com conceitos relacionados à História, Filosofia e Ciências

Sociais, se aos olhos do público visitante nada chama mais atenção e desperta maior interesse que a visão de um “parque de diversões”, o Monte dos Sábios, a supracitada “escalada”? Afere-se, portanto, que a maneira expositiva reproduz de forma clara a principal dicotomia presente na Geografia, a divisão entre Geografia Física e Geografia Humana, sendo que a segunda em praticamente sua totalidade sequer é citada em alguma localidade expositiva.

Por estes e outros motivos, a necessidade de responder o questionamento de qual tipo de educação e ensino está sendo levado a prumo com a implementação do Catavento Cultural e Educacional pelo Governo do Estado de São Paulo, que o trata como um meio possível para a resolução dos problemas de educação no estado. Conforme esperado, a mídia e o senso comum o constroem como um museu maravilhoso e estupendo, sem fazer por um instante sequer este questionamento, pois na certa não é um acaso o fato das ciências de núcleo duro (leia-se Ciências Exatas e Biológicas, sobre esta perspectiva) terem tanto espaço de tratamento sério e bem montado em contrapartida aos espaços que poderiam cercar conteúdos que instigariam o pensamento crítico nos visitantes e os “perigosos” questionamentos. Coloco um questionamento: por que interativo? Não deveria ser introspectivo? Pois sendo interativo, por que a interação do visitante dá-se com algum constructo físico e tecnológico, quase nunca diretamente com outro ser humano? Há mais interação entre os visitantes e os monitores das seções nas regiões do museu que não pertencem ao cabedal das Humanas. Qual o medo de se colocarem os monitores que realizam curso superior em humanas para falar? Na parte geográfica então, o único diálogo possível é o de esclarecer alguma dúvida da parte de núcleo duro da Geografia e no máximo alguma questão ambiental, com as severas ressalvas que a exposição força a realizar. Algo que não merece ser tomado pejorativamente na medida essencial da difusão do conhecimento. Mas ao mesmo tempo, padece de questionamentos acerca do por quê realizá-lo excetuando-se outras possibilidades. Obviamente que também não se deve pensar que somente o museu em questão sufoca “levianamente” as Ciências Humanas. Tal caso é recorrente e aos olhos dos cidadãos comuns. Natural. Ou naturalizado, como a pretensão desta pesquisa almeja elucidar.

Outro ponto central para a análise seria o de buscar a identidade (nefasta ou não) do Catavento Cultural e Educacional, pois lá a escala do pós-modernismo parece reinar, onde, para cada indivíduo há uma interpretação, o que não é ruim de toda via, mas acaba por tornar-se demasiadamente confusa quando não há sequer uma mínima convergência de ideias acerca do mesmo, a ponto de não saber configurar se é ou não museu, se a educação é uma mercadoria, se o visitante é um cliente ou não, se a organização social Catavento Cultural e Educacional é uma empresa (mesmo que não no papel, mas sim na prática), dentre outros questionamentos relevantes e centrais para a compreensão do papel que esta entidade toma no segmento do ensino de Geografia, de Ciências Humanas, da Ciência como um todo, enquanto formadora de opinião e expositora de um conhecimento como forma de consciência social, positivamente e não negativamente, cujo alcance se efetiva na massa da sociedade. Fato é que tais medidas permitem-se serem efetivadas, a partir do que Foucault nomearia de tecnologias confessionais, a partir do momento em que a ausência de uma interpretação coesa e não-líquida, portanto, moderna, invoca necessariamente a agressividade do biopoder, colocando de maneira cruel e implacável um regime de governabilidade da vida, onde o ficcional (con)funde-se com o real que nem de perto teima em ser visto como científico, e talvez por isto mesmo, se faça desta maneira apreendido pelos visitantes transeuntes no local. Em verdade, muitas são as questões que poderiam ser levantadas aqui, cabíveis de serem analisadas por diferentes cabedais teóricos, mas algo intrigante é o fato de tudo estar na forma de consciência social: a consciência empresarial de si mesmo.

Neste aspecto, um resgate breve dos autores e suas obras aqui trabalhadas será de extrema valia. De onde Marx nas *Formações Econômicas Pré-Capitalistas* mostra a cisão lógica da passagem pré-moderna ao mundo moderno. Evidencia como não podemos pensar para além dos termos, conceitos e categorias de nossos tempos: as condições originais de produção não podem ser inicialmente produzidas, pois não são resultado da produção.

Lefebvre por sua vez, em *A sociedade burocrática de consumo dirigido* fala da elaboração de sistemas e subsistemas e dos álibis para que estes tenham um

fim em si próprios e ao mesmo passo se distanciam cada vez mais de uma noção acerca da totalidade, obscurecendo as contradições. As ideologias de hoje buscam colocar-se como não-ideologias. Coloca sobre a busca das “magias” num sentido de completude do vazio (como o horóscopo). O espetáculo do consumo tornando-se consumo do espetáculo (como o turismo, e outras fugas aparentes, mas contraditórias do cotidiano). A relação entre o mundo do possível e do imaginário como movimento dialético que constitui a cotidianidade e seus decorrentes. Lembra uma função da estética, onde hoje a ideologia não pode mostrar-se enquanto tal, ela precisa se passar por procedimento científico. Publicidade é a ideologia da mercadoria, portanto, a poesia da Modernidade.

Já em *A Reprodução das Relações Sociais*, o mesmo autor neste e no outro texto faz ressalvas com relação ao sujeito (como uma questão aberta). Faz uma primeira ressalva contra a ideia de sistema e a favor da noção mais ampla do modo de produção. Coloca que Marx não separa dominação da natureza (a indústria), da sua apropriação pelo homem. Para o autor Marx pensa uma teoria que contém a obsolescência das sociedades, das relações sociais e dos modos de produção. Com a queda do Capitalismo Concorrencial há uma cessão de lugar do conhecimento teórico global de *O Capital* para as Ciências Parcelares (Economia Política, Sociologia, Psicologia e etc.) onde cada uma busca a Verdade. A Filosofia cada vez mais reacionária e pedagogizante aponta para um obscurecimento da dialética. Coloca a necessidade de se levar em conta a estrutura social: a reprodução das relações sociais de produção. Wilhelm Reich começa a vê-la na crítica à psicanálise como algo que ocorra dentro do lar, enquanto transformação lógica da persona para depois chegar à sociedade capitalista. Assemelha a escola enquanto local da formação dos proletários e à faculdade a formação dos tecnocratas. Sobre a epistemologia coloca que seus inconvenientes ultrapassam suas vantagens, pois ratifica a divisão social do trabalho, e lembra o papel da violência para constituir as estruturas sociais.

Marx, em *A Grande Indústria*, mostra que o capital constitui sua forma auto-reprodutora através dos caracteres de capital fixo e capital circulante, através de

suas rotações enquanto relações qualitativas do próprio capital determinando seu movimento total como valor de uso do próprio capital em diferentes fases, como meio de trabalho através do capital fixo. Lukács em *Historia y conciencia de clase* evidencia como o proletário une sujeito e objeto assumindo o caráter da consciência superadora que é a operária. Há essa ontologia do sujeito.

### **Conclusão**

O Catavento sendo um museu se insere como promessa de trabalho, ele funciona enquanto mesma forma do capital fixo no desenvolvimento das forças produtivas, de maneira a iniciar a buscar despertar as curiosidades e iniciar a moldar as possíveis habilidades dos jovens escolares (principal público da exposição), já no sentido de suscitar o desejo pela qualificação profissional no que reside pensar o que virá a se constituir enquanto reserva de trabalho, onde inclusive o tempo do lazer que é o do não-trabalho acaba sendo abarcado pela necessidade do mundo ditado pela lógica do trabalho e da mercadoria, pois ao visitar o museu colocam-se as objetividades postas pelo mundo do conhecimento, que é nada menos que o mundo da necessidade da completude dos capitais, sejam fixos ou variáveis. O capital através do Catavento e de muitos outros locais, se assegura e se resguarda na manutenção segura da sua reprodução em um curto prazo de tempo.

Neste âmbito, o que se passa no Catavento é um dos fenômenos possíveis da análise estrutural e conjuntural do capitalismo. Justamente por isso não foi o foco central das análises realizadas, mas maneira pela qual, pode-se compreender uma das lógicas postas na sociabilidade humana a serviço do capital. Surge enquanto espaço que legitima a Ciência, a divisão científica do conhecimento, reifica as relações sociais junto de suas produções e reproduções estruturais a fim de que o capital variável possa se transformar n'alguma feita em capital fixo através do deslumbramento causado acerca da cientificidade, colocada na exposição de maneira totalmente focada nas áreas tecnológicas do

conhecimento. O Catavento desta forma não difere da qualidade da relação analisada pelo psicanalista citado por Lefebvre, Wilhelm Reich, em colocar como seio da produção social a família. Assim, ao Catavento pode ser assegurada a noção e necessidade de figurar enquanto função a legitimidade do saber e do conhecimento, que neste caso tornam-se sinônimos da visão progressista acerca dos avanços da Técnica e da Tecnologia.

O Catavento não é formado pelas máquinas. Não é fruto das interatividades. Não é parido por microcomputadores, projetores ou televisores de última geração. É uma construção lógica, humana. Em sendo isto, está para muito além da determinação das vontades dos indivíduos que lá trabalham ou visitam. Não é dissociado da lógica do capital. Não se emancipa em momento nenhum de uma educação aparelhada e tecnocrática. Nem em momento algum seria de sua intenção sê-la, mesmo que impossível seria tentá-lo, pois, a partir do momento em que se insira na lógica moderna do mundo, reflète-a e fabrica em si, inexoravelmente, as contradições postas pelo capital.

Da mesma forma, ficar fazendo defesa da Geografia, ou simplesmente colocando seu descrédito perante a exposição do museu, ou ainda no contexto dos perjúrios das Ciências Humanas que corroboram em não abarcar a Geografia Humana; tudo isto não passaria de uma tentativa em reificar a Geografia, e em consequência disto, assegurar a divisão do conhecimento enquanto tal, na forma das Ciências Parcelares. O que falta ao Catavento não é Geografia. Também não é ela que falta ao mundo. O aspecto do fetiche que se instala no Moderno abarca a necessidade contraditória de fazer-se desconsiderar a constituição da relação entre o conhecimento e o desconhecimento enquanto dialética. Isto, leva à falta de noção de que a realidade vivida pelos diversos humanos foi colocada em pequenas caixas ao longo da História, com diversos temas limitados e permeados por uma noção científica acerca do que é a Ciência, portanto, conhecimento. E nossas especializações científicas derivam desta necessidade da busca de compreensão do conhecimento em detrimento do desconhecimento, no intuito de fazer perseverar um modelo *fordista* que abrange não somente as linhas de



produção fabris, mas a produção do pensamento como um todo. A partir do momento em que nossa existência seja determinada pela lógica da sociabilidade capitalista, e não sejamos capazes de tentar reproduzir nada que se excetue desta ordem, a divisão do conhecimento, seja em que medida a realização da mesma, irá configurar-se enquanto necessidade produtora e reprodutora do mundo do capital. Concluir portanto, que o que poderia fazer com que o museu se tornasse menos opressor ou determinante de uma parte desta sociabilidade, seria a presença do debate que a Geografia Humana e as Ciências Humanas propõem, no fim das contas estaria colocando uma reafirmação das divisões do conhecimento nas Ciências Parcelares e na divisão social do conhecimento, e ainda pior, colocaria esta falsa criticidade na afirmação que o capital necessita e deriva parte de suas categorias da existência. Temos que ter cuidado para não ontologizar a educação e o conhecimento, não podemos pensá-los como transhistóricos. Pensar o mundo pré-moderno pelas categorias do mundo pré-moderno é impossível, pois só seria possível pensar modernamente essa sociedade. Reconhecer que a formação de uma realidade entre a cisão que permeia o pensar e o fazer é prático de uma sociedade que estabelece a divisão social do trabalho e juntamente há essa cisão entre ciência e conhecimento disciplinar; divisão capitalista: modo de produção. Transferimos as nossas explicações para esse mundo pretérito. Acontece que defender esta ou aquela disciplina é cotidiano, é reprodução social. A Ciência é reprodução, mas tem uma contradição em si que permite repor o que se pensa ser a Ciência e o conhecimento. Conhecer é repensar os limites de até onde conhecemos. Todos nós nascemos expropriados, já nascemos tendo que ser trabalhadores. Precisamos reconhecer como a forma de conhecimento já é aspecto da formação de uma consciência já fundada na reprodução.

## Referências Bibliográficas

LACOSTE, Yves. A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 1988. Ed.: Papyrus.

LEFEBVRE, Henri. A sociedade burocrática de consumo dirigido (cap. II). In.: A vida cotidiana no mundo. 1991. Ed.: Ática.

\_\_\_\_\_. Estrutura Social: A Reprodução das Relações Sociais. In.: Sociologia e Sociedade. Leituras de introdução à Sociologia. (MARTINS, J. e FORACCHI, M.) 1994. LTC editora.

LUKÁCS, Georg. La coisificación y La conciencia de clase del proletariado (110 - ). In.: Historia y conciencia de clase. Editorial de Ciencias Sociales del Instituto Del Libro, calle 19 Nro. 1002, Vedado, La Habana, Cuba, 1970.

MARX, K. Capital fixo e desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. In.: Grundrisse (págs. 578 a 596 [670 a 592]). Boitempo editorial. 2011.

\_\_\_\_\_. Circulação e reprodução do capital fixo e do capital circulante. In.: Grundrisse (p. 596 à 622 [592 à 619]). Boitempo editorial. 2011.

\_\_\_\_\_. Formações Econômicas Pré-Capitalistas. 1977. Ed.: Paz e Terra. 2ª edição.

KURZ, Robert. Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria. 2007 (último acesso do sítio eletrônico: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz288.htm> dia: 23/11/2013).

## Anexos

### ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL PARA FUNDAÇÃO DO CATAVENTO CULTURAL E EDUCACIONAL

Aos 12 (doze) dias do mês de fevereiro de 2.007, as 14:00 horas, nesta Capital na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 717, cj. 111, Bairro Itaim Bibi, reuniram-se na qualidade de fundadores os srs.(a): Sérgio Silva de Freitas, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG 6.523.309 e CPF 007.871.838-49, residente à Rua Curitiba, 133, apto 61, Paraíso, São Paulo/SP, 04.005-030; Clemente Ribeiro de Almeida, brasileiro, médico, casado, portador do RG 2.339.670 e CPF 002.548.198-34, residente a Rua Campos Bicudo, 140, apto 41, Bairro Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04.536-010; Luiz Márcio Barbosa, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG 5.051.303 e CPF 023.638.288-87, residente a Rua Miguel Almeida Prado, 181, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05.578-040; Ricardo Brentani, brasileiro, casado, médico, portador da ID 2.079.993-7 e CPF 025.853.088-04, residente a Rua Conde de Porto Alegre, 85, Campo Belo, São Paulo/SP, CEP 04.608-003; Milton Luiz Ubach Monteiro, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG 5.721.545 e CPF 026.706.407-10, residente a Alameda Casa Branca, 492, 6º andar, Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP 01.408-000; Ernest Wolfgang Hamburger, brasileiro, casado, físico, portador do RG 1.357.889 e CPF 069.604.998-87, residente a Praça Monteiro Lobato, 163, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05.506-030; Abel Luis Bernardo da Rocha, brasileiro, casado, maestro, portador do RG 9.834.024-4 e CPF 082.395.628-84, residente a Avenida Angélica, 382, apto 14, Bairro Higienópolis, São Paulo/SP, CEP 01.230-000; Augusto Carlos de Vasconcellos, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG 1.132.157 e CPF 111.369.288-04, residente a Rua Albuquerque Lins, 724, apto 03, Santa Cecília, São Paulo/SP, CEP 01.230-000; Pedro Sotero de Albuquerque, brasileiro, solteiro, advogado, portador do RG 95002065483 e CPF 043.017.897/23, residente a Rua Caraíbas, 1342, apto. 11, Bairro Perdizes, São Paulo/SP, CEP 05.020-000; Caio Luiz Cibella de Carvalho, brasileiro, casado, advogado, portador do RG 4.208.562-7 e CPF 577.886.268-72, residente a Rua Cristiano de Souza, 130, Jardim Leonor, São Paulo/SP, CEP 05.658-010; Ângelo Andrea Matarazzo, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG

*ho, por Def*

*as* *X* *P*  
*hu* *A*

3.850.856-4 e CPF 007.524.538-62, residente a Rua Dr. Fausto de Almeida Prado Penteado, 50, Morumbi, São Paulo/SP, CEP 05.678-040; Sandra Mutarelli Setubal, brasileira, casada, química, portadora do RG 8832238-5 e CPF 073.968.868/56, residente a Rua Murajuba, 410, Alto de Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.467-010; e Maria Helena Villela, brasileira, casada, enfermeira em saúde pública, portadora do RG 14.922.490-4 e CPF 164.681.044-91, residente a Rua Barão do Triunfo, 756, apto. 91, Brooklin Paulista, São Paulo/SP, CEP 04.602-003, e os demais que assinam como convidados, tendo por finalidade, única e exclusiva, fundar uma associação de direito privado, sem fins econômicos, sem cunho político ou partidário.

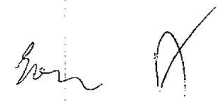
Para presidir os trabalhos, foi indicado, por aclamação, o Sr. Sérgio Silva de Freitas, que escolheu a mim, Sr. Pedro Sotero de Albuquerque, para secretariá-lo. Com a palavra, o Sr. Presidente enfatizou a necessidade de se constituir uma associação capaz de aglutinar forças e representar as aspirações dos presentes junto ao Poder Público e à iniciativa privada, nas áreas de educação e cultura.

Em seguida, submeteu à votação, proposta de denominação social e de endereço para a instalação da sede da entidade, já previamente discutidos, que foi imediatamente aprovado por unanimidade, da seguinte forma:

**DENOMINAÇÃO: CATAVENTO CULTURAL E EDUCACIONAL**

**ENDEREÇO: RUA DR. RENATO PAES DE BARROS, Nº 717, CJ. 111, BAIRRO ITAIM BIBI, SÃO PAULO/SP, CEP 04.530-001.**

Ainda com a palavra, o Sr. Presidente distribuiu aos presentes, cópias do estatuto social a ser discutido, já de conhecimento geral, o qual, após ser integralmente lido e debatido, restou aprovado, por unanimidade, e segue em anexo, como parte inseparável da presente ata, para todos os fins de direito, ficando, portanto, definitivamente constituída a associação.



2

Em ato contínuo, o Sr. Presidente deu início ao processo eletivo, visando compor os cargos do Conselho de Administração, apresentando à assembléia os candidatos anteriormente inscritos, submetendo-os à votação. Após contagem dos votos, presenciado por todos, ficou, por unanimidade, o Conselho de Administração composto da seguinte forma:

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**

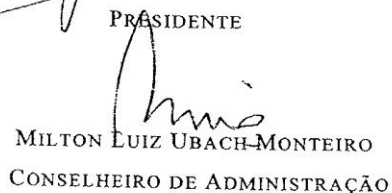
- 1) Sérgio Silva de Freitas – Presidente;
- 2) Milton Luiz Ubach Monteiro – Vice-Presidente; e
- 3) Maria Helena Villela - Conselheira

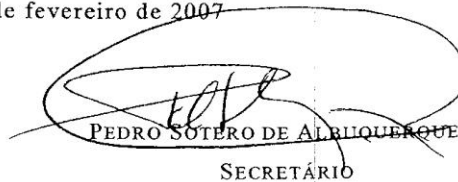
Os demais membros do Conselho de Administração serão eleitos conforme o Estatuto e a Lei Complementar do Estado de São Paulo nº 846, de 04 de junho de 1.998, em até 90 (noventa) dias após o início das atividades da associação.

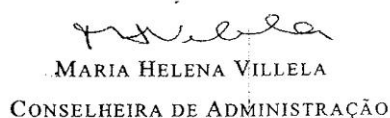
E, por fim, o Sr. Presidente dá posse aos eleitos, para a gestão de 13 de fevereiro de 2.007 a 12 de fevereiro de 2011, passando a palavra a quem quisesse se manifestar e, na ausência de manifesto, como nada mais havia para ser tratado, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente assembléia geral, determinando a mim, que servi como secretário, que lavrasse a presente ata e a levasse a registro junto aos órgãos públicos competentes para surtir os efeitos jurídicos necessários. A presente segue assinada por mim e pelo Sr. Presidente e por todos os eleitos, como sinal de aprovação.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2007

  
SÉRGIO SILVA DE FREITAS  
PRESIDENTE

  
MILTON LUIZ UBACH-MONTEIRO  
CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO

  
PEDRO SÓTERO DE ALBUQUERQUE  
SECRETÁRIO

  
MARIA HELENA VILLELA  
CONSELHEIRA DE ADMINISTRAÇÃO

**LISTA DE PRESENCAS DA ASSEMBLÉIA GERAL DE  
CONSTITUIÇÃO DO CATAVENTO CULTURAL E EDUCACIONAL:**

LOCAL: Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, cj. 111, Bairro Itaim


HORÁRIO: 14:00 hrs.

DATA: 12/02/2007

**ASSOCIADOS FUNDADORES:**

  
Sergio Silva de Freitas

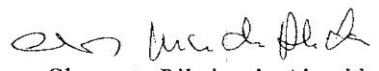
  
Luiz Marcio Barbosa

  
Milton Luiz Ubach Monteiro

  
Augusto Carlos de Vasconcellos

  
Ângelo Andrea Matarazzo

  
Maria Helena Villela

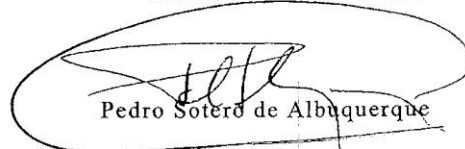
  
Clemente Ribeiro de Almeida

  
Ricardo Brentani

  
Ernest Wolfgang Hamburger

  
Caio Luiz Cibela de Carvalho

  
Sandra Mutarelli Setubal

  
Pedro Sotero de Albuquerque

**CONVIDADOS:**

\_\_\_\_\_  
NOME:

ID:

\_\_\_\_\_  
NOME:

ID:

# GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## Decreto nº 51.729, de 3 de abril de 2007

Destina à Secretaria da Cultura a administração de edifício que especifica, localizado no Município de São Paulo

JOSÉ SERRA, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1º - Fica destinada à Secretaria da Cultura, a administração do edifício denominado "Palácio das Indústrias", com aproximadamente 52.000,00m<sup>2</sup> (cinquenta e dois mil metros quadrados), situado no Parque D. Pedro II, Rua do Gasômetro, Município de São Paulo, objeto do Termo de Cessão Gratuita, de 2 de maio de 1911, autorizada pela Resolução nº 11, de 7 de abril de 1911, da Câmara Municipal de São Paulo, de que trata o Protocolo Especial nº 429, do Centro de Engenharia e Cadastro Imobiliário, da Procuradoria Geral do Estado.

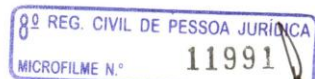
Parágrafo único - O imóvel de que trata este decreto destinar-se-á à instalação do Espaço Cultural da Criança.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de abril de 2007

JOSÉ SERRA

Publicado em: 04/04/2007  
Atualizado em: 04/04/2007 11:31



## ESTATUTO DO CATAVENTO CULTURAL E EDUCACIONAL

### CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO

**Artigo 1º.** O **CATAVENTO CULTURAL E EDUCACIONAL** é uma associação de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos, com sede e foro nesta Capital do Estado de São Paulo.

**Artigo 2º.** O **CATAVENTO** atuará para estimular o desenvolvimento sócio-cultural da população do Estado de São Paulo e tem por finalidade:

- a) criar e gerir espaços culturais e educacionais que promovam o conhecimento geral, a ciência, o espírito criativo, a saúde, e boas atitudes sociais entre as crianças e os jovens, através de instalações interativas e diversificadas segundo as suas finalidades;
- b) desenvolver estudos e pesquisas sobre crianças e jovens;
- c) promover atividades educacionais na comunidade, em conjunto com entidades públicas e privadas;
- d) manter intercâmbio com outras instituições que atuam no âmbito da educação, cultura e arte;
- e) realizar, incentivar, patrocinar e promover eventos, congressos, simpósios, treinamentos, cursos, exposições.

**Artigo 3º.** O prazo da duração da associação é indeterminado.

### CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

**Artigo 4º.** São três as categorias de Associados do **CATAVENTO**:

- a) Associados Fundadores;
- b) Associados Titulares;
- c) Associados Beneméritos.

**Parágrafo Primeiro** - Os Associados Fundadores são todos aqueles que criaram o **CATAVENTO** cujos nomes constam da sua ata de constituição ou que forem indicados para seus substitutos pelos Associados Fundadores.

**Parágrafo Segundo**. – Os Associados Titulares são todos aqueles que, por suas qualidades morais, culturais e intelectuais venham a serem indicados por Associados Fundadores e confirmados pela Assembléia Geral.

**Parágrafo Terceiro**. – São Associados Beneméritos todos aqueles que prestem serviços relevantes ao **CATAVENTO**, e são indicados por Associados Fundadores e confirmados pela Assembléia Geral por  $\frac{3}{4}$  (três quartos) dos presentes.

**Artigo 5º.** Os Associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais do **CATAVENTO**.

**Artigo 6º.** – Não há entre os Associados direitos e obrigações recíprocas.



**SEÇÃO I**  
**DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS**

**Artigo 7º.** - O Associado terá direito a:

- a) participar das Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos tratados;
- b) propor as medidas que julgar em convenientes ao interesse da Associação;
- c) ser eleito para cargos Conselho de Administração;
- d) gozar das vantagens que forem votadas pelas Assembléias Gerais.

**Artigo 8º.** - São deveres do Associado:

- a) participar das Assembléias ou nela se fazer representar através de outro associado;
- b) zelar pelo interesse da Associação, seus estabelecimentos e instituições; e
- c) cumprir o presente Estatuto e os regulamentos que forem elaborados, respeitando ainda as deliberações tomadas pelas Assembléias Gerais, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

**SEÇÃO II**  
**DA ADMISSÃO, DEMISSÃO E EXCLUSÃO DOS ASSOCIADOS**

**Artigo 9º** - A admissão de Associado se dará por categoria, na forma do artigo 4º deste Estatuto.

**Parágrafo Primeiro** - Podem ser Associados as pessoas físicas maiores de 30 anos com curso superior e destacada atuação em campo da atividade de ensino, de produção, cultural, ou liberal, e ilibada reputação.

**Parágrafo Segundo** - Podem também ser Associados as pessoas jurídicas com as mesmas características do parágrafo primeiro e que contribuem de qualquer forma para a finalidade da Associação.

**Parágrafo Terceiro** - As pessoas jurídicas serão representadas conforme seus estatutos, mas não farão parte do Conselho de Administração.

**Artigo 10º** - O pedido de admissão e/ou demissão do Associado deverá ser feito por escrito e endereçado ao Presidente, que deverá fazer sua leitura na primeira Assembléia Geral da Associação após a formalização do referido pedido. O número máximo de associados de todas as categorias é 30 (trinta).

**Artigo 11** - A exclusão do Associado só é admissível havendo justa causa, decorrente de motivos graves, em deliberação da Assembléia fundamentada pela Diretoria, garantida ampla defesa.

**Parágrafo Único** - Considera-se falta grave e motivo de exclusão quem:

- a) infringir normas estatutárias e regimentais;
- b) praticar ato prejudicial à Associação e às suas mantidas; e

✕ 2

- c) deixar de comparecer a assembleias da entidade por 3 (três) vezes consecutivas ou 6 (seis) alternadas, num prazo de 2 (dois) anos, sem justificativa.
- d) Deixar de satisfazer as condições exigidas de novos Associados.

### CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO

**Artigo 12** – O CATAVENTO é administrado pelos seguintes órgãos:

- a) Assembleia Geral;
- b) Conselho de Administração ;
- c) Diretoria

### SEÇÃO I DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

**Artigo 13** – As assembleias serão constituídas pelos Associados do CATAVENTO.

**Artigo 14** – As Assembleias Gerais serão ordinária, com uma reunião por ano até o último dia útil do primeiro quadrimestre, e extraordinária, por especial convocação do Conselho de Administração ou de 1/5 (um quinto) dos Associados.

**Parágrafo Único** - A convocação da Assembleia Geral far-se-á por edital publicado na sede da Associação com antecedência mínima de 48 horas.

**Artigo 15** – Compete à Assembleia Geral:

- a) destituir administradores;
- b) aprovar alterações sobre o Estatuto;
- c) aprovar anualmente as contas.

**Parágrafo Primeiro** - O Presidente do Conselho de Administração presidirá a Assembleia.

**Parágrafo Segundo** – Para as deliberações a que se referem as letras “a” e “b” é exigido o voto concorde de  $\frac{2}{3}$  (dois terços) dos presentes à Assembleia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos Associados, ou com menos  $\frac{1}{3}$  (um terço) nas convocações seguintes. Nas demais, o voto deverá contar com a deliberação da maioria simples dos presentes à Assembleia.

**Artigo 16** – As Atas da Assembleia Geral aprovadas serão assinadas pelos Associados nela presentes, bastando para a sua validade a assinatura de associados representando a maioria simples dos presentes, ou do Presidente e Secretário, acompanhado da lista de presença.

### SEÇÃO II DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

x  
3



**Artigo 17** – O Conselho de Administração é composto de 3 (três) a 6 (seis) membros, sendo um Presidente e um Vice-Presidente, com mandatos de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução.

**Parágrafo Primeiro.** O Conselho será composto por:

- a) Até 55% (cinquenta cinco por cento) eleitos dentre os Associados pela Assembléia Geral;
- b) 35% (trinta cinco por cento) eleitos pelos demais membros do Conselho dentre membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral; e
- c) 10% (dez por cento) será eleito dentre os empregados do Catavento.

**Parágrafo Segundo** – Os conselheiros eleitos pelos demais membros do conselho e o eleito pelos empregados, na primeira eleição, terão o mandato de dois anos.

**Parágrafo Terceiro** - Os Conselheiros não receberão remuneração, salvo ajuda de custo pelas reuniões de que participarem.

**Parágrafo Quarto** - Os Conselheiros não poderão ser parentes consangüíneos ou afins até o 3º grau do Governador, Vice Governador e Secretários do Estado de São Paulo.

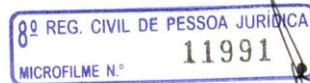
**Artigo 18** – Compete ao Conselho de Administração:

- a) nomear e propor a destituição dos membros da Diretoria;
- b) fixar as atribuições diversas e remuneração da Diretoria;
- c) propor alteração do Estatuto;
- d) aprovar o Regimento Interno que disporá no mínimo sobre a estrutura, o gerenciamento, os cargos e as competências;
- e) eleger seu Presidente;
- f) convocar Assembléia Geral Extraordinária a qualquer tempo;
- g) exercer o controle dos objetivos sociais e decidir os casos omissos, na forma da lei e do Estatuto;
- h) definir e aprovar, por maioria de 2/3, o plano de cargos, salários e benefícios, e o quadro de pessoal;
- i) aprovar o plano de trabalho, a proposta de orçamento, o programa de investimentos e a proposta de contratos de gestão;
- j) aprovar procurações;
- k) aprovar a empresa de auditoria;
- l) encaminhar as contas à Assembléia com seu parecer;
- m) aprovar, por maioria de 2/3, o Regulamento Interno, que deverá dispor sobre contratações de obras e serviços, bem como para compras e alienações;
- n) aprovar e encaminhar ao órgão supervisor da execução de contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela Diretoria; e
- o) fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa.

**Parágrafo Primeiro.** As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos seus membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, salvo nas hipóteses em que se exige maioria de, no mínimo, 2/3 de seus membros.

X  
4





**Parágrafo Segundo.** O Diretor Executivo assistirá às reuniões do Conselho de Administração sem direito a voto.

**Parágrafo Terceiro.** O Conselho de Administração reunir-se-á no mínimo 3 (três) vezes por ano ordinariamente, e extraordinariamente quando convocado.

### **SEÇÃO III DA DIRETORIA**

**Artigo 19** - A Diretoria será composta de 4 (quatro) Diretores, escolhidos pelo Conselho de Administração, sendo necessariamente um o Diretor Executivo, que terá voto de qualidade nas decisões da Diretoria, e um Diretor Administrativo-Financeiro.

**Parágrafo Primeiro** – Haverá duas diretorias técnicas que terão suas atribuições estipuladas no regulamento interno.

**Parágrafo Segundo** - Se um Conselheiro for indicado para a Diretoria, deverá renunciar à função de Conselheiro.

**Artigo 20** - São atribuições do Diretor Executivo e do Diretor Administrativo-Financeiro:

**I** - Compete ao Diretor Executivo:

- a) representar o **CATAVENTO** ativa, passiva, judicial e extra-judicialmente, nas relações com terceiros;
- b) representar o Catavento junto aos Poderes Públicos e entidades privadas;
- c) gerir a administração ordinária dentro das diretrizes e instrumentos aprovados pelo Conselho, conforme o artigo 18;
- d) contratar e demitir funcionários, respeitado o item h do artigo 18.
- e) endossar e emitir cheques ou ordens de pagamento, juntamente com outro Diretor;
- f) emitir e aceitar cambiais, assinar contratos de financiamento em geral, conjuntamente com outro Diretor, após a aprovação do Conselho;
- g) outorgar procurações, observando o item j do artigo 18;
- h) outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Conselho.

**II** - Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro:

- a) propor, acompanhar, dirigir e apresentar relatórios e documentos relativos à execução financeira e orçamentária;
- b) dirigir a área de compras e administração de pessoal, conforme o Regulamento Interno;
- c) outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Conselho.

**Artigo 21** - O Diretor Executivo será substituído, nos impedimentos temporários, por outro Diretor a ser designado pelo Conselho de Administração.

**Artigo 22** - Os membros da Diretoria tomarão posse em livro específico e, em caso de vacância, poderão acumular funções até a nomeação de novo membro, conforme designação do Conselho de Administração.

5

**CAPÍTULO III**  
**DO PATRIMÔNIO, FONTES DE RECURSOS E DIVULGAÇÃO**

**Artigo 23** – O patrimônio social do Catavento é constituído pelos bens móveis, imóveis e semoventes que possua ou venha possuir, direitos a ela transferidos, pelos bens adquiridos no exercício de sua atividade e pelas doações, subvenções, contratos, convênios, ou outros instrumentos jurídicos com os poderes públicos, federal, estadual ou municipal, e/ou entidades privadas ou internacionais, legados, rendas, acaso existentes de seus bens e direitos.

**Artigo 24** – O **CATAVENTO**, em qualquer hipótese, não distribuirá entre os seus associados, conselheiros, curadores, diretores ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de sua atividades, e os aplicará integralmente na consecução de seus objetivos sociais.

**Artigo 25** – Para alienar, hipotecar, vender ou onerar bens imóveis da Associação, o Conselho de Administração necessita de parecer da Assembléia Geral.

**Artigo 26** – A despesa é constituída pelo custeio e manutenção dos serviços prestados, pelos gastos de administração e encargos diversos.

**Artigo 27** – Os recursos financeiros necessários à manutenção da Associação serão obtidos:

- a) por contribuição dos Associados;
- b) por meio de contratos, convênios, termos de parceria, contratos de gestão, ou outros ajustes legais firmados, com pessoas de direito público e privado, físicas ou jurídicas, empresas nacionais ou estrangeiras, organizações nacionais ou internacionais, para desenvolvimento ou execução de projetos na área específica de sua atuação;
- c) por meio de contrato de prestação de serviços e consultorias;
- d) pela contribuição de organizações patronais e de trabalhadores, entidades de classe e demais interessados no desenvolvimento da Associação;
- e) por rendimento de aplicações de seus ativos financeiros e outros pertinentes ao patrimônio sob sua administração;
- f) por doações, legados e heranças destinadas a apoiar suas atividades;
- g) pelo recebimento de *royalties* e direitos autorais; e
- h) por outros que lhe forem destinados.

**Artigo 28** – A Associação publicará anualmente, no Diário Oficial do Estado, os relatórios financeiros e o relatório de execução do contrato de gestão.

**CAPÍTULO IV**  
**DA DISSOLUÇÃO DA ENTIDADE**

**Artigo 29** – A Associação somente poderá se dissolver:

- a) por deliberação tomada em reunião extraordinária do Conselho de Administração, para esse fim convocado, e na presença de no mínimo  $\frac{2}{3}$  (dois terços) dos seus membros; ou
- b) por sentença do Poder Judiciário transitada em julgado.

X



REG. CIVIL DE PESSOA JURÍDICA  
11991  
MICROFILME N.º

**Parágrafo Primeiro** - Entrando a Associação em dissolução, caberá ao Conselho estabelecer o modo de liquidação e escolher o liquidante.

**Parágrafo Segundo** - Em caso de dissolução ou desqualificação, os bens remanescentes e os excedentes financeiros de sua atividade, serão incorporados ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados.


**CAPÍTULO V**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

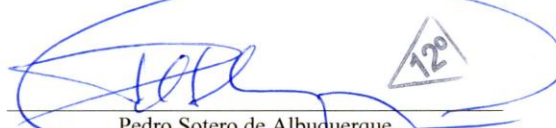
**Artigo 30** - Todos os Associados reconhecem como de seu dever cumprir este Estatuto, bem como os regimentos e normas do Catavento.

**Artigo 31** - Nenhum Associado será impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido conferido, a não ser nos casos previstos em lei ou neste Estatuto.

**Artigo 32** - Aos casos omissos deste Estatuto, aplicam-se as disposições previstas em legislação específica, e, não as havendo, os princípios do Código Civil.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2007.

  
Sérgio Silva de Freitas  
Presidente do Conselho de Administração

  
Pedro Sotero de Albuquerque  
OAB/SP 203.013-A

Cartório do 11º Tabelião de Notas de São Paulo  
R. Domingos de Moraes, 1062 - Vila Mariana - SP - Cep 04010-100 - Fone: (11) 5085-5755  
Bel. Paulo Augusto Rodrigues Cruz - Tabelião

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) Firma(s) de: SERGIO SILVA DE FREITAS, a qual confere com padrão depositado em cartório.  
São Paulo, 02 de março de 2007 - 16:14:02  
Seg: 8806f537  
Usuário: RONALDO

Em Testemunho da verdade. Total R\$ 2,65  
MARCELO FRANZEL - ESCRIVÃO

Colégio Notarial do Brasil - São Paulo - SP  
FIRMA 1  
1097AA473378

x 7

8º REG. CIVIL DE PESSOA JURÍDICA  
 MICROFILME N.º 11991

Em cumprimento ao disposto no § único do art. 45, combinado com o § 1º do art. 1.152, da Lei nº 10.406/2002 (NCC), deverá ser publicada, no órgão oficial (DO) e em jornal de grande circulação, a notícia da inscrição desta pessoa jurídica no Registro Civil de Pessoa Jurídica.

Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica



Rua XV de Novembro, 251  
 4º andar - Centro  
 São Paulo - SP  
 CEP 01013-001  
 Fone: (11) 3242-4646

EMOLS 94,29  
 ESTADO 26,94  
 IPESP 19,87  
 R. CIVIL 4,68  
 T.J. 4,88  
 TOTAL 150,66

Selos e taxas  
 Recolhidas p/ folha

Prenotado sob nº 15302 em 27/02/2007  
 Registrado e microfilmado hoje sob nº 11991  
 do Registro Civil de Pessoa Jurídica.

São Paulo, 08 de março de 2007

Geraldo José Fialho Xavier, OAB  
 Escrevente Autorizado

**12** **CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS**  
 Alameda Santos, 1.470 - São Paulo - SP - Cep 01418-100  
 BEL. HOMERO SANTI - TABELIÃO - Tel. (11) 3286-6277 - Fax (11) 3284-6362

Reconheço por semelhança a firma: PEDRO SOTERO DE ALBUQUERQUE, a qual contém com o padrão depositado em Cartório.

São Paulo, 05 de Março de 2007

Em testemunho da verdade.  
 Elaine Xavier Fialho - esc. Autorizada  
 070305113224 Firms: R\$ 2,65! Total: R\$ 2,65

**CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS**  
 AL SANTI  
 Elaine Xavier Fialho  
 Escrivente Autorizada

**FIRMA 1**  
 1042AA455921



DECRETO Nº 51.810, DE 16 DE MAIO DE 2007.

Dispensa o Banco Nossa Caixa S.A. da observância dos dispositivos que especi-

JOSÉ SERRA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e considerando as justificativas apresentadas pelo Banco Nossa Caixa S.A. e o parecer do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC,

Decreto: Artigo 1º - Fica o Banco Nossa Caixa S.A. dispensado da observância:

I - do estabelecido no artigo 1º e seus parágrafos do Decreto nº 51.471, de 2 de janeiro de 2007, alterado pelo Decreto nº 51.353, de 9 de fevereiro de 2007;

II - de prévia autorização governamental para a realização de concursos públicos, conforme previsto contida no artigo 1º do Decreto nº 31.364, de 5 de abril de 1990, alterado pelo Decreto nº 41.892, de 26 de junho de 1997;

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Palácio dos Bandeirantes, 16 de maio de 2007

JOSÉ SERRA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, Secretaria de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC.

DECRETO Nº 51.811, DE 16 DE MAIO DE 2007.

Patroniza a pintura externa dos meios de transporte da Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

JOSÉ SERRA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreto: Artigo 1º - Os meios de transporte utilizados pela Polícia Militar do Estado de São Paulo e pelo 2º Corpo de Bombeiros, incluindo os oriundos de comércio, ajuste ou acordo, usarão as seguintes cores identificatórias:

I - os veículos, aeronaves e embarcações da Polícia Militar, operacionais e de apoio, as cores vermelho cadá e preto, na parte lateral inferior;

II - os veículos do Comando de Policiamento Rodoviário (CPRO) e os veículos e embarcações do Comando de Policiamento Ambiental (CPA-MA), operacionais e de apoio, as cores amarelo topo e verde lateral, respectivamente, junto com a cor cinza;

III - as motocicletas destinadas à escolta de autoridades, as cores vermelho montaria (cor predominante), preta e branca;

IV - os veículos e embarcações do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, operacionais e de apoio, a cor vermelho bonança ou "assault apple red";

V - os veículos e embarcações utilizados pelo Comando de Policiamento de Choque (CPOC), excetuando-se as motocicletas do 2º BPC/CO, as viaturas de escolta de presos do 3º BPC/CO, que utilizarão o padrão estabelecido no inciso I, a cor cinza como predominante, aplicando-se a camuflagem peculiar nos destinados ao Controle de Trânsito e camuflagem peculiar sobre a cor verde nos destinados às Operações Especiais;

VI - os veículos que prestam serviços reservados, a cor de fabricação, sem qualquer dado identificatório;

Artigo 2º - Nos meios de transporte abrangidos por este decreto será aplicada a logomarca da Polícia Militar, a palavra "POLÍCIA" e grafismo característico, destinados a facilitar a identificação visual da instituição;

Parágrafo único - Os meios de transporte do Corpo de Bombeiros, sem prejuízo do disposto neste artigo, usarão seus emblemas tradicionais;

Artigo 3º - A logomarca da Polícia Militar é composta por um círculo na esfera, fixado em branco, que significa a pureza e a paz; em campo de fundo, que significa a autoridade, o valor e a nobreza conspícua de domínio; uma estrela de cinco pontas repartida em três triângulos de ouro, a cor significativa da força, poder e constância, representando o Estado de São Paulo. O conjunto está suspenso a um mapa estilizado do Estado de São Paulo, tendo o seu campo bordado de dez peças de sabão (preto), símbolo da pureza, honestidade, firmeza e ovel, e dez peças de prata, simbolizando pureza, temperança, verdade e integridade. Em chefe (na parte superior) as palavras "POLÍCIA MILITAR" e em contrachefe (na parte inferior) as palavras "SAO PAULO" tudo dentro de um escudo português estilizado;

Artigo 4º - O Comandante Geral da Polícia Militar baixará normas complementares para a execução deste decreto;

Artigo 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 21.410, de 22 de setembro de 1983.

Palácio dos Bandeirantes, 16 de maio de 2007

JOSÉ SERRA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, Secretaria de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC.

Ronaldo Augusto Bretas Marzagão, Secretário de Segurança Pública, Alcyon Nunes Ferreira Filho, Secretário-Chefe da Casa Civil, Publicado na Casa Civil, aos 16 de maio de 2007.

Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

SECRETARIA DE DEFESA DOS CAPITALIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DEFESA DOS CAPITALIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DEFESA DOS CAPITALIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DEFESA DOS CAPITALIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DEFESA DOS CAPITALIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DEFESA DOS CAPITALIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DEFESA DOS CAPITALIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DEFESA DOS CAPITALIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DEFESA DOS CAPITALIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DEFESA DOS CAPITALIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DEFESA DOS CAPITALIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DEFESA DOS CAPITALIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DEFESA DOS CAPITALIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DEFESA DOS CAPITALIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DEFESA DOS CAPITALIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 51.812, DE 16 DE MAIO DE 2007.

Patroniza a pintura externa dos veículos da Superintendência da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

JOSÉ SERRA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreto: Artigo 1º - Os veículos da frota da Superintendência da Polícia Técnico-Científica - SPIC do Estado de São Paulo, ou nele em uso, mediante comércio, ajuste ou acordo, usarão as seguintes cores identificatórias: "Polícia SPIC";

I - os veículos operacionais, a cor de fabricação;

II - os veículos abrangidos por este decreto, à exceção dos empregados nos serviços reservados, serão identificados de acordo com as seguintes expressões:

I - logomarca da Polícia Técnico-Científica, no centro do mapa estilizado do Estado de São Paulo, nas cores vermelho cadá e preto, na parte lateral;

II - a expressão "Polícia Científica", no capô do motor e na parte lateral inferior;

III - logomarca da Superintendência da Polícia Técnico-Científica no capô do motor;

IV - identificação do logotipo Detran; e

V - por códigos alfanuméricos, indicando o número do patrimônio;

Artigo 2º - A logomarca da Superintendência da Polícia Técnico-Científica é composta por um conjunto delimitado pela figura de uma elipse de linha dupla, tendo ao centro uma figura que forma as letras estilizadas "S", "T", "C", nestas duas bandeiras estilizadas do Estado de São Paulo e na parte superior a inscrição "POLÍCIA" e na parte inferior "CIENFICA";

Artigo 3º - O Comandante da Superintendência da Polícia Técnico-Científica baixará instruções complementares para a execução deste decreto;

Artigo 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Palácio dos Bandeirantes, 16 de maio de 2007

JOSÉ SERRA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, Secretaria de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC.

Ronaldo Augusto Bretas Marzagão, Secretário de Segurança Pública, Alcyon Nunes Ferreira Filho, Secretário-Chefe da Casa Civil, Publicado na Casa Civil, aos 16 de maio de 2007.

DECRETO Nº 51.813, DE 16 DE MAIO DE 2007.

Patroniza a pintura externa dos meios de transporte da Polícia Civil do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

JOSÉ SERRA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreto: Artigo 1º - Os meios de transporte utilizados pela Polícia Civil do Estado de São Paulo, incluindo os oriundos de comércio, ajuste ou acordo, usarão as seguintes cores identificatórias:

I - os veículos operacionais, embarcações e aeronaves, as cores vermelho cadá e preto, no capô do motor, tampa do porta-malas e nas laterais do veículo, nestas, formando o mapa estilizado do Estado de São Paulo, a cores aplicadas sobre a pintura branca original do veículo, cor predominante;

II - os veículos de apoio operacional, a cor preta com as seguintes inscrições:

a) do Grupo Armado de Repressão à Roubos e Assaltos - GARA;

b) do Grupo Especial de Resgate - G.E.R.;

c) do Setor de Operações Especiais - S.O.E.;

d) do Grupo de Operações Especiais - G.O.E.

III - os veículos que prestam serviços reservados, a cor de fabricação;

IV - as motocicletas operacionais e de apoio operacional, a cor preta aplicada em forma de faixas sobre a pintura branca, cor predominante;

V - as motocicletas destinadas aos serviços reservados, a cor de fabricação;

Artigo 2º - Nos meios de transporte abrangidos por este decreto, será aplicada a logomarca da Polícia Civil a palavra "POLÍCIA" e grafismo característico, destinados a facilitar a identificação visual da instituição, devendo ainda, constar as seguintes cores identificatórias:

I - indicação da sublotia;

II - indicação do Origem Detran;

III - indicação do número de patrimônio;

Parágrafo único - O disposto no "caput", não se aplica aos meios de transporte empregados em serviços reservados;

Artigo 3º - A logomarca da Polícia Civil é composta por escudo branco, curvado, que simboliza a defesa contra ataques ao patrimônio; o primeiro brasão revela vício, corrupção, além disso, com o contorno gráfico do Estado de São Paulo, e, brocante, um gládio arremetido por uma balança toda de prata, que expressa poder, força física e moral; o segundo, listado do sabão e prata e de sete peças, o escudo tem como suporte, dois ramos de carvalho ao natural, que representam sabedoria, resistência ao desgaste provocado pela passagem do tempo; na parte superior é emoldurado com os dizeres "Polícia Civil", os caracteres de prata;

Artigo 4º - Os veículos operacionais originariamente adquiridos nas cores preta e branca em conformidade com o disposto no inciso I do artigo 1º do Decreto nº 28.293, de 21 de março de 1988, assim deverão permanecer até o final de suas respectivas vidas úteis e consequente amoldamento para sabão definitiva da frota junto a Unidade Central de Transportes Internos;

Artigo 5º - O Delegado Geral da Polícia Civil baixará instruções complementares para a execução deste decreto;

Artigo 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 21.410, de 22 de setembro de 1983.

Palácio dos Bandeirantes, 16 de maio de 2007

JOSÉ SERRA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, Secretaria de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC.

Ronaldo Augusto Bretas Marzagão, Secretário de Segurança Pública, Alcyon Nunes Ferreira Filho, Secretário-Chefe da Casa Civil, Publicado na Casa Civil, aos 16 de maio de 2007.

Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

SECRETARIA DE DEFESA DOS CAPITALIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 6º - As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente e suplementares, se necessário.

Artigo 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 28.293, de 21 de março de 1988.

Palácio dos Bandeirantes, 16 de maio de 2007

JOSÉ SERRA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, Secretaria de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC.

Ronaldo Augusto Bretas Marzagão, Secretário de Segurança Pública, Alcyon Nunes Ferreira Filho, Secretário-Chefe da Casa Civil, Publicado na Casa Civil, aos 16 de maio de 2007.

Atos do Governador

DECRETOS DE 16-5-2007

Dispensando Ernildo Antônio, RG 6.401.190 e Elias Fernandes de Carvalho, RG 2.191.412, das funções de, respectivamente, membros titular e suplente do Conselho de Curadores da Fundação Centro Educativo, Recreativo e Esportivo do Trabalhador - Ceet, na qualidade de representantes da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho;

Designando, com fundamento no art. 7º da Lei 1.933-79 e nos termos do art. 117 dos Estatutos da Fundação Centro Educativo, Recreativo e Esportivo do Trabalhador - Ceet, aprovados pelo Dec. 1.117/73, Diomêdes Quadri Filho, RG 17.139.743 e Pedro Ruben Jêni, RG 32.424.638-9, para integrarem, respectivamente, como membros do Conselho de Curadores da aludida Fundação, na qualidade de representantes da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, em cumprimento aos mandatos de Ernildo Antônio e Elias Fernandes de Carvalho;

Dispensando, a pedido, os adiantes relacionados das funções de membro do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONEMA, na qualidade de representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento; Antônio João Langueira Queiroz, RG 8.364.875-9 e Airton Roberto, RG 13.793.941-6, respectivamente como titular e suplente;

da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos Naturais da Secretaria do Meio Ambiente; Maria Cecília Wey de Brito, RG 10.552.344, como titular;

Designando, com fundamento no art. 116 do Dec. 30.555-85, com redação alterada pelo Dec. 34.644-92, 35.913-92, 47.124-2002 e 47.838-2003, os alabados abaixo relacionados para integrar, como membros, o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONEMA, na qualidade de representantes:

da Secretaria de Agricultura e Abastecimento: Altair Oliveira, RG 13.978.543 e Nélio Silveira, RG 18.131.173, respectivamente como titular e suplente;

da Secretaria de Meio Ambiente e Defesa da Cidadania: Daniel Augusto Queiroz e Arnon Colares; Anselmo Guimarães, RG 8.234.820 e Jairo Maracatino, RG 19.284.913-3, respectivamente como titular e suplente, em complementação aos mandatos de Danilo Angelucci de Amorim e Nêlio Silveira;

da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos Naturais da Secretaria do Meio Ambiente; Helena de Queiroz Carrasozza Von Glehn, RG 8.361.264-6, como titular, em complementação ao mandato de Maria Cecília Wey de Brito;

Dispensando Ricardo Augusto Yamasaki, RG 24.789.014-5 e Simão Ivo, RG 20.212.756-4, das funções de, respectivamente, membros titular e suplente do Conselho Estadual de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente, da Fundação Centro de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente - Fundação Casa SP, na qualidade de representantes da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania;

Designando, com fundamento no art. 8º da Lei 1.933-79, alterada pelos Decs. 2.783-81 e 9.069-95, e nos termos do art. 13 dos Estatutos da Fundação Centro de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente - Fundação Casa SP, aprovados pelo Dec. 8.777-76, com redação dada pelo Dec. 22.961-85, Isaias José de Santana, RG 18.046.403 e Guilherme Bueno de Camargo, RG 14.009.402-9, para integrarem, respectivamente, como membros titular e suplente, o Conselho Estadual de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente, da aludida Fundação, em complementação aos mandatos de Ricardo Augusto Yamasaki e Simão Ivo.

DESPACHO DO GOVERNADOR, DE 16-5-2007

No processo SC-487-2007, vols. I e II, sobre parceria: "A vista dos elementos que instruem os presentes autos, com especial destaque para a representação formulada pelo Secretário da Cultura, tendo presentes, ainda, a manifestação do Secretário de Gestão Pública e o parecer 459-2007 da AGU, com fundamento na LC 846-98, qualifico a Associação Catavento Cultural e Educacional, CNPJ 08.696.186/0001-96, como organização social do tipo de cultura, de modo a habilitá-la à celebração de contrato de gestão com o Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura, observadas, na oportunidade, as normas legais e regulamentares pertinentes e as observações contidas no relatório parecer."

DESPACHO DO GOVERNADOR, DE 16-5-2007

No processo SC-487-2007, vols. I e II, sobre parceria: "A vista dos elementos que instruem os presentes autos, com especial destaque para a representação formulada pelo Secretário da Cultura, tendo presentes, ainda, a manifestação do Secretário de Gestão Pública e o parecer 459-2007 da AGU, com fundamento na LC 846-98, qualifico a Associação Catavento Cultural e Educacional, CNPJ 08.696.186/0001-96, como organização social do tipo de cultura, de modo a habilitá-la à celebração de contrato de gestão com o Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura, observadas, na oportunidade, as normas legais e regulamentares pertinentes e as observações contidas no relatório parecer."

DESPACHO DO GOVERNADOR, DE 16-5-2007

No processo SC-487-2007, vols. I e II, sobre parceria: "A vista dos elementos que instruem os presentes autos, com especial destaque para a representação formulada pelo Secretário da Cultura, tendo presentes, ainda, a manifestação do Secretário de Gestão Pública e o parecer 459-2007 da AGU, com fundamento na LC 846-98, qualifico a Associação Catavento Cultural e Educacional, CNPJ 08.696.186/0001-96, como organização social do tipo de cultura, de modo a habilitá-la à celebração de contrato de gestão com o Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura, observadas, na oportunidade, as normas legais e regulamentares pertinentes e as observações contidas no relatório parecer."

DESPACHO DO GOVERNADOR, DE 16-5-2007

No processo SC-487-2007, vols. I e II, sobre parceria: "A vista dos elementos que instruem os presentes autos, com especial destaque para a representação formulada pelo Secretário da Cultura, tendo presentes, ainda, a manifestação do Secretário de Gestão Pública e o parecer 459-2007 da AGU, com fundamento na LC 846-98, qualifico a Associação Catavento Cultural e Educacional, CNPJ 08.696.186/0001-96, como organização social do tipo de cultura, de modo a habilitá-la à celebração de contrato de gestão com o Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura, observadas, na oportunidade, as normas legais e regulamentares pertinentes e as observações contidas no relatório parecer."

DESPACHO DO GOVERNADOR, DE 16-5-2007

No processo SC-487-2007, vols. I e II, sobre parceria: "A vista dos elementos que instruem os presentes autos, com especial destaque para a representação formulada pelo Secretário da Cultura, tendo presentes, ainda, a manifestação do Secretário de Gestão Pública e o parecer 459-2007 da AGU, com fundamento na LC 846-98, qualifico a Associação Catavento Cultural e Educacional, CNPJ 08.696.186/0001-96, como organização social do tipo de cultura, de modo a habilitá-la à celebração de contrato de gestão com o Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura, observadas, na oportunidade, as normas legais e regulamentares pertinentes e as observações contidas no relatório parecer."

DESPACHO DO GOVERNADOR, DE 16-5-2007

No processo SC-487-2007, vols. I e II, sobre parceria: "A vista dos elementos que instruem os presentes autos, com especial destaque para a representação formulada pelo Secretário da Cultura, tendo presentes, ainda, a manifestação do Secretário de Gestão Pública e o parecer 459-2007 da AGU, com fundamento na LC 846-98, qualifico a Associação Catavento Cultural e Educacional, CNPJ 08.696.186/0001-96, como organização social do tipo de cultura, de modo a habilitá-la à celebração de contrato de gestão com o Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura, observadas, na oportunidade, as normas legais e regulamentares pertinentes e as observações contidas no relatório parecer."

DESPACHO DO GOVERNADOR, DE 16-5-2007

No processo SC-487-2007, vols. I e II, sobre parceria: "A vista dos elementos que instruem os presentes autos, com especial destaque para a representação formulada pelo Secretário da Cultura, tendo presentes, ainda, a manifestação do Secretário de Gestão Pública e o parecer 459-2007 da AGU, com fundamento na LC 846-98, qualifico a Associação Catavento Cultural e Educacional, CNPJ 08.696.186/0001-96, como organização social do tipo de cultura, de modo a habilitá-la à celebração de contrato de gestão com o Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura, observadas, na oportunidade, as normas legais e regulamentares pertinentes e as observações contidas no relatório parecer."

DESPACHO DO GOVERNADOR, DE 16-5-2007

No processo SC-487-2007, vols. I e II, sobre parceria: "A vista dos elementos que instruem os presentes autos, com especial destaque para a representação formulada pelo Secretário da Cultura, tendo presentes, ainda, a manifestação do Secretário de Gestão Pública e o parecer 459-2007 da AGU, com fundamento na LC 846-98, qualifico a Associação Catavento Cultural e Educacional, CNPJ 08.696.186/0001-96, como organização social do tipo de cultura, de modo a habilitá-la à celebração de contrato de gestão com o Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura, observadas, na oportunidade, as normas legais e regulamentares pertinentes e as observações contidas no relatório parecer."

DESPACHO DO GOVERNADOR, DE 16-5-2007

No processo SC-487-2007, vols. I e II, sobre parceria: "A vista dos elementos que instruem os presentes autos, com especial destaque para a representação formulada pelo Secretário da Cultura, tendo presentes, ainda, a manifestação do Secretário de Gestão Pública e o parecer 459-2007 da AGU, com fundamento na LC 846-98, qualifico a Associação Catavento Cultural e Educacional, CNPJ 08.696.186/0001-96, como organização social do tipo de cultura, de modo a habilitá-la à celebração de contrato de gestão com o Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura, observadas, na oportunidade, as normas legais e regulamentares pertinentes e as observações contidas no relatório parecer."

DESPACHO DO GOVERNADOR, DE 16-5-2007

No processo SC-487-2007, vols. I e II, sobre parceria: "A vista dos elementos que instruem os presentes autos, com especial destaque para a representação formulada pelo Secretário da Cultura, tendo presentes, ainda, a manifestação do Secretário de Gestão Pública e o parecer 459-2007 da AGU, com fundamento na LC 846-98, qualifico a Associação Catavento Cultural e Educacional, CNPJ 08.696.186/0001-96, como organização social do tipo de cultura, de modo a habilitá-la à celebração de contrato de gestão com o Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura, observadas, na oportunidade, as normas legais e regulamentares pertinentes e as observações contidas no relatório parecer."

DESPACHO DO GOVERNADOR, DE 16-5-2007

No processo SC-487-2007, vols. I e II, sobre parceria: "A vista dos elementos que instruem os presentes autos, com especial destaque para a representação formulada pelo Secretário da Cultura, tendo presentes, ainda, a manifestação do Secretário de Gestão Pública e o parecer 459-2007 da AGU, com fundamento na LC 846-98, qualifico a Associação Catavento Cultural e Educacional, CNPJ 08.696.186/0001-96, como organização social do tipo de cultura, de modo a habilitá-la à celebração de contrato de gestão com o Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura, observadas, na oportunidade, as normas legais e regulamentares pertinentes e as observações contidas no relatório parecer."

DESPACHO DO GOVERNADOR, DE 16-5-2007

No processo SC-487-2007, vols. I e II, sobre parceria: "A vista dos elementos que instruem os presentes autos, com especial destaque para a representação formulada pelo Secretário da Cultura, tendo presentes, ainda, a manifestação do Secretário de Gestão Pública e o parecer 459-2007 da AGU, com fundamento na LC 846-98, qualifico a Associação Catavento Cultural e Educacional, CNPJ 08.696.186/0001-96, como organização social do tipo de cultura, de modo a habilitá-la à celebração de contrato de gestão com o Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura, observadas, na oportunidade, as normas legais e regulamentares pertinentes e as observações contidas no relatório parecer."

DESPACHO DO GOVERNADOR, DE 16-5-2007

No processo SC-487-2007, vols. I e II, sobre parceria: "A vista dos elementos que instruem os presentes autos, com especial destaque para a representação formulada pelo Secretário da Cultura, tendo presentes, ainda, a manifestação do Secretário de Gestão Pública e o parecer 459-2007 da AGU, com fundamento na LC 846-98, qualifico a Associação Catavento Cultural e Educacional, CNPJ 08.696.186/0001-96, como organização social do tipo de cultura, de modo a habilitá-la à celebração de contrato de gestão com o Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura, observadas, na oportunidade, as normas legais e regulamentares pertinentes e as observações contidas no relatório parecer."

Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Economia e Planejamento

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA

Extrato de Contrato: Procedimento FPL nº 156/2007. Contratante: Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM. Contratado: GW São Paulo Comunicação SA. Termo de Contrato 102007. Objeto: prestação de serviços para manutenção de flota Linhas, com fundamento no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, e parecer da Procuradoria Jurídica constantes dos autos. Valor global: R\$ 12.550,00. Vigência do Contrato: 90 dias, com início a contar da data da assinatura do contrato. 16/05/2007.

Procedimento FPL nº 73/2007. Contratante: Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM. Contratado: VEEX Máquinas de Auto Serviço Ltda. - ME. Termo de Contrato 11-2007, de prestação de serviços de manutenção, abastecimento e assistência técnica de máquinas de café expresso, fornecidas em regime de comodato. Vigência: 12 meses, com início a partir da data da assinatura do contrato - da 16/05/2007. Valor global estimado: R\$ 22.899,60. Valor mensal estimado: R\$ 1.900,80.

Procedimento FPL nº 542/2006. Contratante: Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM. Contratado: Empresa e Serviços de Entenda e Manutenção Ltda. - ME. Termo de Contrato nº 02/07. Objeto: prestação de serviços contínuos de limpeza, assento e conservação predial, com fornecimento de mão-de-obra, materiais, ferramentas, materiais e equipamentos. Vigência: com início a partir da data 10/05/2007 e término em 30/09/2008. Valor global estimado: R\$ 90.277,74. Valor mensal estimado: R\$ 7.023,10.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS

Extrato de Contrato: Procedimento 02/2007. Contratante: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEAD. Contrato: 01/05/07.

Contratado: Maria Bêrgia V. Bonino - ME. Prazo: 180 dias, a contar de 02/05/2007.

Objeto: Elaboração de Cálculos Trabalhistas, por ação de natureza trabalhista.

Valor total estimado: R\$ 132.000. Recursos: Programa de Trabalho: 04.122.2904.5513.0000. Data de assinatura: 13.06.07. Vigência: 180 dias, a contar de 02/05/2007. Valor mensal estimado: R\$ 733,33.

Objeto: Elaboração de Cálculos Trabalhistas, por ação de natureza trabalhista.

Valor total estimado: R\$ 132.000. Recursos: Programa de Trabalho: 04.122.2904.5513.0000. Data de assinatura: 13.06.07. Vigência: 180 dias, a contar de 02/05/2007. Valor mensal estimado: R\$ 733,33.

Gestão Pública





catavento  
cultural e educacional

universo terra e matéria  
ciências naturais  
sociedade  
vida

09/01/2008

## CATAVENTO CULTURAL E EDUCACIONAL

### APRESENTAÇÃO

#### MISSÃO

Contribuir para o desenvolvimento intelectual, social e comportamental dos jovens, através da divulgação da ciência, tecnologia, artes e práticas, em um ambiente agradável, usando interatividade, informática e aprimorada comunicação.

#### OBJETIVO GERAL

A missão é semelhante à de todo o largo processo de educação escolar.

Em que o Catavento dará uma contribuição diferente, que possa influenciar nossos jovens durante uma visita de horas apenas?

A resposta é apresentar instalações mais elaboradas que as escolas individualmente não podem ter, fazer da visita um momento de descontração e prazer, e complementar a educação formal de dois modos:

- transmitindo ensinamentos básicos de modo incisivo, ou
- criando perplexidades que estimulem o visitante a se aprofundar nos temas.

Esses objetivos imediatos devem estar presentes em cada instalação, sendo um verdadeiro teste de qualidade para elas.

As instalações do Catavento devem ter alta qualidade técnica e de apresentação e serem absolutamente seguras para o público infantil e devem ter as seguintes características:

- materiais belos, de qualidade;
- espetacularidade e gigantismo;
- manejo simples e mobilidade;
- segurança para os visitantes.

:



catavento  
cultural e educacional

universo terra e matéria  
ciências naturais  
sociedade  
vida

DESCRIÇÃO FÍSICA

O Catavento funcionará no magnífico Palácio das Indústrias, ex-sede da Prefeitura, com 8.000 m<sup>2</sup> de área de exposição, amplos jardins e estacionamentos, no Parque Dom Pedro, no centro de S.Paulo. Terá cerca de 250 instalações expositivas, distribuídas em 4 seções:

- Universo, Terra e Matéria
- Ciências Naturais
- Vida
- Sociedade

O público alvo serão os jovens da Região Metropolitana de São Paulo, que tem 16 milhões de habitantes e o do Estado com 35 milhões, onde quase 30% da população têm menos de 18 anos de idade.

Os visitantes serão:

- espontâneos, principalmente famílias nos fins de semana e
- classes escolares, patrocinadas por governos, instituições, empresas ou por colégios particulares, principalmente durante a semana

Por comparação com instituições semelhantes em outros países, quando o Catavento estiver concluído, o público deverá ser superior a 1.5 milhões de visitantes por ano, 500 por hora útil.



catavento  
cultural e educacional

universo terra e matéria  
ciências naturais  
sociedade  
vida

## ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL

O CATAVENTO é uma instituição privada reconhecida como Organização Social pelo Governo do Estado de São Paulo, e por ele contratado para criar no Palácio das Indústrias, antiga sede da Prefeitura de São Paulo, um espaço cultural e educacional para o desenvolvimento da infância e da juventude, despertando o interesse pela ciência e melhorando comportamentos sociais.

Estimulará o desenvolvimento sócio-cultural da população ao:

- a) criar e gerir atividades culturais e educacionais que promovam o conhecimento geral, a ciência, o espírito criativo, a saúde, e boas atitudes sociais entre as crianças e os jovens, através de instalações interativas e diversificadas segundo as suas finalidades;
- b) desenvolver estudos e pesquisas sobre crianças e jovens;
- c) promover atividades educacionais na comunidade, em conjunto com entidades públicas e privadas;
- d) manter intercâmbio com outras instituições que atuam no âmbito da educação, cultura e arte;

e) realizar, incentivar, patrocinar e promover eventos, simpósios, treinamentos, cursos e exposições.

A administração do CATAVENTO se compõe de:

- Assembléia Geral,
- Conselho de Administração,
- Diretoria.

**CATAVENTO EDUCACIONAL E CULTURAL**  
**PROPOSTA CULTURAL E PEDAGÓGICA**

PLANO DE TRABALHO

## **1. APRESENTAÇÃO**

O CATAVENTO Cultural e Educacional é uma associação civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Cultura, em 17 de maio de 2007.

Por meio do Contrato de Gestão n.º 17/2007, firmado com a Secretaria de Estado da Cultura, é responsável pelo gerenciamento das atividades realizadas no **Espaço Cultural da Criança**.

Este Contrato de Gestão tem por objetivo implantar no Palácio das Indústrias, um espaço lúdico, social e cultural, rico em objetos científicos e ambientes de aprendizagem interativos, que despertem a curiosidade e a vontade de aprender, bem como complementem e aprimorem a educação de crianças, jovens, educadores e familiares.

Abrigado pelo Palácio das Indústrias, um grande prédio histórico de localização central na capital paulista, o Projeto Catavento será o espaço expográfico de alta qualidade cultural, material e científica de São Paulo. Ele conterà instalações instigantes e muito variadas, compostas por iconografia múltipla em cenários e painéis artísticos, máquinas reais e montagens demonstrativas, maquetes, recursos eletrônicos, equipamentos mecânicos e elétricos para interação, jogos com objetos e brinquedos educativos, laboratórios científicos, exposições culturais e tantas outras modalidades de instrumentos, que hoje são disponíveis para conhecermos e nos encantarmos com o mundo.

A **Proposta Pedagógica Cultural e Educacional** do Catavento (ANEXO), explicita quais os principais conteúdos e enfoques culturais dos quais os visitantes poderão usufruir.

Esse Projeto visa contribuir com a qualidade da cultura e educação, participando da formação de jovens monitores e professores, ao prepará-los para promover uma visitaçãõ significativa dos estudantes. Contando com parceiros públicos e privados, o espaço estimulará educadores e alunos a explorarem conteúdos exibidos de forma artística.

O Palácio das Indústrias foi restaurado e revitalizado, teve suas fachadas totalmente restauradas, visando preservar este patrimônio cultural, testemunha do desenvolvimento econômico da cidade. Seus espaços internos estão sendo adaptados para receber as salas de uso público e os acessos ao prédio serão redirecionados, permitindo o fluxo do grande público.

## **2. OBJETIVO**

As parcerias com a Secretaria Estadual de Cultura e a Secretaria de Educação, tem como objetivo a implantação do Projeto Catavento, o qual disponibilizará para professores e alunos da Rede Estadual, um espaço cultural

e educativo para visitação e site interativo, proporcionando às crianças e jovens experiências que fundamentam a cultura escolar.

### **3. OBJETO DAS PARCERIAS**

- Adquirir instalações para exposição do conteúdo expográfico;
- Adquirir kits de equipamentos e mobiliários que viabilizem o acesso ao espaço e permitam a realização dos trabalhos propostos;
- Realizar adequações internas e externas nos espaços do prédio do Palácio das Indústrias, com a finalidade de melhor alocar as instalações adquiridas para cada espaço, de forma a viabilizar o acesso;
- Montar exposições interativas com as instalações adquiridas;
- Ações culturais e pedagógicas para preparação de professores da Rede Pública de Ensino, criando oficinas de ensino e produzindo materiais instrutivos, culturais e educacionais;
- Promover a divulgação do Projeto através de material próprio e junto aos veículos de comunicação;
- Disponibilizar site para consulta dos professores;
- Manter intercâmbio com os órgãos técnico-culturais das Secretarias.
- Aquisição parcial da Biblioteca de Referência de formação de professores e monitores.

### **4. METAS**

- 4.1 Atendimento de 200.000 alunos.
- 4.2 Atendimento de 5.000 professores.
- 4.3 Formação de 56 monitores.
- 4.4 Formação de corpo técnico para manutenção das instalações, com funcionários especializados.

- 4.5 Formação de equipe técnico-cultural e pedagógica para atendimento e supervisão da monitoria e de professores, formada por professores e educadores com perfil próprio para a supervisão do atendimento e da formação.

## **5. ETAPAS**

- 5.1 Planejamento e execução do *site* interativo do Catavento.
- 5.2 Planejamento e execução das ações educativas junto a professores e monitores.
- 5.3 Adequações de espaço para crianças com necessidades especiais.
- 5.4 Lançamento do site do Catavento e campanhas de divulgação através da Mídia.
- 5.5 Desenvolvimento de materiais instrucionais impressos para oficinas presenciais e disponíveis no site através de EAD - educação à distância.
- 5.6 Execução das ações para estruturação dos espaços de formação de educadores – monitores e professores da Rede: biblioteca, auditório, salas-ambiente e laboratórios.
- 5.7 Execução de plano administrativo para o funcionamento do Catavento.
- 5.8 Planejamento e execução dos planos de manutenção e renovação permanente do acervo expográfico.
- 5.9 Planejamento e execução das áreas externas – pátios, fontes e poços, onde se desenvolverá a Educação Ambiental.
- 5.10 Contratação de equipe de educadores para atendimento de alunos e professores.
- 5.11 Contratação de monitores do Ensino Médio e de estagiários.
- 5.12 Contratação de professores pesquisadores.
- 5.13 Contratação de supervisores de educação científica.
- 5.14 Contratação de transporte de alunos e professores.
- 5.15 Consultores técnicos para manutenção das instalações



## **PROPOSTA CULTURAL E PEDAGÓGICA DO CATAVENTO**

### **ANEXO I**

Para melhor organizar e propor as oportunidades pedagógico-educacionais, seus termos e referências pedagógicas são objeto de reflexão e de produção real desde a constituição do espaço do Catavento, considerando-se tanto a primeira fase de elaboração, focada no espaço interno do Palácio, como a segunda fase, posterior à sua abertura ao público, em 2009. A segunda fase de elaboração do projeto terá como objetivo a formação de professores, educadores e monitores e também terá como foco a revitalização da área externa, seus jardins, pátios e fontes de água e no que tange a proposta cultural e pedagógica, deverá ser dedicada a Educação Ambiental.

Na parte interna do Palácio, o visitante encontrará informação com diversão e interatividade, por meio de diversas instalações representando a cultura em sentido amplo, em especial o conhecimento científico. Cabe ressaltar a grande importância de ampliarmos o interesse e as possibilidades da criança e do jovem em aprender sobre a diversidade cultural e sobre as ciências. Estimular os mecanismos de criação e elaboração das idéias, para a compreensão do que é diferente e dos processos mentais envolvidos na argumentação de técnica, pensamento, ceticismo, Arte, mito, lógica e expressão. Os procedimentos da mediação cultural entre o Catavento e o público, a que se destina, envolve o lúdico, a articulação de conteúdos disciplinares das áreas das ciências da natureza e ciências humanas, se inter-relacionando com a área de linguagens e códigos, utilizando-se do conhecimento para desvelar a tecnologia e estimular o exercício da cidadania, o convívio em sociedade e aprender a cuidar do ambiente em que se vive, uma vez que o conhecimento cultural é essencial para a compreensão do planeta e da preservação da vida e da saúde.

Conhecimento nas áreas da cultura: ciência, arte, filosofia, religião e senso comum, segundo VISCA (1986) :

As obras-de-arte, os jogos, os mitos e as técnicas que sobrevivem no tempo o fazem porque as obras de arte representam as emoções universais do homem, os jogos a lógica de sua ação, os mitos a concepção do mundo e da vida, e a técnica o resultado objetivado e acumulado das sucessivas experiências de aprendizagem da humanidade. (Jorge Visca, *Psicopedagogia: novas contribuições*, p. 91).

Torna o conhecimento de relevância para a vida de qualquer pessoa; é ferramenta essencial para o alcance de objetivos individuais e coletivos, em um mundo tecnológico e globalizado.

Isso torna especialmente importante a maneira como se ensina Arte e como se aprende Ciências, considerando-se que os conhecimentos culturais e aqueles sobre a natureza e sua interação com ser humano, alcançam aspectos inter e multiculturais ao longo da história.

Para a Sociedade da Informação, em que vivemos, o que se deseja é que os sujeitos desenvolvam competências básicas que lhes permitam continuar aprendendo.

Essa sociedade, decorrente da revolução tecnológica, apresenta características possíveis de assegurar à educação uma autonomia ainda não alcançada. Isto ocorre na medida em que o desenvolvimento das competências cognitivas e culturais é exigido para o pleno desenvolvimento humano. (PANISSET, 2000, A REFERÊNCIA ESTÁ INCOMPLETA).

Assim, o projeto cultural e educacional do Catavento, está de acordo com os referenciais pedagógicos e curriculares da rede pública paulista, com base no desenvolvimento de competências e habilidades através do conhecimento, para o enfrentamento dos desafios sociais e particularmente com o PCN – **Parâmetros Curriculares Nacionais** e os recentes **Conteúdos Programáticos propostos para as disciplinas escolares**, da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP.

Torna-se, portanto, uma instituição cultural parceira, que elabora subsídios por meio do conhecimento cultural, que auxilia na formação integral do cidadão e promove a

formação continuada dos profissionais da educação, pois o aumento dos saberes permitem compreender o mundo, favorecer o desenvolvimento da curiosidade intelectual, estimula o senso crítico e permite compreender o real, mediante aquisição da autonomia na capacidade de discernir.

Aprender a conhecer garante o aprender a aprender.

As instituições educacionais apresentam os saberes com bases em uma cultura unificada de concepções.

Desta forma torna-se significativo o aprendizado, pois se soma a informações que circundam o sujeito e que oferecem instrumentos de compreensão e comparação com outras nações e/ou outras culturas.

O aluno aprende (melhor) quando torna significativa a informação em conhecimentos que se apresentam na sala de aula. (HERNÁNDEZ & VENTURA, *A organização do currículo por projetos de trabalho*, 1998)

As Ciência da Educação nutre as instituições culturais, para traçarem seus processos de ensino e aprendizagem, quando defini-se a curadoria de uma exposição, de um trajeto e de uma experimentação. O que se vivencia na instituição cultural enriquece a rotina escolar e o que se apresenta no currículo escolar nutre as decisões da instituição cultural. E ambas instituições em comunicação com o sujeito (que está ou não na escola) favorece o fortalecimento dos quatro pilares da Educação Nacional (PCN):

- Aprender a conhecer
- Aprender a fazer
- Aprender a conviver juntos
- Aprender a ser

O conhecimento tomado como instrumento, mobilizado em competências, reforça o sentido cultural da aprendizagem. (MELLO, 2008) ESTÁ INCOMPLETA.

Desse modo, pretende-se que a contribuição educacional e cultural do Catavento, para o estudante e os professores da Educação Básica, possa ser mais rapidamente assimilada e difundida, além de somar esforços na educação escolar do Estado.

### **Objetivos Gerais**

- Divulgar os conhecimentos da cultura humanística: as expressões artísticas tradicionais e contemporâneas e o desenvolvimento do conhecimento científico.
- Promover o conhecimento cultural através do lúdico, aproximando a cultura e a educação, planejando diálogo relevante aos níveis de escolaridade.
- Destacar problemas gerados pela sociedade, procurando associar teorias científicas e tecnológicas com as vivências sociais, culturais, econômicas e educacionais.
- Vivenciar e integrar-se com múltiplas linguagens e conhecimentos.
- Expor as interfaces entre Arte, História e Ciência para que se perceba sua importância e função na sociedade contemporânea.
- Explicitar a inter-relação de diferentes temas, para que os docentes e demais visitantes percebam a interdisciplinaridade, como foco principal dos acontecimentos do mundo atual, essencial à visão globalizada do século XXI.
- Adequar os conhecimentos e conteúdos às necessidades cognitivas e afetivas de diferentes grupos etários.

- Vivenciar o conhecimento de conteúdos relevantes por meio da cultura digital.

## **Seções e temas das exposições**

São quatro as seções do Catavento:

- Universo;
- Vida;
- Engenho;
- Sociedade.

As instalações e equipamentos componentes de cada seção serão encontrados em percursos que se estendem por todo o edifício, mas cada um terá área de prioridade. No térreo serão arranjados principalmente os percursos correspondentes às três primeiras seções, e no segundo andar, a seção Sociedade.

### **Seção Universo**

Foi planejada para os salões da entrada do Palácio, explora os modelos de Universo através de conhecimentos sobre o Sistema Solar, sua constituição e dinâmica, sobre constelações e movimentos celestes, a História do Universo, a constituição e a dinâmica do planeta Terra. O tema deverá ser apresentado através de maquetes, filmes curtos, jogos interativos, exposições digitais e materiais.

### **Kit expográfico:**

Cenografia com materiais variados: multi-mídia para exposições áudio-visual, filmes e apresentações de slides, displays, maquetes.

### **Seção Vida**

As artes visuais e a utilização de diversos recursos de mídia formarão um ambiente de belas representações e demonstrações atualizadas.

Será desenvolvida explorando-se o conceito de organização da vida em ambientes macroscópicos ou em estruturas microscópicas. O tema "biomas brasileiros" será explorado com recursos multimídia. Esses recursos deverão estar disponíveis em todo o Salão da Vida, contíguo as salas de Universo. Nele o visitante encontrará exposições e equipamentos interativos para explorar ambientes no passado geológico terrestre, a origem da vida, a evolução dos seres vivos - conhecimentos básicos de filogenia - , com destaque para a evolução humana, interações entre animais, plantas e meio físico, conhecimentos básicos sobre corpo humano, genética, citologia e biotecnologia. A química da vida é destacada, principalmente pela exploração das moléculas orgânicas e suas transformações, especialmente, através da Fotossíntese, que será representada em uma "árvore" cenográfica que permitirá a interação do visitante.

### **Kit expográfico:**

Cenografia com materiais variados: multi-mídia para exposições áudio-visual, filmes, softwares, displays, modelos.

### **Seção Engenho**

Ainda no piso térreo do Palácio, o visitante terá oportunidade de explorar e conhecer diversas formas de energia e máquinas reais ou

demonstrativas. Estarão em foco o reconhecimento das características e transformações da energia, suas fontes, usos e propriedades, os materiais como fontes de energia e as transformações da matéria. Assim, serão explorados conhecimentos sobre calor, luz, som, eletromagnetismo, eletricidade, magnetismo e mecânica, bem como as relações entre as formas de energia e os sentidos humanos. A questão da tecnologia será ali desenvolvida do ponto de vista histórico e atual, considerada sua importância na constituição das sociedades humanas.

### **Kit científico**

Bancada Vidy ;Capela Vidy para manipulação de materiais voláteis e preparação das soluções para as exposições; armário com temperatura controlada para acondicionar reagentes voláteis.

Reagentes e soluções para preparação dos experimentos.

Lentes convergentes e divergentes, espelhos planos côncavos e convexos, fontes de luz branca e coerentes (LASER), filtros de luz coloridos, polaróides, bancadas para experimentações com decomposição de luz branca e cores complementares.

Mostruário com amostra(s) grande(s) de Magnetita, com 4 bússolas em volta.

Bússola gigante pendurada; conjunto ímãs artificiais com indicação de pólos, composto por ímã, ímã dividido e ímã com limalha de ferro.

Bancada primórdios da eletrostática, com: Eletróforo, Máquina de Wimshurst, Garrafa de Layden com acessório para mostrar campo elétrico, Eletroscópio.

Máquina de Van De Graaff grande; painel descrevendo experiência de Galvani com rãs; conjunto Pilha de Volta e Condução Humana; bateria automotiva aberta.

### **Kit expográfico**

Multi-mídia para exposições áudio-visual, painéis, displays com animações explicativas.

## Seção **Sociedade**

No piso superior, o visitante chega às exposições da Seção Sociedade. Ali será instalada a exposição da Nanotecnologia, que permite ao visitante conhecer essa moderna tecnologia por meio de jogos digitais. Também lá estará a Caverna Digital, ambiente de imersão multimídia que permitirá ao visitante realizar uma viagem virtual em asa delta pelo Rio de Janeiro. Também compõem essa seção os temas sobre História Geral e do Brasil, com foco nas formas de governo, economia e desenvolvimento científico. Nesse contexto, alguns problemas e soluções ambientais e da saúde ganharão espaço, ampliando-se conhecimentos explorados nas demais seções. Dentro desses temas serão enfocadas questões como o efeito-estufa e seqüestro de carbono, o problema da escassez da água e os desafios sociais relacionados à qualidade de vida e à vulnerabilidade do adolescente, tais como o uso de drogas e DST. A arte de Portinari completa essas exposições, para mostrar conexões entre a representação artística e características de nossa sociedade. Além disso, no campo da arte digital, o visitante poderá desfrutar da Arte Cinética e do *Dance juke box*, que associam tecnologia, arte e diversão. Outros assuntos também abordados estão associados à História da descoberta do átomo, à meteorologia e a conhecimentos sobre uso e transformações de materiais pelo ser humano em sociedade.

A Matemática estará contemplada através de projetos interativos adequados a diferentes faixas etárias, com ênfase na exploração de formas da geometria, a modelagem do raciocínio, a história e o uso social da matemática, integrando-se deste modo, à temática dos espaços contíguos.

Completam a seção Sociedade os equipamentos de mídias que serão objetos de vivência dos visitantes: uma estação de TV e uma sala de computadores, com jogos e softwares culturais e educativos. Tendo acesso



permanente ao site do Catavento e à internet de banda larga, o visitante poderá retomar aspectos de sua visita e ampliar conhecimentos em nossa sala de computadores, que desse modo propiciará momentos de inclusão digital à população que não tem acesso a essa importante mídia contemporânea.

**Kit científico:**

Jogos digitais, nanotecnologia, sensores luminosos, dance juke-box, câmeras, ilhas de edição, estúdio de TV, arte cinética.

**Kit expográfico:**

Multi-mídia para exposições áudio-visual, filmes e apresentações de slides, displays, réplicas miniaturizadas de aviões.

Seção das **SÉRIES INICIAIS**

Para crianças muito pequenas, das séries iniciais, o Catavento formará salas especiais onde serão organizados cenários e brinquedos para os visitantes explorarem, fisicamente, temas de seu interesse, como castelos, animais pré-históricos, a fazendinha e meios de transporte.

**Kit expográfico:**

Material cenográfico para montagem de um castelo das palavras, experiências da matemática e construção de uma fazendinha.

**Formação para Atualização e Capacitação**

**Professores/Educadores/Monitores**

A formação de educadores e professores entra na pauta do Catavento a partir de diferentes perspectivas. Desde o momento de sua abertura serão

selecionados e treinados monitores, que poderão ser estagiários de cursos de licenciatura, ou mesmo alunos de Ensino Médio.

A formação permanente de monitores terá por objetivo, em relação ao seu trabalho para a comunidade escolar, estruturar um corpo de anfitriões do Catavento, que atuarão em duas finalidades:

- 1) Como anfitriões de salas, atuarão como orientadores para a interatividade e preservação dos equipamentos.
  
- 2) Na qualidade de anfitriões de grupos, trabalharão junto com os professores representantes das escolas, na organização e visitação de grupos. Além disso, para o próprio grupo de monitores, a formação e o trabalho poderão representar acesso ao mundo do trabalho, revisão de conhecimentos próprios do Ensino Básico e desenvolvimento de habilidades de relação com o público.

A formação de professores será inicialmente articulada à visitação programada, sendo oferecida de forma presencial e por meio de recursos de EAD – educação à distância. Em consonância ao que preconizam os referenciais curriculares em pauta, é essencial a preparação de professores e estudantes, previamente à visita, para que não se reduza exclusivamente ao seu aspecto lúdico. Assim, antes da visita, os representantes da escola, por meio da oficina de preparação, irão conhecer os objetivos e instalações do Catavento, a seleção de roteiro de visita, entre dadas possibilidades, bem como o estudo do material de orientação à visita. Esse material, disponibilizado pelo site, deverá conter questões para os estudantes refletirem antes e depois da visita e orientações para registros. Parte desse material tem por finalidade avaliar as atividades realizadas.

A longo prazo, pretende-se constituir um Centro de referência de formação de professores de cultura e de ciências, que demanda a formação de biblioteca de referência, equipe de formadores, entre outras providências.

Fundamentos metodológicos das ações formativas devem garantir:

- interatividade
- prática dialógica
- conhecimento e uso das múltiplas linguagens e tecnologias
- valorização da divulgação científica
- interculturalidade

São Paulo, 08 de Janeiro de 2009.

---

Dra. Sandra Regina Mutarelli Setúbal

*Diretora Educativa*